

# UNIR TODOS OS PORTUGUESES CONTRA A OFENSIVA FASCISTA

## A ESCALADA TERRORISTA DAS FORÇAS DA REACÇÃO

- Assaltos, incêndios, agressões, saques revelam a verdadeira face fascista do ataque da reacção

A reacção fascista está desencadeando, por todo o País, uma onda de violência sem precedentes. Junta-

mente com a realização de atentados, assaltos e destruições de sedes de forças políticas progressistas, espionagens e perseguições, ataques às autarquias democráticas e a comissões de moradores, a reacção conspira na sombra, preparando um novo 11 de Março. Este é a conjuntura actual da reacção, para liquidar as liberdades democráticas e instaurar uma nova ditadura.

Os terroristas atacam de preferência o Partido Comunista Português, mas a sua intenção é atacar todos quantos defendam a liberdade e a democracia. Pretendem impedir o exercício das liberdades sindicais, como ficou demonstrado com o seu ataque à reunião dos sindicatos têxteis, em Ofir. Pretendem impedir a libertação dos trabalhadores de exploração do grande capital, como tentaram fazer na Têxtil Manuel Gonçalves. Pretendem impedir a criação e a luta das comissões de moradores,

como ficou bem claro em Matosinhos. Pretendem acabar com as autarquias democráticas, como tentaram fazer em Matosinhos, Gaia e Gondomar. Pretendem desviar os pequenos comerciantes da luta contra os grandes monopólios do comércio, como aconteceu designadamente em Fátima, onde procuraram atraí-los a uma manifestação reaccionária. Pretendem impedir a aplicação da lei do arrendamento rural, que beneficiará centenas de milhares de pequenos camponeses.

Em vários pontos do País são cercadas, apedrejadas, destruídas ou incendiadas sedes do PCP, do MDP/CDE e de outras organizações progressistas. Militantes comunistas, homens e mulheres democratas, são ameaçados, espancados, anavalhados, feridos ou perseguidos. Em todo o País, alimenta-se uma histeria insultuosa e vil contra o Partido Comunista e contra os mais destacados

Os comunistas têm sido submetidos a rudes provas nas últimas semanas. A ofensiva da reacção, estimulada por partidos políticos e forças que se opõem às grandes transformações revolucionárias em curso, caracteriza-se por uma feroz onda de anticomunismo. O PCP e os seus militantes tornaram-se o alvo de ataques conjugados de uma santa aliança espúria formada por elementos cujo único denominador comum é o ódio ao Partido da classe operária. Um ódio irracional, fanático, comparável aquele a que estavam habituados nos tempos do fascismo. Com uma diferença importante: os comunistas não estão mais na clandestinidade. Batem-se pela Revolução, à luz do dia, em todas as frentes. Os dirigentes e militantes do Partido do proletariado saíram das prisões, da clandestinidade, do exílio para ocuparem, disciplinadamente, o lugar que lhes cabia na luta pela construção de um Portugal livre, democrático e progressista. Juntaram-se a eles, desde o 25 de Abril do ano passado, dezenas de milhares de novos comunistas.

O Partido Comunista Português, firme nos princípios e unido na acção, surge nas tarefas da construção do Portugal democrático como o Partido dos melhores filhos das classes trabalhadoras e do Povo Português.

O inimigo principal é o mesmo de sempre. O fascismo não foi destruído. Vendo agora o caminho da contra-revolução aberto pelas manobras oportunistas dos partidos sociais democratas, arrogância novamente os dentes e lançou numa escalada de violência. As repetidas advertências do nosso Partido foram confirmadas pelos factos. O fascismo ficou incrustado em múltiplos sectores do aparelho do Estado, permaneceu intacto e à espera de uma oportunidade em centenas de vilas e aldeias onde o caciquismo reaccionário continuou a ditar a lei.

Os assaltos, incêndios, saques que têm como alvo os Centros de Trabalho do PCP revelam bem a tática e os fins da reacção fascista. Não se trata apenas de uma tentativa para isolar o nosso Partido e neutralizar a sua poderosa influência. O objectivo último é a destruição de todas as conquistas revolucionárias do povo e o restabelecimento do fascismo. A reacção sabe que para isso terá de criar um clima de desordem, de violência, de caos económico e financeiro, que rompa a unidade das forças revolucionárias, que lance trabalhadores contra trabalhadores e soldados contra soldados. E sabe também que o nosso Partido constitui um obstáculo intransponível na estrada que lhe galopa.

Os comunistas demonstraram ao longo de 48 anos de fascismo que não cedem a ameaças, à tortura, a perseguições. Confirmam-no hoje, novamente, opondo a muralha de aço dos seus peitos à ofensiva neofascista. A forma como em muitas vilas do Norte, do Oeste e do Ribatejo defenderam, com risco das próprias vidas, os Centros de Trabalho do seu Partido, em condições de absoluta inferioridade numérica, contra turbas comandadas por caciques reaccionários e agentes provocadores, ficará para a história como modelo de um comportamento revolucionário. Não poucas vezes, apesar da resistência oposta, as sedes foram invadidas, pilhadas e reduzidas a cinzas. Mas mesmo em tais casos a luta que travaram foi correcta. Nas próprias regiões onde a reacção se sente forte e actua com a certeza da impunidade, o povo não é, nunca foi reaccionário. Os trabalhadores não são insensíveis em parte alguma ao heroísmo e à coerência dos comunistas. Nos últimos dias verificaram-se alguns casos expressivos de solidariedade popular em zonas injustamente tidas por reaccionárias e militantes comunistas ameaçados e perseguidos. É uma lição a ter presente. Por outro lado, a reacção sofreu derrotas sempre que os seus planos e ataques esbarraram com a unidade dos trabalhadores em defesa da Revolução e sempre que as Forças Armadas ou militarizadas agiram com rapidez e firmeza.

A classe operária, os trabalhadores, o Povo Português orgulham-se dos militantes comunistas que defrontam hoje a ofensiva da reacção. «A generalização a amplas massas de características morais de combatentes de vanguarda, a transformação do heroísmo num fenómeno de massas, constituem — segundo palavras do camarada Alvaro Cunhal — um dos critérios das verdadeiras revoluções (...) A força do exemplo, pelo seu extraordinário poder de convencimento e de atracção junto das massas, é um dos grandes trunfos da acção dos comunistas.»

Com o exemplo dos militantes do PCP se escreve: A REACÇÃO NÃO PASSARA.

## NÃO À REACÇÃO!

## AFIRMOU O POVO DO NORTE NA GRANDE MANIFESTAÇÃO ONTEM REALIZADO NO PORTO

No Porto o povo voltou ontem à rua para mais uma jornada revolucionária, para uma rigorosa afirmação de unidade popular contra o perigo fascista. Dezenas de milhares de pessoas, ao apelo de cerca de 300 organizações populares unitárias — comissões de moradores, «comités» de trabalhadores, Conselhos de Defesa da Revolução (CDR), colectividades, cooperativas, associações, sindicatos — e do nosso Partido, do MDP/CDE e da FSP, acorreram ao fim da tarde à Praça da República, demonstrando vivamente o repúdio pela vaga de terrorismo fascista que desde as últimas semanas percorre o País, do Minho aos Açores, com especial incidência no Norte.

Os cartazes, as palavras de ordem gritadas na concentração que pouco depois das 19 horas se começou a desenhar frente ao quartel-general da Região Militar do Norte, eram de um enérgico repúdio pela escalada reaccionária

que tenta criar condições para o regresso de nova ditadura fascista; eram de apoio efectivo a medidas conducentes à manutenção e instituição da ordem democrática em defesa da legalidade contra o terrorismo. Todos, em uníssono, reafirmavam o seu apoio à Revolução democrática em curso e que a reacção ultimamente actuando às claras, pretende travar e mesmo aniquilar.

«A reacção não passou, a reacção não passará», «Defender a democracia, abater a reacção», «O Povo vencerá com o MFA», «Controlo operário, poder popular», «Abaixo os terroristas, castigo para os fascistas», «Contra a reacção unidade popular», «Avante, avante rumo ao socialismo», «Força, força, companheiro Vasco», foram as palavras de ordem mais presentes nesta grande manifestação popular, quer nos cartazes empenhados, quer nas bocas dos manifestantes.

O brigadeiro Corvacho, comandante da Região Militar

do Norte, que recebeu os manifestantes atirando cravos vermelhos sobre a multidão que o vitorjava, salientou, no discurso que proferiu, o significado patriótico da manifestação ao mesmo tempo que denunciava as actividades reaccionárias afirmando que elas pretendem destruir o processo revolucionário. Prosseguido, falou da necessidade da unidade do Povo com o MFA.

Interrompido constantemente pelos manifestantes que lhe expressava o seu apoio, o brigadeiro Corvacho salientou depois, o facto de ser preciso sacrificar a própria vida em defesa da Revolução, frisando que os interesses do Povo Português devem estar acima de quaisquer outros.

Anteriormente, tinha sido lida uma moção em que se denunciavam as actividades reaccionárias e apontou a necessidade de se prosseguir a construção de um Portugal livre e democrático a caminho do socialismo.

## CONTRA A VIOLÊNCIA AS TAREFAS DA REVOLUÇÃO

Enquanto a reacção fascista tenta estender cada vez mais as unhas, na criminosa escalada de violência, que alastra por vastas zonas do nosso país, os trabalhadores organizados dão-nos a certeza de que venceremos, lutando firmemente pela consolidação e avanço das conquistas revolucionárias, que são vitórias de todo o Povo Português.

Enquanto a reacção fascista se põe em campo para aliciar pela coacção e o obscurantismo, pretendendo provocar uma onda de histeria colectiva, os trabalhadores organizados não deixam de reunir para tratar dos problemas dos vários sectores de actividade. Assim tem vindo a suceder com as Herdades Colectivas e Coopera-

tivas de Beja, com os corticeiros em Setúbal, com as Direcções Sindicais dos Têxteis em Ofir, com os vitivinicultores de Sobral do Monte Agraço, com os pequenos e médios agricultores de Viana do Castelo. Assim tem vindo a suceder em sindicatos, cooperativas, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de defesa e de controlo, e, em geral, por todo o lado onde a unidade dos trabalhadores, onde as alianças revolucionárias funcionam, porque tem por detrás a organização popular que se torna cada dia mais sólida na defesa da Revolução e dos princípios desde sempre defendidos pelo nosso Partido, vanguarda imbatível da classe operária e de todos os trabalhadores.



O vigor revolucionário dos trabalhadores está bem patente nesta imagem do Encontro Unitário de Beja

**O**S perigos e ameaças contra a Revolução Portuguesa de há meses denunciados pelo PCP estão a concretizar-se: a reacção fascista está!

Com a sua natureza irracional, a sua verdadeira cara de violência e terror, a sua demagogia de classe.

A boa maneira nazi, em largas zonas do Norte e do Centro do País, lá donde o caciquismo clerical-fascista não foi arrancado pela raiz, militantes comunistas e democratas dos mais consecuentes são perseguidos e espancados por gente dementada pela propaganda contra-revolucionária.

Centros de trabalho e de convívio do PCP, do MDP/CDE e de outras organizações de esquerda são assaltados, saqueados, destruídos. Na rua, os energúmenos, certos da impunidade, atiram para o fogo móveis, jornais e livros. Das autarquias locais e das agências bancárias donde os «martelheiros» não levam o crédito que desejam para as suas actividades criminosas, os melhores servidores do processo revolucionário são forçados a ceder o passo a funcionários porventura mais acomodaticios, mesmo perante a solidariedade de companheiros de trabalho.

Quem não se lembra dos anos 1933, 36, 39?  
 «Quando oiço falar em cultura levo logo a mão à pistola» — dizia Goebbels diante dos autos-de-fé das obras-primas da cultura universal na Alemanha nazi.

Os fascistas portugueses nem precisam sequer de pedir lições à experiência dos outros. Durante 48 anos aprenderam ao vivo sangrando, torturando, violentando o seu próprio povo.

Foram derrotados em 25 de Abril. O movimento dos jovens capitães arrancou-lhes o poder político e restituiu ao Povo Português as liberdades, mas eles, os fascistas, foram levantando cabeça, apesar de sucessivas derrotas, foram retomando fôlego e ganhando audácia, levados pela reacção interna e externa, e hoje levantam-se frontalmente contra o processo revolucionário e contra o MFA, que foi o artífice da sua derrota em Abril de 74.

O anticomunismo é a sua substância política mas visam mais longe — visam suprimir as liberdades arduamente conquistadas pelo Povo Português, visam refazer o poderio dos monopólios e dos latifundiários, mortalmente afectados pelas nacionalizações e pela Reforma Agrária, visam finalmente reconduzir a situação nacional ao domínio do fascismo.

**A** escalada da reacção fascista tornou-se possível neste momento em virtude do desencadeamento da campanha anti-comunista por alguns dirigentes do PS. Ainda na terça-feira última, à hora em que os saqueadores fascistas em Famalicão e Santo Tirso assaltavam e incendiavam centros de trabalho do PCP e destruíam móveis e bens de conhecidos democratas e anti-fascistas locais, o líder do PS na Assembleia Constituinte, Lopes Cardoso, tentou de forma surpreendente responsabilizar por esses atentados o próprio PCP e o MDP/CDE.

É já típico de dirigentes do PS iniciarem os seus ataques mais violentos contra o PCP por solenes declarações unitárias para com os comunistas portugueses. As prévias profissões de fé unitárias seguem-se, em geral, as habituais diatribes anti-comunistas e as habituais calúnias contra o PCP. O deputado Lopes Cardoso não fugiu à regra. Em vez de mostrar de maneira inequívoca a repulsa dos socialistas e dos seus dirigentes contra a escalada da reacção fascista preferiu antes justificá-la com palavras que um verdadeiro incentivo a novos actos de provocação e de violência contra os comunistas.

**E**Ntretanto, a presente escalada reacção exige um urgente cerrar de fileiras contra os perigos e ameaças do fascismo. As dissensões entre democratas, o deliberado acirramento de divergências entre os partidos e organizações democráticas, os ataques ao MFA e à sua unidade interna, o anti-comunismo, não favorecerem, antes pelo contrário, a criação de uma vasta frente contra o inimigo comum. A ameaça real do fascismo é um facto que os acontecimentos diariamente comprovam.

Iludem-se aqueles que pensam que a escalada do fascismo se deteria na eliminação pura e simples dos comunistas e deixaria incólumes os restantes democratas e progressistas portugueses. A experiência do Chile é concludente: a ditadura fascista não se limitou a assassinar Allende, a deportar e assassinar milhares de comunistas e socialistas nos campos de concentração e nas ilhas do Pacífico. Mesmo os democratas cristãos de Frey puderam já meditar nas consequências da sua política divisionista que abriu caminho à ditadura de Pinochet.

A escalada dos ataques e violências fascistas põe na ordem do dia o erguer de uma barreira larga e firme de todos os que acima da sua filiação partidária e dos seus credos políticos ou religiosos põem o amor à liberdade e à democracia, comuns a milhões de portugueses.

A unidade do movimento popular de massas, as relações entre os partidos e organizações democráticas, a aliança Povo-MFA, o próprio entendimento entre os militares revolucionários, tudo isso deve ser considerado na órbita dessa ampla e sólida barreira contra a escalada do fascismo. A reacção procura criar, rapidamente, as condições para uma confrontação decisiva com as forças revolucionárias, para um novo golpe que lhe asseguraria o triunfo e permitiria, afogar em sangue as aspirações democráticas e progressistas do nosso povo.

Nenhum português antifascista, civil ou militar pode ficar indiferente ante a séria ameaça do fascismo.

A posição solidária de muitos socialistas que vieram a público manifestar a sua repulsa contra as provocações e agressões fascistas, ao lado dos comunistas, como aconteceu na Póvoa do Lanhoso, em Evora e em várias outras localidades, mostra que um largo entendimento é possível.

A unidade entre comunistas e socialistas faria convergir para uma larga frente antifascista, portugueses das mais variadas condições sociais, amantes da liberdade e da democracia, ameaçadas pela escalada reacção.

De uma realidade, é necessário arrancar: o partido fascista existe, desenvolve a sua actividade sob a cobertura legal de alguns partidos, mas dispõe de uma direcção ilegal centralizada que planifica e comanda as operações, e que, presumivelmente, em contacto com a CIA e outras organizações policiais-fascistas, ao serviço do imperialismo prepara-se, organiza-se e conspira para levar a cabo a supressão das liberdades democráticas do nosso povo, para instaurar de novo o poder fascista favorável aos monopólios, aos latifundiários e ao imperialismo.

Uma das exigências imediatas da luta contra os perigos e ameaças do fascismo, uma das tarefas imediatas dos antifascistas portugueses é a rápida solução da crise política.

A urgente formação de um Governo que tome rápidas medidas para conjurar a ameaça do fascismo e assegure a direcção firme do aparelho de Estado é uma tarefa inadiável.

Os que de uma forma ou de outra obstaculizam a solução rápida da crise governamental estão, conscientemente ou não, a favorecer a ofensiva da contra-revolução e a pôr em grave risco as liberdades e a independência do Povo Português.

# Vencer a crise política actual — tarefa imediata

## Declaração de voto dos deputados do PCP respeitante à votação na generalidade dos «Princípios Fundamentais da Constituição»

Sr. Presidente, srs. Deputados:

1. Acabamos de nos abster na votação na generalidade do articulado dos Princípios Fundamentais proposto pela respectiva comissão. Importa declarar as razões desse decisão. É esta declaração de voto é tanto mais necessária quanto é certo que não pudemos fazer, na discussão na generalidade do parecer da Comissão, as intervenções que havíamos programado e em que explicitaríamos mais profundamente a nossa posição.

2. Os deputados do Partido Comunista Português têm procurado na sua actuação cingir-se ao mandato dos que os elegeram, no estrito cumprimento da tarefa assignada a este Assembleia pelos órgãos supremos da Revolução, isto é, elaborar e aprovar uma Constituição Política que corresponda a um período de transição historicamente definido.

Partimos da necessidade de a Constituição estar inserida no processo revolucionário, traduzindo as suas características estruturais. Em nosso entender, a Constituição deve ser um elemento da marcha revolucionária, no decurso do período histórico para que vai ser elaborada. A Constituição há-de receber e exprimir aqueles elementos que definem a Revolução Democrática e Nacional e determinam o seu avanço a caminho do seu objectivo — o Socialismo.

Na Comissão designada para a elaboração da proposta agora aprovada pela Assembleia, procuramos os representantes do PCP defender o seu projecto, certos de que ele traduzia correctamente os pressupostos duma Constituição Revolucionária.

O projecto apresentado pelo PCP procurou responder aos requisitos fundamentais duma Constituição adequada ao processo revolucionário, definindo claramente as suas bases económicas, sociais e políticas, apontando as transformações revolucionárias a serem levadas a cabo na próxima fase e, finalmente, determinando as tarefas de defesa da Revolução face aos golpes contra-revolucionários e às pressões e ingerências do imperialismo contra o nosso País e o nosso Povo.

3. O parecer da Comissão constitui já um avanço em relação aos projectos de outros partidos — nomeadamente ao referir o processo revolucionário e ao apontar como seus elementos estruturais a aliança Povo-MFA e a colectivização dos meios de produção (art.º 10.º). Mas, apesar disso, o articulado proposto apresenta algumas lacunas em pontos essenciais.

Em primeiro lugar, falta-lhe a definição do inimigo da Revolução portuguesa, ou seja, no plano económico e social, o capitalismo monopolista e latifundiário e, no plano político, a reacção fascista e o imperialismo. Por isso propusemos no art.º 10.º a inclusão de uma referência expressa à total liquidação do capitalismo monopolista e latifundiário e, no art.º 9.º — sobre as tarefas fundamentais do Estado —, uma referência expressa à necessidade da defesa do regime democrático e revolucionário perante as manobras da reacção fascista e do imperialismo.

O desenvolvimento da situação política portuguesa desde a apresentação do nosso projecto tem confirmado a justiça das nossas propostas. O acréscimo da resistência e da sabotagem dos monopolistas e dos latifundiários, por um lado, e, por outro lado, as acções contra-revolucionárias e as provocações que em certas regiões do País se evidenciam, tudo isso indica a preparação planificada de um golpe fascista e reforça as nossas preocupações no sentido de a Constituição dever consagrar expressamente a necessidade de defender a Revolução.

Os acontecimentos que estão a desenrolar-se em algumas regiões de Portugal mostram a justiça das denúncias do PCP quanto aos perigos e ameaças duma contra-revolução fascista, que, a triunfar, mergulharia o nosso país na reacção mais negra e mais sangrenta.

Para nós, para todos aqueles que procuram analisar e compreender com objectividade a situação portuguesa actual, os ataques selváticos aos Centros de Trabalho do PCP e de alguns outros de partidos e organizações de esquerda, as brutais agressões e perseguições que, à boa maneira nazi, são feitas contra os comunistas e todos os progressistas portugueses nas regiões onde o caciquismo fascista ainda não foi extirpado, constituem uma clara materialização desses perigos e ameaças e do começo duma vasta operação fascista cujo objectivo é a supressão de todas as liberdades arduamente conquistadas pelo nosso Povo.

O partido fascista existe, organiza-se e conspira. Actua à sombra de alguns partidos legais, mas tem as suas estruturas ilegais organizadas e comandadas pelos inimigos jurados da liberdade e da independência de Portugal, que se encontram dentro e fora das nossas fronteiras, ajudados e financiados pela reacção internacional e pelo imperialismo.

Esta é que é a realidade do momento político actual, e os perigos

imediatos — para as liberdades e a revolução — que ela encerra são tais que devem ditar a todos os antifascistas honestos formas de cooperação e de unidade.

Ora, o que é que, pelo contrário e com espanto e indignação, ouvimos da parte do líder parlamentar do Partido Socialista, cujas declarações ontem nos forçaram a abandonar a sala das sessões?

Nessas declarações a onda de violência e as manipulações e provocações reacçãoárias, ao serviço da conspiração fascista e da contra-revolução, eram nem mais nem menos do que atribuídas a uma pretensa «clera popular» que, afinal, «justificaria» tais violências.

Não, senhores deputados!

Mais uma vez repudiamos e denunciámos energicamente um tão evidente e perigoso sofisma político!

Políticos responsáveis, mas com manifesta falta de sentido das responsabilidades, têm acusado os comunistas de quererem empurrar Portugal para a guerra civil, de quererem suprimir as liberdades do povo português e instaurar uma ditadura, de quererem mergulhar o País num regime de terror e de violência.

Aqueles que assim nos caluniam são, eles sim, os aprendizes de feiticeiro que, desencadeando o anticomunismo com as suas falsidades e calúnias, estão ajudando a desencadear forças que não podem controlar. Que mostra a realidade?

Que não são os comunistas que implantam o terror e a violência em Portugal, mas sim aqueles que disso nos acusam; que não são os comunistas os incendiários e os autores da desordem na sociedade portuguesa, mas exactamente aqueles que querem restabelecer em Portugal o odiado regime fascista.

Nenhuma revolução pode sobreviver se poupar os seus inimigos, se não souber defender as suas conquistas contra as arremetidas da reacção. O próprio Projecto da Constituição do PCP não aparece, à luz do momento actual, como suficientemente incisivo na caracterização dos perigos e ameaças que pendam sobre o nosso Povo, e não refere expressamente a dimensão antifascista da revolução e a natureza antifascista do Estado democrático.

É hoje imperioso que todos os que sinceramente querem preservar as conquistas democráticas do povo português, todos os que estão interessados em barrar o caminho à reacção fascista devam unir os seus esforços por cima das suas ideologias e diferenças de opinião.

Antifascistas: unamo-nos contra os perigos e ameaças do fascismo, eis o que o grupo de deputados comunistas na Assembleia Constituinte desejaria aqui exprimir como mensagem ao povo português!

Esta necessária barreira que é preciso erguer à contra-revolução fascista deve ter a sua expressão apropriada na Constituição e, em especial, na definição dos seus princípios fundamentais.

Outro elemento essencial que a Constituição não pode ignorar é a definição da base social da Revolução. A Revolução dirige-se contra certos interesses de classe. Nela estão interessados a classe operária, as massas populares em geral, os camponeses, a pequena burguesia urbana, enfim, todas as classes e camadas interessadas na liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários e no avanço do processo revolucionário a caminho do socialismo e da constituição duma esmagadora maioria dos portugueses.

Parece-nos um elemento positivo a Comissão ter rejeitado a inclusão de uma definição abstracta de «Povo» que — tal como estava expresso nos projectos do PPD e do CDS — abrangesse todos os cidadãos portugueses, incluindo os monopolistas, os latifundiários, os pídes, etc., etc.

Mas parecemos que se torna necessário afirmar expressamente a base social da Revolução. Uma revolução não pode fazer-se com os seus inimigos. Nem se diga que a base social da revolução «não deve ser constituída». A nosso ver, tudo o que é politicamente fundamental para a revolução pode e deve ser constituído.

Finalmente, e pela mesma razão, há que preencher outras lacunas do articulado proposto pela Comissão — e nomeadamente a referência às organizações populares que estruturam no futuro o Estado revolucionário português —, aquele que é hoje o anseio da parte mais válida do nosso Povo — o Socialismo.

4. Para ejulzar correctamente as determinantes do voto do PCP, importa ainda apreciar o articulado proposto sob um outro ponto de vista — sob o ponto de vista da sua ligação com os projectos apresentados pelos outros partidos.

É importante começar por notar que este articulado ultrapassa algumas das principais insuficiências dos projectos do CDS, do PPD e, mesmo do PS nos seus capítulos sobre os princípios fundamentais.

Nomeadamente, o art.º 10.º do articulado proposto pela comissão representa uma clara diferença qualitativa em relação a esses três projectos. Esse artigo faz entrar no texto constitucional, em sede de princípios fundamentais, o processo revolucionário e a aliança MFA-Movimento Popular; além disso, concretiza, para o avanço do processo revolucionário, a necessidade da colectivização dos principais meios de produção.

Nenhum dos três projectos referidos fazia a mínima referência, em sede de princípios fundamentais, a estes aspectos.

A Revolução e o processo revolucionário estavam postos fora da Constituição — ou pelo menos fora dos seus princípios fundamentais. O MFA não tinha o seu devido lugar na Constituição — ou pelo menos nos seus princípios fundamentais.

O Socialismo aparecia como palavra em todos os projectos, mas era claro que em alguns deles não passava de palavra utilizada por razões demagógicas e oportunistas, porque desprovida do seu conteúdo concreto, ou seja, do seu conteúdo eminentemente revolucionário.

O referido projectos estavam, embora de modo diferente, divorciados da Revolução e das suas características estruturais.

Não fora a utilização da palavra «socialismo», e nada distinguiria esses projectos de um qualquer constituição de uma qualquer democracia liberal-burguesa, estabilizada e consolidada. Era a expressão do desejo da morte da revolução, por via do silêncio constitucional.

Compreende-se assim os ataques e reservas do PPD e do CDS contra as disposições do projecto da comissão (nomeadamente, contra o art.º 10.º) que põem, de facto, frontalmente em causa a estrutura político-ideológica dos respectivos projectos. Eles atacam, e não é por acaso, as disposições onde a revolução recebeu entrada constitucional, através de algumas características estruturais. Já o PS, por seu lado, e quanto a este ponto, compreendeu a necessidade de enquadrar revolucionariamente a Constituição.

Também fez bem a Comissão rejeitar uma definição constitucional de «povo» que incluisse, tal como constava nos projectos do PPD e do CDS, «todos os cidadãos portugueses, onde quer que residam» (CDS art.º 2.º; PPD art.º 3.º). Não se tratava apenas de uma estranhíssima noção de povo como titular da soberania ou do poder político, incluindo pídes, sabotadores, epi, enfim todos os contra-revolucionários. Tratava-se acima de tudo de tentar veicular uma noção idealista do Estado, sem qualquer marca de classe, colocado obstaculmente por sobre uma base social constituída por um conjunto de cidadãos politicamente homogêneos, ou seja, por uma abstracção, cuja composição social era completamente inútil.

Mas, se a Comissão rejeitou (como não podia deixar de ser) uma tal solução, (já suficientemente denunciada no debate na generalidade dos projectos), não se atreveu, no entanto, a ir mais longe, definindo claramente a base social da revolução e do Estado revolucionário de transição; base social que evidentemente não pode incluir aquelas classes — e nomeadamente a burguesia monopolista e latifundiária —, contra cujos interesses a revolução se dirige.

Pode dizer-se, pois, que se a revolução acabou por entrar na Constituição, entrou ainda amputada, sem base social, e sem a definição dos seus inimigos, definição essa que é necessária para que seja insofismável o seu conteúdo efectivo.

5. Outro dos silêncios significativos de vários projectos da Constituição, nos seus princípios fundamentais, era a questão dos órgãos de soberania. Os projectos do CDS, do PPD e do PS limitavam-se a dizer: «A soberania (ou o poder político) reside no povo, e é exercida nas formas previstas na Constituição». Não havia a menor referência a essas «formas do exercício da soberania», nem ao MFA, nem às organizações populares.

Aparentemente, o articulado proposto pela comissão preenche, pelo menos parcialmente, esta lacuna, ao referir, no art.º 3.º (2), a participação do MFA no exercício da soberania. Mas a realidade é outra. É quase pior a emenda que o soneto. E que, habilmente, a comissão encontrou meio de referir o MFA apenas para o marginalizar enquanto órgão de soberania, deixando sem resposta a questão da sua legitimidade.

Na verdade, perante a formulação inicial dos projectos referidos, tinha de entender-se que o MFA — embora não sendo referido — representava uma das tais formas de exercício da soberania por parte do povo. Agora não. Ao distinguir em dois números separados (no art.º 3.º) o exercício da soberania por parte do povo e por parte do MFA, a comissão marginalizou o MFA, retirou-lhe a legitimidade popular, deixou-o no vazio. Tudo isto porque a comissão não foi capaz de reconhecer aquilo que tem de

**U**MA firme resposta política é essencial para a defesa da Revolução. As tentativas hegemônicas de uma multiplicidade de agrupamentos, sem expressão e sem consistência política só podem dilacerar uma causa cuja principal força consiste na solidez da aliança Povo-MFA e, parcialmente, na força unitária e organizada de cada uma destas componentes do processo revolucionário.

Tudo o que possa prejudicar a solidez desta aliança deve ser resolutamente combatido por todos os que estão interessados em barrar o caminho ao fascismo.

Aqui e além surge uma ou outra dificuldade entre as duas componentes, o que não é de admirar num processo revolucionário tão complicado como o nosso. As dificuldades não devem ser agravadas com atitudes destituídas de serenidade e de senso político. Sacrificar o secundário para salvar o essencial, sem sectarismos, nem intentos hegemônicos, é um imperativo da hora actual.

A defesa e consolidação das conquistas democráticas na economia e na política é uma exigência para a classe operária e todos os trabalhadores da cidade e do campo.

Reforçar o sector nacionalizado, exprimindo em formas adequadas o controlo operário e estudando medidas imediatas para um arranque na batalha da produção; levar por diante a Reforma Agrária, quer pelo alargamento das experiências de colectivização da terra, quer pela promulgação de medidas que estimulem os pequenos e médios produtores agrícolas; desenvolver largamente o movimento popular de massas à volta dos problemas mais prementes da população, através das assembleias populares nas quais representam um papel decisivo, as comissões de trabalhadores e de moradores — são tarefas essenciais para a consolidação e desenvolvimento do processo revolucionário nesta hora grave da escalada contra-revolucionária.

São tarefas essenciais do movimento popular em estreita cooperação com o MFA:

Defender firmemente o exercício das liberdades contra os contra-revolucionários que as querem suprimir;

Organizar a defesa e defender corajosamente os centros de trabalho do PCP e dos outros partidos e organizações democráticas contra as arremetidas dos provocadores fascistas;

Organizar o protesto das massas populares contra a escalada da reacção, dar resposta adequada às provocações, agressões e depredações dos desordeiros a soldo do fascismo;

Organizar a vigilância popular contra os conspiradores; desenvolver a iniciativa das massas para, em estreita aliança com o MFA, travar a conspiração; intensificar a criação de comissões de defesa da Revolução e torná-las aptas para cumprimento das suas funções;

Exigir o castigo dos criminosos e bandoleiros que se têm destacado nos atentados contra as liberdades e direitos dos cidadãos;

Exigir uma clara e firme intervenção das forças militares e militarizadas, a quem cabe a defesa intransigente da ordem democrática e de quem os portugueses têm o direito de esperar uma atitude corajosa ao lado do Povo.

**O** carácter apartidário de muitas destas tarefas não exclui, antes pressupõe, um profundo trabalho organizado de massas do partido do proletariado. O PCP não se deixará diluir num apartidarismo que só serviria a contra-revolução. Os comunistas estarão ao lado do seu povo na primeira linha de defesa e consolidação da Revolução. Ninguém nem nenhuma força o desviará desta sua linha revolucionária.

ser reconhecido: que a legitimidade do MFA é a legitimidade revolucionária popular.

6. Dos três projectos referidos, o do CDS e o do PS eram totalmente omisso a respeito das tarefas fundamentais do Estado no processo revolucionário. Quanto ao do PPD, o art.º 2.º apontava três tarefas em termos vaguissimos e cheios de uma ganga terminológica que incluía «igualdade», «fraternidade», «realização pessoal», «realização da pessoa humana», etc.

O artigo proposto no projecto da comissão traduz uma melhoria em relação aos projectos referidos. Mas as suas insuficiências continuam a ser grandes e os seus termos ainda demasiado vagos. As lacunas mais importantes são sem dúvida a não existência de uma expressa referência à necessidade do saneamento e democratização do aparelho de Estado e à necessidade da defesa da Revolução face à reacção fascista e imperialista.

7. Mas as insuficiências e incorrecções de outros projectos que se reflectiram no articulado proposto pela comissão não são apenas estas. Verificamos também na utilização de certas expressões que, para além do seu conteúdo descritivo — e que não rejeitamos —, veiculam concepções sociais e políticas claramente burguesas.

A comissão fez bem em rejeitar a proposta do PPD e do CDS, que introduzia o conceito «Estado de direito» no art.º 3.º (4), preferindo referir descriptivamente os seus elementos úteis (nomeadamente o princípio da constitucionalidade e o princípio da legalidade). Mas a comissão já não foi capaz de seguir o mesmo justo critério em outras ocasiões, nomeadamente no art.º 2.º, onde acabou por introduzir o conceito de «pluralismo», peça fundamental da ideologia política burguesa e da chamada «ciência política» norte-americana, recusando a sua substituição pelo termo «pluralidades», que, tendo o mesmo conteúdo político útil, corta a ligação que o conceito de «pluralismo» tem com uma teoria da sociedade e do Estado radicalmente oposta à teoria marxista, com uma teoria da sociedade e do Estado que tem como função ocultar a dinâmica histórica e social e obscurecer as tarefas revolucionárias necessárias à luta pelo Socialismo.

Como já aqui foi dito, a linguagem não é neutra. As omissões não são neutras. Defendendo, como alguns fazem, a «neutralidade ideológica» nam as necessidades, os anseios e as tarefas das classes revolucionárias. O que se defende é o compromisso com as formulações da ideologia burguesa que visam, com o recurso demagógico a palavra como «sociedade», tornar ambíguas a enunciação dos objectivos e das tarefas inerentes a um processo revolucionário apontado ao Socialismo, caracterizado sem ambiguidades pelo exercício do poder político pelas massas trabalhadoras sob a direcção da classe operária e na base da propriedade colectiva dos meios de produção.

Sr. Presidente, srs. Deputados:

As nossas reservas e discordâncias em relação ao projecto acabado de ser aprovado pela Assembleia são muitas — e, em alguns casos, profundas. Apesar de tudo entendemos não dever rejeitar liminarmente o conjunto dos «Princípios Fundamentais» propostos para a Constituição. Em sede de discussão na especialidade não deixaremos de propor alterações que julgamos necessárias para fazer adequar a Constituição à Revolução.

É e porque confiamos poder fazer aprovar essas alterações — e por esse razão que entendemos não dever votar contra o projecto proposto pela Comissão. Eis, sr. Presidente e srs. Deputados, porque não abstermos.

—o—

O grupo de deputados do PCP abandonou a sessão de terça-feira na Assembleia Constituinte, após um discurso provocatório do deputado Lopes Cardoso, líder do Partido Socialista.

Os deputados do nosso Partido justificaram a sua atitude numa declaração, na qual se salienta que as afirmações do representante do PS não constituem um acto de solidariedade para com as vítimas da reacção fascista, mas sim uma provocação, uma justificação da violência reacionária e, consequentemente, um incitamento à sua continuação, um insulto aos revolucionários e democratas consequentes que estão a ser o objecto imediato da violência fascista daqueles que procuram mergulhar de novo a nossa pátria sob o domínio da ditadura fascista.

# A ESCALADA TERRORISTA DA REACÇÃO

(Continuação da 1.ª página)

dirigentes revolucionários portugueses. Ainda anteontem, na Póvoa do Varzim, quando camaradas nossos procediam à colagem de cartazes foram ameaçados por elementos afectos ao PPD que depois se entregaram à destruição dos cartazes.

## FAMALICÃO: VINTE E DUAS HORAS DE CERCO AO CT DO PCP

Na sequência das actividades terroristas que têm vindo a desenrolar-se por todo o Norte, em Famalicão, a reacção mostrou mais uma vez a sua criminoso violência.

O rastilho foi uma manifestação de apoio ao grande petreio de ténis e conspirador contra-revolucionário Manuel Gonçalves, pedindo o seu regresso, rejeitando a Comissão Administrativa nomeada pelo Governo. Desta manifestação partiu-se para a tentativa de destruição de sedes de partidos progressistas. A sede do MDP/CDE foi devassada e destruídos todos os seus haveres. Dirigiram-se depois para a sede do

rigiram-se aos militantes comunistas que se encontram cercados no Centro de Trabalho por grupos fascistas, e entregaram-lhes a seguinte nota:

«Considerando-se que se impõe prioritariamente a salvaguarda de vidas humanas e face à ordem telefónica recebida do Quartel-General da Região Militar do Norte, ordena-se, em nome do mesmo, que os militantes do PCP retirados por uma manifestação dentro da sua sede em Vila Nova de Famalicão a abandonem.»

Face a esta ordem, os militantes do PCP entregaram aos oficiais das Forças Armadas a seguinte declaração:

«Em nome do Partido Comunista Português protestamos energicamente contra a ordem de evacuação do nosso Centro de Trabalho em Vila Nova de Famalicão, ordem que só aceitamos para não entrar em confronto com as Forças Armadas.»

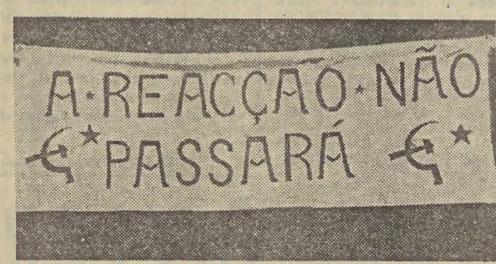
Em seguida, os militantes comunistas saíram do Centro de Trabalho, que ficou ocupado pelas forças militares.

Entretanto, começa a correr imediatamente a correr boatos reaccionários segundo os quais os comunistas te-

reza quem está por detrás do terrorismo e da conspiração reaccionária — são os grandes capitalistas como Manuel Gonçalves, os bandos hediondos dos seus homens-de-mão, é a mais negra reacção fascista.

E a terminar este comunicado distribuído na madrugada do dia 3, a DORN frisa:

A Direcção da Organiza-



ção Regional do Norte do Partido Comunista Português, advertindo uma vez mais as autoridades responsáveis de que não é com hesitações que se combate o terrorismo e a conspiração fascista, reclama um profundo e rápido inquérito aos acontecimentos de Famalicão, e o justo castigo de todos os responsáveis.

A Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português apela para todo o Povo para todas as forças democráticas e revolucionárias, para que unam os seus esforços para erguer uma forte barreira à violência terrorista e à conspiração reaccionária.

A reacção fascista será esmagada! A Revolução triunfará! A aliança Povo-MFA é uma força indestrutível.

Mas a actuação destes energúmenos não fica por aqui. Em nome das liberdades e do povo, com ódio incontrolado assaltaram e saquearam a casa de homens que o povo de Famalicão sabe que são pessoas sérias e honestas que sempre defenderam os interesses da classe trabalhadora.

A raiva com que os fascistas assaltaram e saquearam os escritórios dos advogados Lino Lima e Salvador Coutinho, e do consultório do dentista Miguel Cruz, as agressões contra militantes comunistas, os insultos e as pressões a militares, depois de serem goradas as suas tentativas de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Vila Nova de Famalicão, mostram bem que tipo de liberdade estes reaccionários pretendem.

Analisando estes acontecimentos, a Comissão Concelhia de Famalicão do PCP termina um comunicado distribuído na segunda-feira, e dirigido ao povo de Famalicão e do distrito de Braga, dizendo:

Homens e mulheres, jovens do nosso distrito: está nas vossas mãos evitar o regresso à tenebrosa ditadura

nosso Partido para fazer o mesmo.

Havia palavras de ordem tais como vamos queimar isto e morte aos comunistas. Até cerca da meia-noite tentaram mobilizar todas as suas forças, não conquistando a adesão da massa da população de Famalicão.

Os apedrejamentos sucedem-se.

Pouco depois da meia-noite lançaram-se ao assalto, pelas traseiras do prédio. Usando do seu inalienável direito de defender as suas vidas e a sua casa, os militantes comunistas dispararam tiros de caçadeira, ferindo dois dos fascistas assaltantes e fazendo gorar o assalto.

Durante toda a noite os bandoleiros puderam, livre e impunemente, manter o cerco. Tocaram os sinos a rebato mas não tiveram os resultados que contavam: prosseguiram isolados da população.

No sábado de manhã, com a situação inalterável, surgiram, percorrendo as aldeias próximas, carros que gritavam a palavra de ordem morte aos comunistas. É de frisar que toda esta acção foi realizada impunemente, com toda a liberdade. Mas também não tiveram êxito!

Procuram então mobilizar fascistas de localidades mais longínquas como Porto e Vila Nova de Gaia.

A ira fascista continuava no exterior do Centro de Trabalho a berrar «morte aos comunistas», «otelo para o Campo Pequeno», «abaixo o MFA», insultos vários a Vasco Gonçalves, sendo mesmo queimada uma bandeira do MFA, à frente dos próprios soldados, que entretanto tinham ocorrido ao local.

No interior do Centro de Trabalho os militantes do Partido Comunista Português continuaram a demonstrar a mais firme decisão de impedirem que os fascistas ali entrassem.

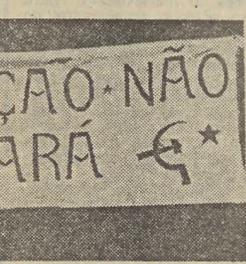
Cerca das 12 horas, chegaram mais tropas que actuaram no sentido de afastar os manifestantes por sítios não distantes das instalações. São disparados pelas Forças Armadas alguns tiros para o ar.

Pelas 17 e 15, três capitães das Forças Armadas di-

reza quem está por detrás do terrorismo e da conspiração reaccionária — são os grandes capitalistas como Manuel Gonçalves, os bandos hediondos dos seus homens-de-mão, é a mais negra reacção fascista.

E a terminar este comunicado distribuído na madrugada do dia 3, a DORN frisa:

A Direcção da Organiza-



ção Regional do Norte do Partido Comunista Português, advertindo uma vez mais as autoridades responsáveis de que não é com hesitações que se combate o terrorismo e a conspiração fascista, reclama um profundo e rápido inquérito aos acontecimentos de Famalicão, e o justo castigo de todos os responsáveis.

A Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português apela para todo o Povo para todas as forças democráticas e revolucionárias, para que unam os seus esforços para erguer uma forte barreira à violência terrorista e à conspiração reaccionária.

A reacção fascista será esmagada! A Revolução triunfará! A aliança Povo-MFA é uma força indestrutível.

Mas a actuação destes energúmenos não fica por aqui. Em nome das liberdades e do povo, com ódio incontrolado assaltaram e saquearam a casa de homens que o povo de Famalicão sabe que são pessoas sérias e honestas que sempre defenderam os interesses da classe trabalhadora.

A raiva com que os fascistas assaltaram e saquearam os escritórios dos advogados Lino Lima e Salvador Coutinho, e do consultório do dentista Miguel Cruz, as agressões contra militantes comunistas, os insultos e as pressões a militares, depois de serem goradas as suas tentativas de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Vila Nova de Famalicão, mostram bem que tipo de liberdade estes reaccionários pretendem.

Analisando estes acontecimentos, a Comissão Concelhia de Famalicão do PCP termina um comunicado distribuído na segunda-feira, e dirigido ao povo de Famalicão e do distrito de Braga, dizendo:

Homens e mulheres, jovens do nosso distrito: está nas vossas mãos evitar o regresso à tenebrosa ditadura

seguiram forçar a entrada das instalações dedicando-se depois à sua fúria destruidora.

**ASSALTO AO CT EM SANTO TIRSO**

Utilizando o esquema habitual, forças reaccionárias, manipulando a população e aproveitando-se de elementos estranhos que estão sempre presentes em situações idênticas, assaltaram o Centro de Trabalho do nosso Partido em Santo Tirso. Como habitualmente, tudo começou com a convocação de uma manifestação junto à Câmara Municipal a fim de ser destruída a Comissão Administrativa. Como sempre os mesmos gritos de «Morte aos comunistas», mesmo quando as pessoas em causa nada têm a ver com o nosso Partido e são apenas elementos progressistas dispostos a defender honestamente os interesses das populações exploradas.

Assim se passou em Santo Tirso onde depois da concentração junto à Câmara as forças reaccionárias se dirigiram para as instalações do Centro de Trabalho que assaltaram e incendiaram, cerca das 22 e 30 de terça-feira. Depois, os reaccionários dirigiram-se para as sedes da FEC e do MDP, que destruíram por completo.

Depois a sua fúria dirigiu-se para o presidente da Comissão Administrativa da Câmara, que procuraram apanhar. Pouco depois, o escritório do dr. Martins de Almeida, advogado e candidato a deputado pelo MDP,

/CDE, era saqueado e todo o recheio foi incendiado na Praça Humberto Delgado, em frente ao Palácio da Justiça.

## BOMBAS EM ANHA E FAFE

Pela segunda vez rebentou uma bomba em Fafe. Na madrugada de segunda-feira uma carga explosiva de média potência explodiu junto a um estabelecimento de vinhos, da freguesia de Gólaes, a quatro quilómetros de Fafe.

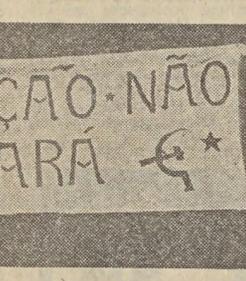
O estabelecimento atingido é propriedade do comerciante Avelino Nogueira que habita o primeiro andar do mesmo prédio. Entretanto, presume-se que o engenho explosivo se destinava ao seu filho, Albano Nogueira, membro do MDP/CDE e que emigrara para França de onde regressou depois do 25 de Abril.

Esta é a segunda bomba que explode na área, já que a primeira deflagrou há pouco tempo na mesma rua, junto de um prédio do mesmo comerciante que fora utilizado durante certo tempo como sede do MDP/CDE.

Entretanto, em Anha (Viana do Castelo), rebentou também um engenho explosivo na oficina do conhecido democrata José Martins Neiva, residente naquela freguesia. Foram também encontradas duas cargas de dinamite, das habitualmente utilizadas nas pedreiras, junto ao local onde iria decorrer uma reunião do MDP/CDE.

## PÓVOA DE LANHOSO: ASSALTADAS AS SEDES DO PCP E DO MDP

Também na Póvoa de Lanhoso a reacção atacou.



A técnica de manietação das populações aqui usada é já conhecida. Cerca das 18 horas, apareceu na Nila uma furgoneta com altifalantes, através dos quais eram dirigidos à população incitamentos anticomunistas. Na sequência disto, foram-se juntando pessoas que depois foram incitadas a dirigir-se às sedes do nosso Partido e do Movimento Democrático Português que acabaram por ser assaltadas e destruídos os respectivos recheios, depois de partidos todos os vidros à pedrada.

Embora a GNR e as forças militarizadas se encontrassem presentes, tudo quanto foi atingido pelas janelas para a rua foi incendiado.

## OLIVEIRA DO BAIRRO: ASSALTADA A RESIDÊNCIA DE UM MILITANTE DO PCP

Também em Oliveira do Bairro no passado sábado, pelas 10 horas, um grupo de vândalos assaltou a casa do camarada a quem, quando do apedrejamento do Centro de Trabalho de Aveiro, haviam queimado o automóvel.

Agora, cerca de 50 pessoas, aproveitando a altura de estarem todos ausentes, e sob a palavra de ordem de «acabar com todos os comunistas», tiraram muitos haveres para fora da casa: roupa, louças, livros e mobiliário.

Muitas louças foram par-

tidas, os livros foram queimados no jardim público, muitas outras coisas foram roubadas.

Depois deste acto de terrorismo, um grupo de algumas dezenas de pessoas, muitas delas desconhecidas na região, começaram a concentrar-se em frente à Câmara gritando que queriam que os comunistas fossem expulsos. Aproveitando o facto de ser dia de feira na localidade, conseguiram que se fosse aglutinando um maior número de populares.

Nomeadamente, exigia-se o saneamento do vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, dr. Fernando Peixinho (do MDP/CDE), de uma funcionária da secretaria, Maria Laura Carvalho Vieira, do chefe da repartição de Finanças, Gandra, e de uma funcionária da Fazenda Pública, Maria Carlota.

Alinda no distrito de Aveiro, na madrugada do passado dia 1, fascistas lançaram uma garrafa de gasolina para o interior da sede do MDP/CDE em Anadia, provocando um princípio de incêndio no edifício. A presença pronta dos bombeiros permitiu que o incêndio não alastrasse.

## BOMBA REBENTA EM LISBOA

Em frente ao edifício da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, na Rua João Crisóstomo, deflagrou na madrugada de terça-feira uma bomba de grande potência que provocou estragos consideráveis na fachada do edifício e estilhaçou os vidros de todos os prédios dos arredores.

A carga explosiva que foi colocada debaixo de uma camioneta que pertence àqueles serviços provocou um morto, presumindo-se que tenha sido o autor do atentado que foi vitimado. Aliás, segundo a informação da Comissão de Extinção da PIDE-Legião Portuguesa o indivíduo que morreu, Ricardo Pereira Resende, de 36 anos, natural de Over e residente no Algueirão, pertencera à Legião Portuguesa e à FAC (Frente Anti-Comunista).

As suas deslocações a Espanha eram frequentes, a última das quais há menos de duas semanas. Segundo as informações recolhidas por um jornal vespertino, o indivíduo em questão, que fora saneado da Empresa Geral de Fomento por ser informador da PIDE, teria dito à esposa que naquela noite não iria dormir a casa pernolando em casa da mãe que reside em Lisboa. Teria também dito à mulher que em Espanha se encontrava com Jorge de Melo, seu antigo patrão.

Entretanto, a Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas tinha sido alvo, no domingo passado, da

noutro, estregos ou acidentes pessoais a lamentar.

## ESCALADA DA VIOLENCIA NO ALENTEJO

Também no Alentejo assistimos a uma escalada violenta sob a direcção dos grandes senhores da terra, refere um comunicado da Direcção da Organização Regional do Alentejo e Algarve que acrescenta:

Em Elvas, dia 2 de Julho, cerca de 200 agrários reunidos decidem opor-se à Reforma Agrária e propõem-se espingardear os trabalhadores das herdades ocupadas. No dia 13 assaltam o Centro da Reforma Agrária, rasgam cartazes e ameaçam os trabalhadores do Centro.

No mesmo dia em Évora, um grupo de agrários, lacaiois e filhos, atacam a tiro agricultores e trabalhadores ru-

rais na herdade Sousa da Sé.

Em Reguengos de Monsaraz, na freguesia de S. Pedro do Corval, o delegado sindical Eugénio Pateiro é agredido por um bando de agrários capitaneado pelos irmãos Varela, Leitões, Fradinhos, António Serpa e Jorge Caronha Rodrigues, entre outros.

No dia seguinte, o mesmo bando, armado de varapaus, cerca, insulsa, corta pneus e ameaça virar e incendiar o carro da mulher de um funcionário do Partido. Perante a inacção da GNR., chegam ao cúmulo de invadir o posto, desligar o telefone e impedir chamadas de socorro.

Em Vila Viçosa tentam assaltar o Centro do PCP. Os intentos não são conseguidos pela firme resistência encontrada.

Em Monchique, a 18 de Julho, reaccionários fazem fogo sobre uma barragem popular e ameaçam assaltar o Centro do PCP.

Dias depois, na mesma localidade, um elemento fascista agrediu uma jovem que vendia o «Avante!».

Em Vila do Bispo, elementos reaccionários têm feito pressão para que funcionários progressistas da Câmara sejam afastados.

Em Ponte de Sor, a reacção tentou expulsar da Câmara a esposa de um militante comunista.

Em Estremoz, os agrários inventam uma abusiva requisição de motores que serve de pretexto para várias tentativas de assalto ao Grémio da Lavoura e ao Centro do PCP, e espanca-

potência para o interior da casa n.º 3, no Poço dos Clérigos, Bairro das Pites, onde supunham residir o camarada Dinis Miranda, membro do Comité Central e deputado do PCP à Constituinte pelo distrito de Évora. A casa ficou praticamente destruída, e só por acaso não morreram os três moradores. Os antifascistas Joaquim Nobre e sua esposa Feliciano Nobre ficaram muito feridos. A filha do casal, Antonieta Nobre, teve ferimentos sem gravidade.

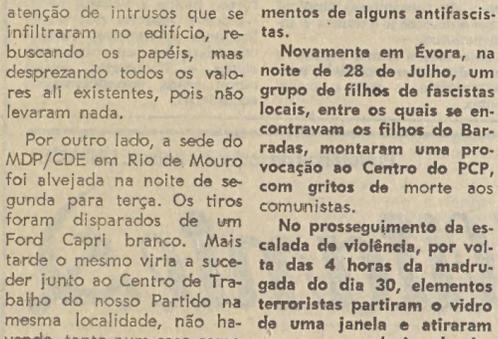
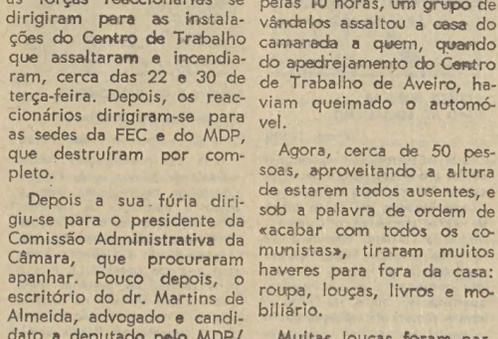
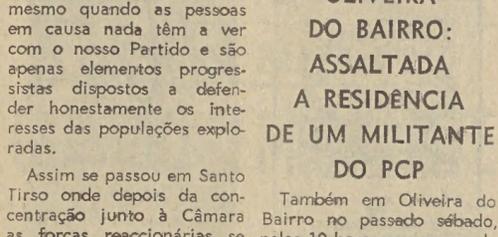
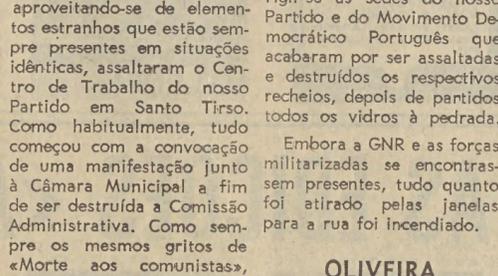
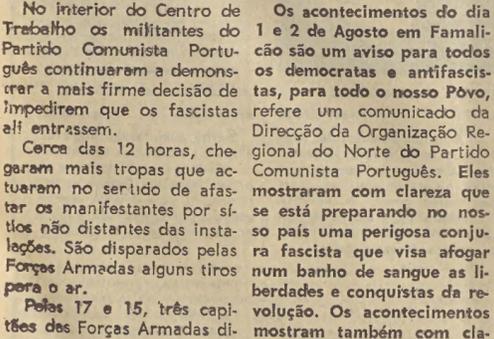
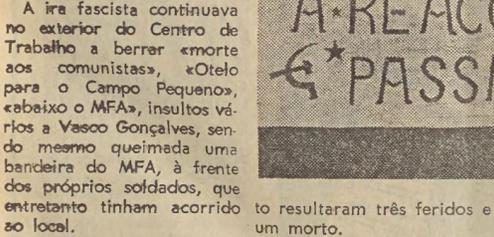
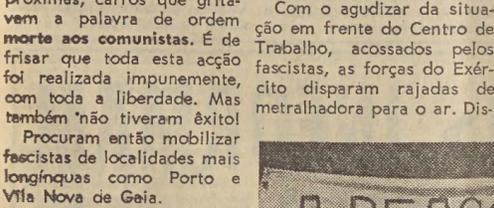
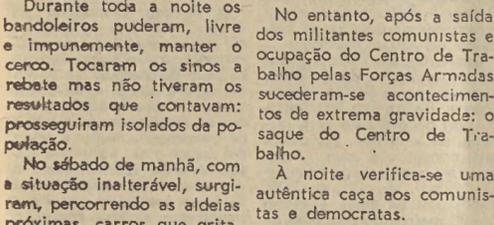
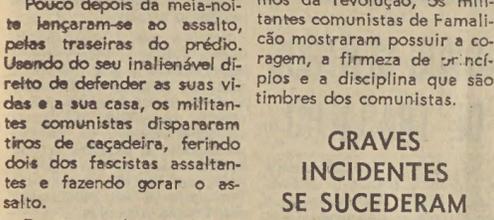
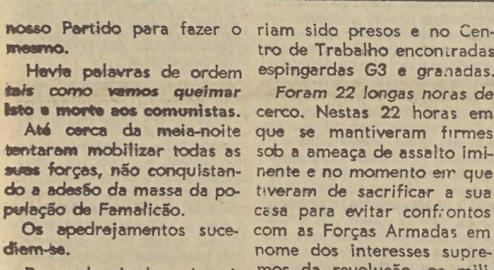
Mes também aqui a reacção viu gorados todos os seus esforços perante a determinação das classes trabalhadoras, como aliás sucedeu em Torres Vedras onde a reacção não passou, como esclarece o comunicado da Comissão Concelhia de Torres Vedras do nosso Partido o qual acrescenta que no dia 28 de Julho os caciques do concelho, da Lourinhã e do Cadaval ludi-

briando as populações menos esclarecidas e na sua generalidade exploradas por eles faziam cálculos utópicos de poderem concentrar nessa tarde cerca de 20 000 pessoas em Torres Vedras. E acrescenta o comunicado:

Porém o mais que conseguiram mobilizar não andou muito longe das 300 a 400 pessoas. Tendo em vistas através de acções violentas ocupar quatro ou cinco pontos vitais, não passaram porém de uma tentativa de assalto ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, o qual devido à intervenção das Forças Militares e Militarizadas e da acção pronta e decidida das forças progressistas, numa perfeita aliança Povo-MFA, não chegou a concretizar-se.

Vendo os seus intentos desmoronarem-se, os mais provocadores e aventureiristas, profissionais a soldo dos caciques (e não a quase totalidade dos manifestantes que a pouco e pouco e à medida que eram esclarecidos foram compreendendo o Jogo em que tinham caído e desmobilizaram prontamente), tentaram acções isoladas provocando as forças progressistas, o que deu origem a algumas lamentáveis escaramuças, até que foram um a um neutralizados.

O comunicado salda as forças progressistas e a população de Torres Vedras que não deixaram que se repetissem os crimes ocorridos na Lourinhã, cadaval e outras localidades bem como as Forças Militares e Militarizadas que actuaram da forma mais correcta para casos desta natureza. A sua montagem do sistema de defesa, nos alvos principais para os quais apontaram os reaccionários, foi perfeita. E é de realçar a maneira como conseguiram manter a frieza necessária, chamando à ordem, e apelando à calma dos excitados. Só assim foi possível neutralizar a reacção sem fazer uso das armas. Mais uma vez se fez notar a extraordinária importância que constitui para o avanço da Revolução, a aliança POVO-MFA.



Bons Companheiros

### A SITUAÇÃO MUNDIAL E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Colecciona Problemas do Social

# Delegação do Konsommol em Portugal

## REFORÇAM-SE OS LAÇOS DE AMIZADE ENTRE OS JOVENS PORTUGUESES E DA URSS

Com a presença em Portugal de uma delegação da juventude soviética, mais um passo foi dado para o estreitamento das relações de amizade e de cooperação entre a juventude soviética e a juventude portuguesa e, em particular, entre o Konsommol Leninista da URSS e a juventude comunista de Portugal e suas organizações de vanguarda, a UEC e a UJC.

Os camaradas soviéticos da delegação do Konsommol Leninista, no termo da sua estada no nosso País, concederam aos órgãos de Informação uma conferência de imprensa, durante a qual relataram as impressões da sua permanência em Portugal. Presentes as camaradas Vladimir Antoniev, membro do Comité Central do Konsommol Leninista e primeiro-secretário da organização regional de Kaliningrad, Nicolay Komporosov, membro do CC do Konsommol e operário numa fábrica de automóveis, Iuri Denisencov, membro da direcção juvenil da Associação URSS-Portugal, e a camarada Helena Ivanova, também da direcção central da referida associação. Presentes, igualmente, as camaradas José Pedro Soares, membro suplente do CC do nosso Partido e da Comissão Executiva da UJC, e Joaquim Oliveira, também da UJC.

Após o camarada Joaquim Oliveira ter referido a importância da vinda a Portugal desta delegação do Konsommol, salientando que os laços desenvolvidos entre a juventude portuguesa e a juventude soviética são um contributo para a luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, pela paz e o progresso social, usou da palavra o camarada Vladimir Antoniev, que se referiu ao fortalecimento dos laços de amizade entre as juventudes portuguesa e soviética, entre o Konsommol e a UEC e a UJC.

Adiantando que, no campo das relações bilaterais entre as organizações da juventude comunista, se tinham chegado a algumas conclusões importantes, o camarada Antoniev revelou que, no próximo dia 9 de Agosto, uma delegação unitária da juventude progressista portuguesa deslocar-se-á à União Soviética. O membro da delegação do Konsommol Leninista referiu ainda a participação, em Outubro, de uma delegação portuguesa no Encontro Mundial de Raparigas, a realizar em Moscovo, além de participação no Festival da Canção Política «Cravo Vermelho», a realizar em Sotchi dos camaradas Luís Basto e Barata Moura.

### Conhecer a vida da juventude portuguesa

Prosseguindo, o camarada Vladimir Antoniev revelou ainda que um dos objectivos principais da visita a Portugal da delegação do Konsommol

Leninista tinha sido o desejo de conhecer a vida da juventude portuguesa, o modo de trabalhar, as principais actividades, além de pudermos contribuir para a divulgação em Portugal da realidade soviética e das actividades do Konsommol Leninista.

Após ter revelado as numerosas actividades em que participou a delegação e os inúmeros contactos realizados — conversações com representantes da Associação dos Estudantes da Faculdade de Medicina, com a Associação Académica de Coimbra, visitas de estudo e de convívio às cooperativas agrícolas Sol Nascente e 1.º de Maio — o camarada Vladimir Antoniev descreveu-os como «emocionantes», passando a referir-se às impressões que toda esta série de contactos lhe deixou, bem como aos restantes membros da delegação.

Assim, os camaradas soviéticos não quiseram deixar de realçar «o espírito revolucionário da juventude portuguesa e a sua contribuição para as transformações democráticas que se operam em Portugal». As camaradas soviéticas salientaram ainda, como pontos altos da sua estada em Portugal, a sua participação nas manifestações de Évora e Setúbal, além do encontro que tiveram com o secretário-geral do nosso Partido, camarada Alvaro Cunhal.

Vladimir Antoniev revelou que, uma vez na URSS, a delegação fará o possível por revelar ao povo soviético o «espírito revolucionário do povo português e da sua juventude».

Acerca do encontro com o camarada Alvaro Cunhal, os membros da delegação do Konsommol Leninista referiram que o secretário-geral do nosso Partido lhes tinha feito uma exposição acerca da actual situação económica e política portuguesa, da actividade do PCP, da UEC e da UJC.

Internacionalismo proletário da juventude soviética

No decorrer da conferência de imprensa, que se realizou na sede da União da Juventude

Comunista, o camarada José Pedro Soares revelou aos órgãos de Informação que a delegação do Konsommol Leninista tinha oferecido à Cooperativa Sol Nascente, durante a sua estada em Portugal, um tractor, o que constitui uma prova evidente da solidariedade soviética para com o processo revolucionário português para com os operários e camponeses, para com o povo trabalhador de Portugal.

### OCTÁVIO PATO NA MARINHA GRANDE

Com a presença do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do nosso Partido, realizou-se amanhã às 21 e 30, na Marinha Grande, uma sessão de esclarecimento sobre a actual situação política.

### SOLIDARIEDADE DO PC DA GRÃ-BRETANHA

Para um encontro de informação com a direcção do PCP veio a Portugal uma delegação do Partido Comunista da Grã-Bretanha, composta pelos camaradas Jack Woddis, membro da Comissão Política e chefe do Departamento Internacional, e Dave Cook, responsável pelo trabalho de organização.

Durante a sua estada, os dirigentes do PC britânico tiveram conversações com membros da delegação do PCP composta pelos camaradas Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do CC, Carlos Abolm Inglês, membro do CC, e Aurélio Santos, suplente do CC e responsável da Secção Internacional.

A delegação britânica tomou igualmente contacto com vários aspectos da realidade política portuguesa em Lisboa, na Margem Sul e Alentejo, tendo tido encontros com representantes de organizações de massas e com operários e camponeses.

O Comité Executivo do Partido Comunista da Grã-Bre-

tanha expressou a sua solidariedade ao Partido Comunista Português e ao povo português na sua luta pela consecução da revolução democrática a caminho do socialismo.

Em todo o Mundo continuam a verificar-se da parte de partidos operários manifestações de solidariedade à Revolução Portuguesa e ao nosso Partido, acompanhadas de duras críticas às forças políticas responsáveis pela escalada reaccionária desencadeada em Portugal nas últimas semanas.

Publicamos, a seguir, a declaração emitida pelo Comité

### Salvador do Pomar A MELHOR HOMENAGEM É CONTINUAR LUTANDO

Num pequeno acto de justiça para com aquele que sempre soube ser fiel aos interesses da sua classe, Salvador Joaquim do Pomar, morto há dois anos, foi homenageado, no último sábado, dia 2, pela população de Santiago do Escoural, no Alentejo, terra onde nasceu. Com uma romagem ao cemitério e um comício, o proletariado rural, a que o nosso camarada pertencia, fez-se representar em grande número juntamente com José Vitoriano, membro do Comité Central do nosso Partido, que, saudando os trabalhadores ali presentes, afirmou, a dado passo, que, a melhor homenagem ao nosso camarada Salvador do Po-

## FUNDOS PARA O PARTIDO

Nas actuais condições da vida portuguesa proporcionadas pelo avanço irreversível do processo revolucionário, novas e importantes tarefas cabem ao partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido Comunista Português.

Para que essas tarefas sejam concretizadas, em conjunto com todo o povo e em estreita aliança com o Movimento das Forças Armadas, exige-se de todos nós, militantes, simpatizantes e amigos do PCP, grande espírito de sacrifício, grande firmeza e determinação — o mesmo espírito de sacrifício e as mesmas firmeza e determinação que durante a noite fascista fizeram do nosso partido a vanguarda na luta pela liberdade e pelo fim da exploração e da opressão.

Para que essas tarefas sejam concretizadas, é também preciso que todos, militantes, simpatizantes e amigos do PCP não se esqueçam de contribuir materialmente para o Partido.

Essa contribuição é indispensável para cobrir as inúmeras e crescentes despesas a que somos obrigados.

É necessário que os militantes paguem regularmente as suas quotas; é necessário que simpatizantes e amigos nos façam chegar regularmente se possível, as suas contribuições.

A ajuda financeira ao Partido é uma tarefa que deve estar na primeira linha das preocupações de todos nós.

## DECLARAÇÃO DO CC DO PC DA GRÉCIA

Central do Partido Comunista da Grécia.

Os esforços do imperialismo internacional para a organização de um novo golpe em Portugal intensificaram-se nos últimos tempos. O imperialismo tenta por todos os meios parar a marcha revolucionária do povo e do Movimento das Forças Armadas de Portugal e de submeter de novo este país à sua tutela mortal. Agentes da NATO, a reacção local — grandes capitalistas e latifundiários —, os maofistas, a banca nacional e a social-democracia — trabalham todos no mesmo sentido.

O fracasso dos golpes anteriores apolados pelo ex-presidente Spínola, oficiais de direita e as forças reaccionárias portuguesas por um lado, e, por outro lado, o medo do imenso movimento de indignação e de protesto que provocaria no Mundo inteiro uma intervenção aberta dos imperialistas americanos constrangeram os organizadores dos golpes consecutivos a recorrer a meios mais camuflados e a acentuar principalmente o papel da social-democracia portuguesa e internacional. E o que ressalta muito claramente do famoso caso «República» e da publicidade que lhe foi feita pelos socialistas de Soares, as intrigas que se sa-

bem e a actividade intensa desenvolvida pelos dirigentes dos partidos políticos social-democratas da Alemanha Ocidental e de outros países da Europa Ocidental. A social-democracia ofereceu-se para a promoção dos planos do imperialismo. Para dissimular e justificar o novo golpe, alimenta o fogo contra os comunistas, que estiveram na vanguarda da longa luta antifascista e se encontram também hoje na vanguarda da luta comum do povo e das Forças Armadas, por mudanças revolucionárias profundas em Portugal. A revelação de que jornalistas socialistas da «República», estiveram na base da nova provocação da reacção que apareceu no jornal francês «Le Quotidien de Paris», mostra a que ponto os socialistas portugueses são empurrados pela reacção local e internacional na via errada do anticomunismo.

E todavia certo que esta nova manobra anticomunista e antipopular organizada desta vez com a ajuda da social-democracia portuguesa e internacional se chocará igualmente com a unidade de granito e com a luta comum do povo e das Forças Armadas e que a sua sorte será semelhante à das anteriores. Portugal avançará na via de mudanças revolucionárias: os tempos o exigem.

O povo grego, que sofreu tantos golpes e intervenções imperialistas e que aprendeu tanto no decurso da ditadura fascista, denuncia as maquinacões e os planos de golpe do imperialismo e da reacção portuguesa e exprime a sua solidariedade ao povo português, ao Partido Comunista Português e ao Movimento das Forças Armadas.

O Partido Comunista da Grécia, fiel aos princípios do internacionalismo proletário, encontra-se imediatamente ao lado do Partido irmão de Portugal e dirige de novo um apelo à classe operária, a todos os trabalhadores, a todos os patriotas, a todo o povo do nosso país, para que desenvolvam e intensifiquem o movimento de solidariedade ao povo português, para que fortaleçam a luta contra o inimigo comum: o imperialismo e os seus lacaios.

Nas aldeias de Marmelos e da Venda, freguesia de Santiago Major (Alandroal), e em Brises e Escoural (Casa Branca — Estremoz) abriram recentemente Centros de Trabalho do nosso Partido.

Outro Centro foi inaugurado no concelho de Palmela, abrangendo os Bairros Alentejano e Bairro dos Marinheiros, no decorrer de uma jornada de convívio, incluindo um comício, a que esteve presente o camarada Francisco Miguel, do CC do PCP. Participou na festa o grupo dos Pioneiros do concelho de Almada, e houve bailarico e cantares alentejanos.

## A MORTE DE ANTÓNIO TEODORO

Faleceu o camarada António Teodoro, operário corticeiro, que contava 68 anos e era natural de Silves. Foi um grande lutador antifascista, um comunista que sempre soube honrar o seu Partido.

Desde jovem que participou nas lutas dos corticeiros da sua terra, tendo tomado parte na greve de 18 de Janeiro de 1934. Por este motivo foi preso e condenado, sendo deportado primeiro para a fortaleza de Angra do Heroísmo e depois, em Outubro de 1936, para o campo de concentração do Tarrafal, onde passou vários anos.

Regressado a Portugal em 1945, voltou a ser preso em 1949, tendo passado mais dois anos no Forte de Peniche.

Trabalhava presentemente na firma Vitor Fernandes, em St.ª Marta de Corroios, e residia na Cova da Piedade.

No funeral participaram familiares e amigos, incluindo vários camaradas que tinham estado com ele no Tarrafal, e que o homenagearam com uma palma de flores.

O seu caixão foi coberto com a bandeira do nosso Partido, e à beira da sepultura um seu antigo camarada proferiu algumas palavras em nome dos presentes e em nome do Partido.



Morreu Benoit Frachon, um dos seus fundadores, em 1920.

Filho de um mineiro, começou a trabalhar com 13 anos. Aos 16 tinha participado já em numerosas lutas sindicais. Membro do Comité Central do PCF desde 1926, desempenhou um importante papel como dirigente, em especial nos anos difíceis da Segunda Guerra Mundial, sob a ocupa-

ção nazi, como organizador da Resistência aos invasores fascistas. Durante mais de 20 anos, de 1945 a 1967, foi também secretário-geral da CGT, tendo conduzido algumas das principais batalhas da classe operária francesa.

O «Avante!» associa-se à dor dos camaradas do PCF. Lutadores como Benoit Frachon permanecem para sempre na história dos partidos pelos quais souberam viver e combater. São a própria imagem do comunismo.

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista Francês o seguinte telegrama:

Enviamos fraternais condolências falecimento camarada Benoit Frachon, grande militante do movimento sindical e revolucionário francês e internacional. Seu nome ficará ligado à luta da classe operária pela democracia, a paz, o socialismo.

## PARTIDO COMUNISTA COLOMBIANO

No dia 17 de Julho, o Partido Comunista Colombiano comemorou 45 anos de existência. Num editorial relativo ao aniversário, a «Voz Proletária», órgão central do PCP, escreveu: «Durante a sua existência o PCP conheceu capítulos sombrios, momentos em que foi posto à prova, numerosos estados de sítio, ora decretados por liberais ora por conservadores, com que a oligarquia pretendia congelar o desenvolvimento político do país. O processo de avanço popular rebotou sempre essas cadeias e mordagens. Sob o Governo de Lopez Michelsen urge elevar a luta a um novo nível, abrindo o caminho à ascensão das massas apesar dos obstáculos oficiais e colocando no centro da nossa acção a construção da unidade popular.»

Ao camarada Gilberto Vieira, secretário-geral do PCP, e a todos os camaradas colombianos, as nossas saudações fraternais.

Pelo camarada Gilberto Vieira, secretário-geral do CC do Partido Comunista da Colômbia, foi enviado ao CC do nosso Partido um telegrama em que se transcreve a saudação aprovada pelo Pleno do Comité Central do PC da Colômbia e que é do seguinte teor:

O Pleno expressa a sua admiração e o seu apoio ao PC Português e ao seu querido dirigente Alvaro Cunhal pela forma lúcida e valente como conduz a marcha dos trabalhadores portugueses para a conquista dos seus plenos direitos e liberdades, assim como pelas transformações socialistas.

SEARA NOVA

N.º DE JULHO

Sobre o Controlo Operário da Produção — Algumas Questões Pendentes no Processo Revolucionário Português — A Ideologia e o Escritor — Proposta para Uma Acção Musical Através da Televisão — Colocar o Anarelo do Estado ao Serviço da Revolução — Etc.

Colaboração de Alexandre Ribeiro, Luís de Carvalho e Oliveira, Octávio Almeida, Augusto Costa Dias, Luís de Sousa Rebelo, Mário Vieira de Carvalho, António Teodoro, Anélio Bravo, G. A. Gonçalves, etc.

DEMOCRACIA SOCIALISTA

V. ILENINE

## AS EDIÇÕES «AVANTE!» INFORMAM

UNIDADE POPULAR, RUMO AO SOCIALISMO. Preço: 10\$00

LENINE E OS CAMPEONES. P. Lunikov - A. Gontcharov. Preço: 25\$00

O PCP E A LUTA SINDICAL. Preço: 80\$00

REVISTA INTERNACIONAL. N.º 6. Preço: 20\$00

INTRODUÇÃO AO MARXISMO. Emile Burns. Preço: 20\$00

# ANTOLOGIA DA REACÇÃO

## O «socialismo» de Spínola

Segundo o correspondente do jornal francês «Le Monde», reinava uma grande animação no «quartel-general do ex-general Spínola, no Rio», quando ali esteve na semana passada. Os telefones não paravam e vários dos «16 oficiais» que o acompanharam a cada momento.

O ex-general estava eufórico e falou pelos cotovelos. O título da entrevista relaciona-se com o assunto que o motivou: «O ex-general Spínola não nega ter encontrado socialistas portugueses na Europa». Os «oficiais exilados» acompanhavam com «uma febre compreensiva» a evolução dos acontecimentos em Lisboa. O redactor de «Le Monde» assinala que o ex-general pensa que «as manifestações de massa organizadas por Mário Soares podem levar a uma inversão das perspectivas». Mas acentua que é necessário ler nas «entrelinhas» as suas declarações.

«Não estou ligado a nenhum partido político — respondeu Spínola ao ser interrogado sobre um presumível encontro com emissários socialistas — embora as minhas ideias sobre a maneira de reconstruir o País concordem em muitos pontos com a ideologia socialista. Significa isso que eu não critico a posição actualmente assumida pelo Partido Socialista e pelo PPD a favor da democracia e da liberdade do povo português?»

O ex-presidente não esclareceu, porém, em que consistia essa posição «a favor da democracia e da liberdade». Porventura referia-se à «marcha sobre Lisboa» concebida pelos do nosso Partido, em que participaram conhecidos caciques do PPD e do CDS?

Segundo o redactor de «Le Monde», o general fez questão de insistir nas suas «ideias socialistas» e recomendou-lhe que lesse uma entrevista que concedera em Janeiro ao «Expresso».

É realmente uma entrevista difícil de esquecer. Nesse tempo, em Massamá, Spínola defendia o «socialismo em liberdade» e, com base nas suas «ideias socialistas», preparava a tentativa golpista do 11 de Março.

## O estranho «apoio» ao Episcopado

Primeiro foi em Aveiro. Depois em Viseu, Bragança e Coimbra. Agora é em Braga, no próximo domingo. Será, em poucos dias, a quinta manifestação convocada para «apoio aos bispos portugueses». No tocante a Braga, a convocatória, como outras, é anónima, mas foi amplamente distribuída em todas as paróquias da arquidiocese. O tom é político, não é religioso. «Interpretando o sentir de todos vós, espalhados pela vasta província do Minho — diz o panfleto —, organizamos uma manifestação de apoio aos bispos portugueses, no momento em que todos eles se têm determinado, firmemente, pela defesa dos direitos fundamentais do homem.»

É o estilo do 28 de Setembro. É a tática do 28 de Setembro. É a linguagem do 28 de Setembro. Em vez de manifestações da «maioria silenciosa», a reacção promove manifestações de «apoio ao Episcopado». Não existe em Portugal um problema religioso, não há qualquer conflito entre a Igreja e o Estado. A reacção trata de explorar em benefício dos seus objectivos contra-revolucionários.

## EM CORTIÇOS

# TRABALHADORES OCUPAM UMA QUINTA

No dia um do corrente uma comissão de trabalhadores agrícolas da freguesia de Cortiços, Macedo de Cavaleiros, ocupou um casal subaproveitado pertença de um proprietário absentista.

Os trabalhadores da região estão firmemente dispostos a defenderem os seus interesses formando uma cooperativa agrícola de produção.

Assim, os trabalhadores rurais do Norte iniciaram na prática a Reforma Agrária, conquistando a terra para quem a trabalha e colaborando na batalha da produção agrícola.

A semelhança dos seus camaradas do Sul, os assalariados do Norte começam a ganhar consciência de classe contra o inimigo comum dos trabalhadores portugueses: os monopólistas, os latifundiários e os proprietários absentistas.

rios os sentimentos religiosos de sectores pouco esclarecidos da população. O que se passou em Coimbra é típico dos métodos e fins dos organizadores dessas inquietas manifestações. Após a alocução do prelado da diocese, desenrolou-se uma cena preparada nos bastidores. Primeiro falaram três elementos reaccionários, um dos quais estudante. Depois, foram lidos três telegramas dirigidos respectivamente ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e ao general Otelo Saraiva de Carvalho. No primeiro e no último reivindicava-se «uma informação livre e objectiva», «um ensino livre e acessível» e a restituição à Igreja da Rádio Renascença. A linguagem do telegrama enviado ao general Vasco Gonçalves é muito diferente. Os responsáveis pelo texto, falando em nome de uma «grande assembleia de cristãos de Coimbra», «exigem que a política salvaguarda dos direitos humanos que são anteriores ao Estado. Assim sendo, estaremos com a Revolução Portuguesa.»

É muito esclarecedor o facto de agitadores reaccionários, estrategicamente colocados entre a multidão, terem vaiado com intensidade o nome do Primeiro-Ministro. A fina-flor da reacção de Coimbra estava presente. Não faltaram os mais destacados caciques fascistas de vários concelhos do distrito. Em Braga acontecerá exactamente o mesmo. Será uma manifestação reaccionária, na qual a nota religiosa não passará de mero pretexto. O fascismo tenta cobrir-se com o manto da religião para desafios cada vez mais agressivos ao processo revolucionário.

## As agressivas frustrações do PPD

Acompanhando a escalada da reacção, o PPD está também a mudar de linguagem. Os seus dirigentes trocam a antiga prudência por uma arrogância crescente. A Comissão Política Distrital de Lisboa daquele partido divulgou primeiro um comunicado no qual afirmava que «o tempo decorrido em infundáveis contactos revela bem o isolamento crescente do Primeiro-Ministro na procura de um qualquer Governo de ocasião». Na mesma nota acusava-se o general Vasco Gonçalves de conservar elementos inaptos e de «fabricar» um Governo sem um mínimo de representatividade.

Tudo insuflantemente gratuito.

Poucas horas antes de serem conhecidas as decisões da reunião de segunda-feira no Quartel-General do Governo Militar de Lisboa, a mesma Comissão Política do PPD voltava à carga em tom mais agressivo. Aludia ao «escândalo da inoperância do Primeiro-Ministro na formação do V Governo Provisório» e manifestava a esperança de que os mais elevados representantes do poder militar compreendessem a gravidade da situação. Em comunicado ao País a Juventude Social Democrata completava, quase simultaneamente, a mensagem. «Só a adopção das medidas propostas pelo PPD ao MFA — acentuava — permitirá encontrar uma plataforma política que possa encaminhar o País decisivamente para o socialismo.» Que medidas? A Juventude Social Democrata apontava algumas: eleições nos sindicatos, eleições nas autarquias locais, «uma informação livre». Referia-se também a uma plataforma de entendimento do MFA com «as correntes progressistas representativas do povo português».

Que correntes? As que se esforçam por dividir os trabalhadores, as que exigem em altos brados o pluralismo sindical (repudiado pelo MFA e por todos os autênticos revolucionários), as que mobilizam a reacção para o assalto a sedes de partidos progressistas e a autarquias locais? O que entende o PPD por «informação livre»? Não é certamente a da maioria dos órgãos de informação que, nos últimos dias, tomaram uma firme atitude em defesa do processo revolucionário. Refere-se ao democrático e revolucionário «Expresso»? Ou terá como modelo de «informação livre» o «Jornal Novo», que, em 2.ª edição, anunciava, com sensacionalismo, a renúncia do general Vasco Gonçalves a perseguir nos contactos para a formação do Governo e, após especulações e intrigas, apontava a probabilidade de um gabinete controlado por elementos «moderados»?

O PPD, que não costuma ter pressa em manifestar-se, falou desta vez antes de tempo. O País não terá o Governo reaccionário com que os seus dirigentes sonham.

## A oratória do CDS...

As intervenções dos senhores deputados do CDS na Assembleia Constituinte caracterizam-se pelo seu carácter hermético. Falam para que só eles e os amigos mais próximos entendam o que di-

zem. O sr. Amaro da Costa, por exemplo. Ao discursar sobre o artigo 1.º do texto do parecer da Comissão dos Princípios Fundamentais — texto que recebeu duras críticas de nosso Partido —, o deputado do CDS achou oportuno dizer o que pensava a respeito de uma «sociedade sem classes». afirmou então solenemente:

«Ao lutar por este objectivo, o Estado democrático visa a transição para o socialismo, sendo nosso o entendimento de que a socialização dos meios de produção ou de riqueza constituem um instrumento pragmático e não dogmático que se orienta fundamentalmente para a recriação das condições de vida do homem em sociedade.»

«O socialismo que se deseja ver realizado é, pois e fundamentalmente um socialismo de distribuição, um socialismo de consumo e um socialismo de participação.»

Em resumo: o CDS é a favor de uma sociedade «sem classes», desde que a classe dominante não seja destruída, desde que a exploração do homem pelo homem permaneça. E a favor do «socialismo», contanto que o capitalismo sobreviva.

## E a retórica da Ordem dos Advogados

A oratória da Ordem dos Advogados é diferente. Mais solene, mais altiva. Mas igualmente reaccionária. O respeito pelo Direito (o direito criado pela burguesia, evidentemente) como valor absoluto é o seu cavalo de batalha. Eis algumas expressivas passagens emitidas de um comunicado exortado pelo Conselho Distrital do Porto da respeitável Ordem:

«Há valores e direitos que, ao constituírem porventura a mais nobre conquista da civilização humana na sua luta contra a arbitrariedade, a opressão e a tirania são inrogáveis e são universais. Representando a inteligência, eles impõem-se pelo suporte

ético em que assentam e constituem limite de actuação a todo o poder político que se não queira ditatorial e, por isso, prepotente.» Essas pomposas afirmações servem de prólogo a outras através das quais os senhores membros da Ordem dos Advogados revelam com muita clareza a sua posição ideológica, de classe, reaccionária. «Não é burguesa a vida ou a liberdade, como burgueses não são os direitos à assistência de advogados, ao processo penal imparcial e digno, à presença de inocência até prova em contrário. Como em fim burguesa não é a punibilidade do homicídio voluntário.» Concluem os senhores membros do Conselho Distrital do Porto por aludir «à hostilidade quase permanente ao princípio da legalidade e a um sistema jurídico que é património cultural deste país.»

A eloquência florida dos senhores membros da Ordem não basta para esconder o que pretendem. Os seus valores não são os valores defendidos por uma sociedade revolucionária a caminho do socialismo. Abstem-se de dizer que o sistema jurídico que definem como património cultural do País foi em parte criação do fascismo e que a outra parte representa a herança de juristas que encaravam o Direito como instrumento de defesa e consolidação de uma sociedade de classes, assente na exploração do homem pelo homem. O Portugal livre e democrático saberá forjar um Direito que corresponda ao caminho que livremente escolheu. Não será certamente um Direito em nome do qual possam ser restituídos à liberdade, por decisão de um juiz reaccionário, em resposta a manobras de advogados reaccionários, inimigos do povo como os banqueiros do grupo Espírito Santo.

Nenhum revolucionário digno do nome contesta o princípio da legalidade. O que se contesta é a legalidade da reacção. Acima dela e contra ela está a legalidade revolucionária.

# A SOCIAL-DEMOCRACIA EUROPEIA CONTRA A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

A chamada Cimeira da social-democracia europeia, em Estocolmo, foi, como se esperava, dominada pelos debates sobre a situação política em Portugal. Aquilo que nunca fora possível durante 48 anos de fascismo tornou-se agora um facto. Os principais dirigentes da Internacional Socialista reuniram-se para discutir o problema da democracia no nosso País. Não para unirem esforços em defesa da Revolução Portuguesa. Fundamentalmente para encontrarem fórmulas adequadas para prestar a sua ajuda a forças políticas que se divorciaram do processo revolucionário.

Estiveram presentes dirigentes e governantes social-democratas de onze países europeus e de Israel. Uma das principais decisões tomadas foi a de constituir uma Comissão de Ajuda e Apoio ao Partido Socialista Português. Segundo declarações do primeiro-ministro Olof Palme, da Suécia, essa Comissão tomará «uma posição muito forte» em defesa daquilo a que chama «o movimento sindical livre» (leia-se pluralismo sindical), da «liberdade de imprensa» (leia-se caso «República», «Expresso», «Jornal Novo», etc.) e do «direito de todos os grupos e partidos a trabalharem fora do país com os seus amigos em qualquer parte do mundo» (leia-se campanhas d. fundos a favor do PS e iniciativas semelhantes). Acrescentou que a Comissão «mobilizará a opinião pública dos países participantes a favor da democracia em Portugal. Depreende-se dessas palavras, em face dos antecedentes, que podemos contar com uma intensificação na Europa Ocidental da campanha de calúnias contra a Revolução Portuguesa.

Foi relativamente fácil o acordo dos dirigentes social-democratas quanto aos objectivos de cerco político ao Portugal livre. No terreno económico a unanimidade não foi, entretanto, possível. Houve divergências. O primeiro-ministro Harold Wilson da Grã-Bretanha defendeu medidas de chantagem económica tão directas e drásticas que até o secretário-geral do PS, dr. Mário Soares, se viu forçado a declarar, no regresso a Lisboa, que não «perilhava o ponto de vista do seu colega britânico». O chanceler da RFA, Helmut Schmidt, contudo, concordava totalmente com Wilson. Opõe-se a qualquer forma de ajuda enquanto não for implantado em Portugal um regime de democracia normal, isto é, uma democracia burguesa nos moldes da Europa Ocidental, portanto incompatível com a opção socialista do MFA e do Povo Português. Já Olof Palme foi muito menos categórico a respeito do problema da ajuda económica. Quanto ao secretário do Partido Socialista Francês, François Mitterrand, condenou a imposição de condições de qualquer espécie. «Tudo o que permitir uma ajuda à democracia em Portugal — declarou — será

boim para os socialistas portugueses dado que respeitam os direitos dos portugueses a determinarem-se a si próprios.»

Ao chegar a Estocolmo o secretário-geral do Partido Socialista Português afirmou que não buscava apoio na conferência para o seu partido. «Os socialistas portugueses — sublinhou — devem resolver por si os seus problemas.» Mas o dr. Mário Soares encontrou esse apoio sob a forma de uma série de iniciativas que representam uma nítida ingerência da social-democracia europeia nos assuntos internos portugueses. E essas iniciativas — concretizadas em discursos e manobras de chantagem política e económica — não desagradaram ao dr. Mário Soares.

Aprova-as. E o que se conclui das suas declarações: «Encontrei-me com os líderes socialistas da Europa inteira e é uma grande consolidação para nós, portugueses, saber que a Europa e o mundo estão a seguir, apaixonadamente o desenvolvimento do processo revolucionário português e que põem grandes esperanças no espírito e na decisão socialistas.»

Foi relativamente fácil o acordo dos dirigentes social-democratas quanto aos objectivos de cerco político ao Portugal livre. No terreno económico a unanimidade não foi, entretanto, possível. Houve divergências. O primeiro-ministro Harold Wilson da Grã-Bretanha defendeu medidas de chantagem económica tão directas e drásticas que até o secretário-geral do PS, dr. Mário Soares, se viu forçado a declarar, no regresso a Lisboa, que não «perilhava o ponto de vista do seu colega britânico». O chanceler da RFA, Helmut Schmidt, contudo, concordava totalmente com Wilson. Opõe-se a qualquer forma de ajuda enquanto não for implantado em Portugal um regime de democracia normal, isto é, uma democracia burguesa nos moldes da Europa Ocidental, portanto incompatível com a opção socialista do MFA e do Povo Português. Já Olof Palme foi muito menos categórico a respeito do problema da ajuda económica. Quanto ao secretário do Partido Socialista Francês, François Mitterrand, condenou a imposição de condições de qualquer espécie. «Tudo o que permitir uma ajuda à democracia em Portugal — declarou — será

# VITÓRIA DAS FORÇAS DA PAZ

O documento final aprovado e subscrito em Helsínquia pelos representantes de 33 países da Europa mais os Estados Unidos e o Canadá, tem um significado histórico para a defesa e a consolidação da paz no continente europeu.

A última sessão da Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa encorreu um período de importantes vitórias das forças da paz no mundo e constituiu um marco notável nos esforços prolongados dessas mesmas forças para banir em definitivo a guerra como forma de solução dos diferendos internacionais.

Nos dois anos que mediaram desde a primeira sessão da conferência — em Helsínquia, também —, as forças do imperialismo e da guerra sofreram reveses insuperáveis, e a tensão internacional diminuiu e os artifices da guerra fria viram bastante reduzido o seu campo de manobra.

Na Peninsula Indochinesa calaram-se os canhões e os povos do Vietname, do Laos e do Camboja saíram hoje com o mesmo andar combativo das feridas de uma guerra monstruosa de puro genocídio.

No Próximo Oriente, apesar das tensões existentes, o Suez abriu-se de novo à navegação e os agressores israelitas viram-se constrangidos a recuar as suas linhas de ocupação. Em Chipre, os esforços americanos para atear um novo foco de guerra na estratégica ilha mediterrânica resultaram em vão. A Turquia, pelo seu lado, acaba de ocupar as bases americanas instaladas no seu território.

Na Europa, o principal ponto de tensão — a ameaça maior à paz mundial —, perdeu conteúdo com a assinatura do tratado entre as duas Alemanhas.

Na América Latina terminou o bloqueio imposto pelo imperialismo americano à Cuba heroica.

## Conferência de Helsínquia

# VITÓRIA DAS FORÇAS DA PAZ

Na África, em resultado da conjugação das guerras libertadoras dos povos da Guiné-Bissau, de Moçambique e Angola, da luta dos povos de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe e do Movimento de 25 de Abril em Portugal, o sistema de dominação colonial do imperialismo está prestes a ser banido para sempre de todo o Continente.

## Portugal, a grande prova

Nos bastidores da conferência, Portugal foi um assunto permanente. Pode-se afirmar que, fora do plenário, a Revolução Portuguesa foi o tema mais discutido pelas delegações presentes em Helsínquia. Portugal é, por força de compromissos assumidos durante o fascismo, membro da NATO, uma aliança agressiva, cujos fins são incompatíveis com o «espírito de Helsínquia». O povo português e as forças revolucionárias mais consequentes têm, contudo, plena consciência de que uma decisão unilateral (a denúncia do Tratado de Atlântico Norte) só contribuiria neste momento para o aumento das tensões na Europa. Mas a controvérsia entre os objectivos da NATO e os objectivos e princípios da Revolução Portuguesa persiste. Conforme o Presidente da República declarou na capital finlandesa, o Portugal livre e

democrático, a caminho do socialismo, é favorável a uma política de paz, de plena independência, de diálogo entre povos que vivem sob sistemas sociais e económicos diferentes. E, portanto, no contexto da política do desanuviamento que o nosso país, através de acordos globais que traduzam o espírito da Acta de Helsínquia, pretende encontrar a solução para o problema da NATO, inseparável do problema mais vasto da segurança e cooperação europeias e da paz no mundo.

O mesmo se pode dizer a respeito do nosso contencioso com os Estados Unidos, resultante da existência de uma base militar americana em território português. Somos uma nação soberana que não deseja ver-se envolvida na política do imperialismo. A questão da Base das Lajes só pode ser resolvida através do diálogo, no respeito pelos princípios agora aprovados e não mediante pressões imperialistas e manobras de chantagem política e económica.

A Revolução Portuguesa, tão criticada pelos governantes do mundo capitalista, coloca assim, a partir de agora, à prova os novos mecanismos da segurança europeia, unanimemente elogiados pelos representantes dos países que participaram na conferência. É preciso que os actos sejam a confirmação

# AS PALAVRAS E AS INTENÇÕES

## COSTA GOMES (Presidente de Portugal)

«A nova orientação de Portugal permitiu-nos a integração real dentro do espírito da cooperação. Efectivamente, o lançamento decidido nas tarefas da descolonização, no que representa de cumprimento do direito dos povos à independência e de democratização, são os nossos pressupostos para uma política de cooperação. Para o efeito dessas condições, disseme e temos seguido claramente uma política externa baseada tanto no respeito dos nossos anteriores compromissos internacionais como na total abertura a todos os povos do Mundo, com absoluto respeito dos princípios da igualdade de direitos, não interferência nos assuntos internos e no reconhecimento do direito dos povos a dispor de si próprios. Esta a nossa política internacional, esses os princípios que aplicamos e exigimos nas relações internacionais.»

## JANOS KADAR (1.º-secretário do Partido Comunista da Hungria)

«Há 30 anos o destino do povo húngaro tomou um novo e melhor rumo com a vitória da coligação antifascista e porque o Exército soviético e aqueles que combatiam a seu lado expulsaram as forças de ocupação fascistas e hitleristas do nosso território nacional. Desde então o povo húngaro viveu em paz, recuperando a sua independência nacional e a sua soberania.»

## OLOF PALME (Primeiro-ministro da Suécia)

«Certos aspectos da preparação militar dos Estados não podem, bem entendido, ser tornados públicos, mas estamos convencidos de que se trata de uma parte dessa informação, hoje secreta, por desconfinança, tradição ou espírito burocrático, fosse divulgada verificar-se-ia que importantes despesas para fins militares não são necessárias.»

## TODOR JIVKOV (1.º-secretário do PC da Bulgária)

«Uma das orientações decisivas da nossa actividade futura será sem dúvida completar o desanuviamento político com o desanuviamento no terreno militar. O passo futuro poderia ser o estabelecimento de um sistema de medidas tendo em vista a cessação da corrida às armas, a negociação de um acordo sobre a redução das forças armadas e dos armamentos na Europa Central, a redução progressiva da divisão da Europa em blocos militares.»

## ALDO MORO (Presidente da CEE)

«Assinarei a acta final da Conferência na minha dupla condição de representante da Itália, em nome desse país, e na de presidente em exercício dos conselheiros da Comunidade, em nome da última. Os outros países terão assim a garantia de que as conclusões da Conferência serão aplicadas por parte dos países da Comunidade nas matérias da sua competência.»

## HELMUT SCHMIDT (Chanceler da Alemanha Federal)

«O Parlamento alemão e os cidadãos do meu país consideram com respeito os resultados desta Conferência, mas também com realismo. Dezenas de anos de confrontação não dão lugar de um dia para o outro a uma nova época de cooperação.»

## ERICK HONECKER (1.º-secretário do PSU, RDA)

«A Conferência Pan-Europeia dos Estados não tem paralelo na história do continente europeu. A sua conclusão é um êxito da causa da paz, um triunfo do realismo político e da razão. Comprova-se uma vez mais que para a política da coexistência pacífica não há outra alternativa. Há dez anos os Estados signatários do Tratado de Varsóvia sugeriram a convocação de uma Conferência de Segurança Europeia. Hoje essa ideia converteu-se na causa comum dos povos europeus, de todos os Estados participantes, numa obra de transcendência histórica. Esse desenvolvimento tornou-se possível graças ao impulso do programa de paz aprovado pelo 24.º Congresso do Partido

## GUSTAV HUSAK (Presidente da Checoslováquia)

«A História demonstra que um incalculável número de agressões na Europa está ligado ao abuso do Poder, à violência e à opressão. O «ditado» de Munique, a ocupação da Checoslováquia, a invasão da Polónia, da França, da Jugoslávia, da URSS e de outros países europeus, todos esses horrores e as vítimas da segunda guerra mundial são o resultado.»

## JOSIP TITO (Presidente da Jugoslávia)

«Os homens e os povos estão cada vez mais conscientes da que as condições e meios de trabalho modernos os levam imperiosamente a aproximar-se e associar-se. Estão prontos a fazê-lo com a condição de serem livres e iguais, de viverem uma paz e uma segurança iguais para todos, na coexistência activa e pacífica e não em sistemas de dependência, servidão e insegurança. A política de não alinhamento é uma das vias seguras pelas gerações de hoje na sua busca de novas respostas, simultaneamente democráticas e realistas, para os problemas existentes.»

## GERALD FORD (Presidente dos EUA)

«Para os aliados da América, nós, ocidentais, devemos prosseguir no caminho em que nos engajamos juntos, reforçados pela confiança recíproca de cada um. A estabilidade na Europa exige um equilíbrio na Europa e por isso asseguro-vos que o meu país continuará a ser um parceiro envolvido e digno de fé (...). As negociações actualmente em curso em Viena sobre reduções mútuas e equilibradas de forças não produziram até agora nenhuns resultados que eu esperava. Os EUA continuam dispostos a dar prova de flexibilidade, prosseguindo essas negociações, se os outros fizerem o mesmo.»

## LEONID BREJNEV (Secretário-geral do PCUS, da URSS)

«A partir da experiência acumulada pela Conferência, podemos tirar-se conclusões importantes para o futuro. A mais importante delas, que está também incluída no documento final, é que ninguém deve, apoiando-se numa ou noutra razão de política externa, tentar ditar a outros povos a forma como eles devem resolver os seus problemas internos. O povo de cada Estado e somente ele tem o direito soberano de o fazer, de estabelecer as suas leis internas. Qualquer outra maneira de encarrar o problema e um terreno movediço e perigoso para a cooperação internacional. Os documentos a serem assinados por nós são uma plataforma ampla, mas bem determinada de actividades unilaterais, bilaterais e multilaterais dos Estados, para anos, ou talvez mesmo décadas. Mas o que alcançamos, ainda não é o limite. Hoje é o máximo possível, mas amanhã deverá tornarse o ponto de partida para um futuro avanço nas direcções determinadas na Conferência.»

## KURT WALDHEIM (Secretário-geral das Nações Unidas)

«Tenho a consciência de que os participantes nesta Conferência são habitualmente designados como socialistas ou capitalistas, neutros ou não alinhados, membros da NATO ou do Pacto de Varsóvia. Realizo o que pode significar a sua presença conjunta aqui, hoje. Na minha opinião, entretanto, são, em primeiro lugar e antes de tudo, membros da família das Nações Unidas.»

## DOMINGO, EM LISBOA

# DIA DO EMIGRANTE

O Dia do Emigrante será celebrado no domingo, dia 10 de Agosto. Jornada unitária dos trabalhadores portugueses emigrados, revestido de um especial significado no momento em que se desenvolve em Portugal uma campanha reaccionária, ampla e orquestrada, que visa destruir as conquistas alcançadas pelo Povo Português desde o 25 de Abril.

Esta colaboração insere-se num amplo movimento de solidariedade dos trabalhadores emigrados com todas as forças que em Portugal lutam pela defesa da liberdade e pelo avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo. Promovida pela Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França, concretizar-se-á

neste dia a entrega a uma cooperativa portuguesa de um tractor «comprado através de uma subscrição realizada no seio da comunidade emigrante».

O PCP apelará para a participação de todos os trabalhadores emigrantes nesta jornada, impondo-a como um exemplo de unidade, solidariedade e determinação para a construção em Portugal de uma sociedade sem explorados.

A concentração far-se-á às 16 e 30 na Praça de Londres, seguindo depois para o Estádio 1.º de Maio. Neste local, está prevista a presença de equipas de trabalhadores bancários que realizarão sessões de esclarecimento. Exibir-se-ão ranchos folclóricos, haverá baile, cantares, teatro, jogos, comer e beber.

Beja: Encontro Unitário dos Trabalhadores das Herdades Colectivas e das Cooperativas Agrícolas

PELO AVANÇO DA REFORMA AGRÁRIA
ALAVANCA DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

No I Encontro Unitário dos Trabalhadores das Herdades Colectivas e das Cooperativas Agrícolas do Distrito de Beja, promovido pelo nosso Partido no passado dia 3, na Escola Industrial desta cidade, mais uma vez surgiu a face do povo alentejano. Uma face de firmeza revolucionária, forjada em duras tradições de luta, temperada na resistência à exploração dos opressores capitalistas. Uma face que o processo revolucionário encetado a 25 de Abril inundou de esperança e que os sacrifícios, as dificuldades, os boicotes de toda a ordem, a escalada da reacção nos seus diversos prismas, faz endurecer ainda mais, retesando músculos e vontades, fortalecendo uma determinação inabalável de jamais recuar nas conquistas que o sangue e a fome do povo fizeram brotar. Determinação que não se resume nas queixas das dificuldades que se avolumam, Determinação que não requer lamentos ou simples desabafo de raiva mas antes exigência e disposição em avançar. No Alentejo esteja a reacção perfeitamente consciente de que jamais passarão os seus desígnios criminosos de fazer regressar o fascismo. No Alentejo a luta não esmorece, o povo não desanima, as mulheres e homens mostram um rosto, uma voz onde invencível se revela o propósito de construir um país sem exploradores nem que para tal seja mais uma vez necessário a queda de vidas.

Na mesa dos trabalhos do Encontro, que foi presidido pelo nosso camarada JOÃO António Honrado, da DORAA do nosso Partido, encontravam-se o camarada António Gervásio da Comissão Política do Comité Central, o camarada José Mota da DORAA, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito, José Soeiro; representantes de 14 comissões sindicais, o adjunto do governador civil, José Felgueiras, o engenheiro Júlio Martins, do Ministério do Trabalho, e o primeiro-tenente Judas, do Conselho da Revolução, em representação do MFA.

Na intervenção de abertura dos trabalhos, o camarada João Honrado salientou:

Em nome do meu Partido, o Partido Comunista Português, agradeço a vossa confiança nas importantes tarefas levadas a cabo, com a participação dos comunistas, para o avanço da Reforma Agrária. Não somente os comunistas, salientamos, mas com todas as forças interessadas no prosseguimento da Revolução iniciada em 25 de Abril, havemos de concretizar a Reforma Agrária.

Serão naturalmente os operários agrícolas e os pequenos agricultores que constituem os homens e mulheres da primeira frente nesta luta, que exige (e já exigiu) de todos muita firmeza. Convosco estão os homens do MFA. Conosco estão, numa palavra, todas as forças revolucionárias.

Contra os trabalhadores são os grandes agrários, os capitalistas, os reaccionários integrados nas forças de direita e os pseudo-revolucionários. Relativamente às forças reaccionárias, os trabalhadores alentejanos já disseram as palavras necessárias — Reforma Agrária, com tudo o que isso implica na actual fase da luta de classes.

Amigos e camaradas: a Reforma Agrária não é só a solução dos problemas dos trabalhadores e das populações rurais. No nosso distrito a Reforma Agrária é também a solução dos problemas das pequenas e médias empresas industriais e a estabilização dos pequenos e médios comerciantes. Numa palavra, a Reforma Agrária é uma necessidade imperiosa na nossa província, para a defesa dos interesses nacionais.

O camarada António Gervásio, da Comissão Política do CC, fazendo do ponto da situação política, apelaria para a necessidade de constante mobilização dos trabalhadores, da classe operária, e de outros trabalhadores, dos camponeses pobres, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos homens e mulheres portugueses, em suma de todo o nosso povo que, em aliança com o MFA, constitui, de facto, uma muralha de aço que está em condições de derrotar a reacção que trabalha para o regresso do fascismo. Insistindo numa resposta de massas mais determinante e decisiva à escalada reaccionária, o camarada Gervásio exprimindo a sua convicção de que se a defesa da nossa Revolução, se a necessidade de avançarmos com o processo revolucionário exigir que o Povo Português pegue em armas, estou convencido de que o povo alentejano e, em primeiro lugar, o proletariado agrícola, homens e mulheres, estarão nas primeiras linhas.

O camarada José Mota abordaria o problema da Reforma Agrária na sua dimensão não apenas local de melhoria das condições de vida das camadas laboriosas do campo, mas a nível nacional: A Reforma Agrária interessa a todos os trabalhadores e não apenas aos trabalhadores agrícolas. Interessa a todo o português... E da agricultura que tudo nasce... A Reforma Agrária constitui um aspecto da luta de classes inserida em todo o processo, que estamos a viver, processo em que os exploradores queimam os últimos e ainda não esgotados, cartuchos contra os explorados que, num movimento enérgico, quebram as amarras marcadas afoitamente na construção de uma nova sociedade, tomando o que lhes pertence de raiz: os meios do seu trabalho e os meios de produção da qual são únicos agentes. Esta a consciência que os move: Dizem que somos gatinhos... Que chamará a gente a esses malhondros que nos roubaram durante 48 anos? Eis a conclusão de um trabalhador da Herdade do Sobrado, uma das 44 que se encontram já, ao momento,

na posse dos trabalhadores agrícolas de Beja.

José Mota, falaria também do novo tipo de relações que surgem entre os trabalhadores: relações baseadas na ajuda mútua, na fraternidade, na solidariedade de classe. Deste facto, o Encontro foi pródigo em exemplos. Focaram-se os inúmeros casos em que os trabalhadores estiveram sem receber quinze e mais semanas, em que companheiros de trabalho valiam com magras posses aqueles em que ainda mais escassos eram os recursos. Disse-se, também, do salário (abono) que os trabalhadores das propriedades ocupadas estão a receber, 500\$00 por semana, e o lites é pago pelo Sindicato, apesar de os agrários que subsistem procurarem arrastá-los para as propriedades individuais, pagando-lhes 160\$00 e 250\$00 por dia. O camarada José Mota pôs em paralelo este ânimo revolucionário com as reivindicações irrealistas a que muitos trabalhadores se lançam sem ter em conta as condições reais da economia nacional. Ao contrário dos simplistas da revolução, que mais não fazem do que atrasar o processo revolucionário e comprometerlo, a consciência de classe não é uma faixa que se veste um fato-macaco ou se pega numa enxada. A consciência de classe forja-se na luta, na prática revolucionária e, neste campo, o povo alentejano dá os maiores exemplos de coerência.

José Mota debruçou-se, também, sobre uma das questões mais prementes da concretização da Reforma Agrária: A Reforma Agrária não é só ocupação de terras, a Reforma Agrária precisa de máquinas, de crédito para os trabalhadores se manterem, a Re-

(Continua na pág. seguinte)



Aspecto do I Encontro Unitário dos Trabalhadores das Herdades Colectivas e Cooperativas Agrícolas do distrito de Beja

MOÇÕES APROVADAS NA REUNIÃO

«A máquina está emperrada. Quem a emperra?» Esta uma das questões mais repetidas no I Encontro Unitário dos Trabalhadores das Herdades Colectivas e das Cooperativas Agrícolas do Distrito de Beja. Os trabalhadores têm saudade, com esperança, as medidas progressistas do Ministério da Agricultura. Porém, na prática, verificamos que estas não são concretizadas.

Esta a constatação que levam através de moções até ao Ministério da Agricultura e a outros órgãos do poder, confiantes de que os seus problemas, que são afinal problemas do povo português, sejam finalmente resolvidos tal como exige com preminência o processo revolucionário em curso.

Considerando que os grandes agrários retiraram do sector agrícola milhões de contos, fruto de uma violenta exploração dos trabalhadores assalariados e dos pequenos agricultores;

Atendendo a que a maior parte dessas verbas não foram investidas na produção agrícola, mas sim em carros e imóveis de luxo, em acções e outras aplicações ou simples esbanjamentos fora do sector e até fora do País, originando com isto o empobrecimento das terras e do nosso país;

Reclamamos vivamente que todos os bens dos grandes agrários sejam expropriados e nacionalizados, sem qualquer indemnização, e colocados em benefício de todo o Povo Português.

O I Encontro Unitário dos Trabalhadores das Herdades Colectivas e das Cooperativas Agrícolas do Distrito de Beja, realizado na cidade de Beja, em 3/8/75, tendo em conta que:

1—Os grandes agrários receberam do Estado fascista milhões de contos dados em subsídios sobre máquinas, bônus de gasóleo e variadas outras dádivas, que juntavam a muito do que tiravam do trabalho dos trabalhadores agrícolas, não para investir na produção mas para esbanjar em automóveis de luxo, em prédios urbanos, em acções das companhias, ou desviando-o em grande massa para o estrangeiro;

2—Toda a produção que está sobre a terra dos grandes senhores foi feita com o suor dos trabalhadores e grandes empréstimos do Estado e que a esses grandes agrários continua a ser permitido levantar dezenas de milhares de contos, quando tudo fazem para safar produtos e até meios de produção (máquinas, gado de criação, etc.) e se preparam para não pagar aos trabalhadores e ao Estado os milhões de contos que lhe devem;

a Reforma Agrária, com as verbas recuperadas aos grandes agrários e também com a imobilização de outras verbas estatais, já que o sector agrário deve ter agora prioridade nas decisões de investimento;

a) que se dê integral e rápido cumprimento do despacho de V. Ex., de 7 do mês findo, que dá aos Centros Regionais de Reforma Agrária poderes para requisitar as máquinas que estejam substituídas;

b) que se constituam parques colectivos ou estatais, sobretudo de equipamento especializado, para servir várias unidades de produção, numa conveniente gestão;

c) se concedam sem demora créditos para aquisição das máquinas mais indispensáveis ao bom funcionamento de cada unidade colectiva.

Trabalhadores rurais de Pias, presentes neste I Encontro Unitário dos Trabalhadores das Herdades Colectivas e das Cooperativas Agrícolas do Distrito de Beja, representando todos os trabalhadores agrícolas de Pias e certos de interpretar a vontade unânime de todos os trabalhadores agrícolas do Baixo Alentejo, vêm respeitosamente junto do representante do Conselho da Revolução e do MFA, solicitar que, por seu intermédio, leve a palavra de todos os trabalhadores agrícolas alentejanos da firmeza dos nossos propósitos de nos mantermos, na correcta linha de luta que sempre adoptamos e dispostos a contribuir corajosamente com os nossos esforços e o nosso elevado moral, trabalho diário e activo.

Continuando nós a ser a classe trabalhadora mais mal paga e com menos regalias sociais, continuamos com a nossa consciência limpa, prontos a participar na Revolução, ao serviço da nossa Pátria;

Mas necessitamos de ajuda para vermos alguns dos nossos problemas resolvidos, tais como: ajuda de técnicos às herdades controladas pelos trabalhadores, ajuda em dinheiro, que muitos de nós, trabalhadores agrícolas, não recebemos há muitas semanas, calcetamento das ruas das aldeias e água canalizada, esgotos, etc.

Pois, se fomos sempre os mais explorados pelos grandes agrários, sem regalias de qualquer espécie e hoje somos os mais enérgicos defensores da Revolução, depois das searas mais belas desde há 30 anos serem metidas nos celeiros, merecemos a recompensa, e para que os nossos esforços não sejam em vão, exigimos do Conselho da Ro-

volução a imediata prisão dos agrários reaccionários que com armas na mão, nos atacam, não deixando que trabalhe com tranquilidade.

Pedimos, por intermédio do elemento do Conselho da Revolução aqui presente, que apresente ao nosso Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, que, na medida do possível, satisfaça o desejo dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja de uma visita ao nosso distrito, para lhe prestarmos uma homenagem que ele merece.

Ao Conselho Superior da Revolução

A Assembleia do MFA

Ao Senhor Presidente da República

Ao Senhor Primeiro-Ministro

Ao Senhor Comandante do Copcon

Amigos e Camaradas O I Encontro Unitário dos Trabalhadores das Herdades Colectivas e das Cooperativas Agrícolas do Distrito de Beja, realizado na cidade de Beja em 3 de Agosto de 1975.

1—Saúda as últimas decisões das Assembleias do MFA tendentes à definição do processo revolucionário português a caminho do socialismo, de uma sociedade sem classes exploradoras, de uma sociedade que liberte de vez os trabalhadores de toda a exploração;

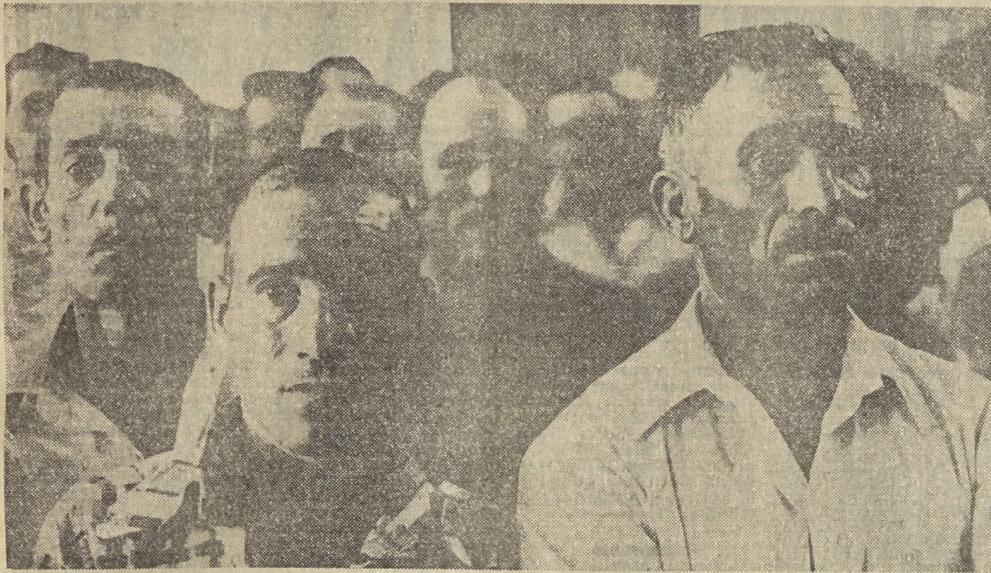
2—Apoia também vivamente as decisões tomadas de lançamento e reforço dos órgãos da aliança fundamental Povo-MFA.

3—Dá todo o seu apoio a criação do novo órgão directivo e de defesa da nossa revolução;

4—Manifesta a sua firme disposição de se bater ao lado do MFA, se necessário de armas na mão, para contar o caminho à reacção, que quer ser batida com energia revolucionária, ao mesmo tempo que levamos por diante o processo de reconstrução do nosso País a caminho do socialismo;

5—Neste momento, em que as forças reaccionárias atacam por todo o lado e põem em sério risco as conquistas revolucionárias do Povo Português, a defesa da revolução e o avanço do processo revolucionário exigem a imediata prisão dos elementos contrarrevolucionários.

VIVA A INABALAVEL ALIANÇA POVO-MFA! AVANTE, AVANTE, RUMO AO SOCIALISMO!



No decorrer do Encontro, os trabalhadores das herdades colectivas trocaram experiências e analisaram resultados

# ENCONTRO UNITÁRIO DE TRABALHADORES EM BEJA

(Continuação da pág. anterior)

forma Agrária precisa que os órgãos estatais estejam ao serviço da Reforma Agrária. E continuando:

«Os actos heróicos do proletariado alentejano têm que pressionar os organismos estatais para que seja posto um banco ao serviço da agricultura. Dizem lá em cima que são preciso 30 milhões de contos para concretizar a Reforma Agrária. Os trabalhadores precisamos apenas de crédito como tinham os grandes agrários. Um hectare de trigo é aequivado, adubado e ceifado por 4 contos. Os senhores que estão nos gabinetes não sabem o que aconteceu cá em baixo. Venham ver. Mesmo os operários fazem reivindicações irrealistas. Ganham bons ordenados e não se lembram dos trabalhadores agrícolas que, às vezes, não recebem nada. Muitos técnicos do nosso país foram formados com o dinheiro do povo, com o sangue daqueles que produzem. E preciso que se coloquem ao lado dos trabalhadores. Queremos técnicos revolucionários, ombreado com este povo que passou tanta fome... E preciso que os técnicos deixem de lado os seus privilégios e façam também sacrifícios. Apelo para esses homens que sempre foram de uma classe privilegiada...»

Sobre a prática da aliança da classe operária, José Mota deu um exemplo da solidariedade manifestada pelos trabalhadores das oficinas «Costa e Silva» que puseram à disposição dos trabalhadores agrícolas alfaias e máquinas. E com exemplos deste teor que o ânimo das classes trabalhadoras, das classes verdadeiramente revolucionárias renasce em cada momento mais poderoso e inquebrável.

Socior, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, denunciou as anomalias que se continuam a verificar no âmbito da concessão do crédito. Grandes agrários continuam a ter acesso a verbas astronómicas de crédito enquanto as comissões de trabalhadores das herdades ocupadas encontram recusas pela frente. Os trabalhadores agrícolas podem produzir para todo o povo, cessando assim a corrida às importações que empobrecem ainda mais a economia nacional. Mas, para tal, impõe-se um real apoio à luta dos trabalhadores agrícolas que empunham nas suas mãos a concretização da Reforma Agrária.

## As dificuldades não desmobilizarão os trabalhadores alentejanos

Sucederam-se, depois, as intervenções de trabalhadores das quarenta e quatro herdades ocupadas, narrando as suas experiências e dificuldades.

Em todos uma semelhança não apenas de situações mas também em vontade e audácia. Os pioneiros neste grandioso movimento, em que os trabalhadores têm levado a cabo a realização da Reforma Agrária, foram os rurais de herdade do Outeiro, com 775 hectares, na freguesia de Santa Vitória, concelho de Beja, pertencente, outrora, ao agrário José Gomes Palma. Destes 775 hectares, apenas cerca de 180 se encontravam semeados. Como se não bastasse esta forma de sabotagem económica, o agrário José Palma, logo que entrou em vigor o Contrato Colectivo de Trabalho, deu em não pagar salários e despediu catorze trabalhadores, alguns com vinte anos de casa. Estes os factos que determinaram a ocupação da herdade. Neste, como na maioria dos casos, a sabotagem económica e o desemprego estão na origem das ocupações. Sabotagem de diversos estilos: desde o não cultivo até ao cultivo de culturas precisamente nas zonas não adaptadas, à morte de gado, ao desmantelamento de máquinas, à fuga de alfaias e todo o tipo de máquinas das propriedades, e ainda de gado

e até de pedras (como dizia um trabalhador contando que até a pia das galinhas o agrário roubou das terras) e outras formas de saqueio.

Um trabalhador da Herdade de Pinel e anexas, com 1119 hectares na freguesia de Pedrógão Alentejano, no concelho da Vidigueira, contou: «O sr. Francisco do Alvitto, o rendeiro, que dizem ser boa pessoa, aproveitando-se da boa-fé dos trabalhadores, levou tudo o que havia na herdade. Não deixou nem um borrego nem uma galinha. Quanto a ferramentas, nem uma forquilha lá encontramos. Mesmo que tivéssemos tendência para matar algum fachoista não tínhamos com que. Eu podia estar a ganhar 250 escudos por dia. Mas prefiro receber os 500 semanais do Sindicato» e ir para a frente com a Reforma Agrária...»

As dificuldades apontadas são invariavelmente as mesmas: falta de máquinas, é uma constante que urge resolver. Em herdades e herdades, os agrários não deixam sequer uma alfaias, noutras ficou um tractor sem peças, uma debulhadora que não funciona, etc. A mão, os trabalhadores, mesmo assim, fazem a ceifa. Mas muitos hectares de trigo por ceifar por falta de meios. Gado ou não existe nas herdades, ou, quando existe (e, neste domínio, a situação não é tão grave como a relativa a máquinas), os trabalhadores deparam com problemas de escoamento para os quais não encontram justificação. Gado de refugio, que necessita urgentemente de ser abatido e comercializado, gado que insere na Junta Nacional de Produtos Pecuários para abate, permanece nas terras, perdendo peso e custando dinheiro. Muitas foram as denúncias desta situação. Uma proposta surgiu como maneira de pressionar uma solução: As comissões de trabalhadores devem juntar-se em grupo e deslocarem-se, e entregarem o gado às entidades competentes. O gado das propriedades privadas tem saído e o gado das herdades que os trabalhadores controlam não tem saído. Porquê? Problemas graves de escoamento se levantam também em relação à produção de trigo e outros cereais. Desde há trinta anos que a terra alentejana não dava tão farta produção. Isto porque os trabalhadores se encarregaram de fabricar as terras, não as deixando mais ao saque dos latifundiários. Porém, tal como declaram vários trabalhadores, os organismos do sector só estão a aceitar 30 mil quilos de semente. Ora, nos inúmeros

casos em que a produção ultrapassa largamente este volume, os trabalhadores deparam com problemas de armazenamento, correndo-se sérios riscos de perder parte deste esforço heróico, se não houver condições de preservação dos cereais.

As dificuldades na concessão de crédito são outra constante das comunicações sucedidas no decorrer do encontro. Exemplo apontado, a Comissão Liquidatária, do Grémio da Vidigueira, através da qual é concedido crédito às herdades privadas e não chega às herdades colectivas.

As sucessivas provocações dos grandes agrários, expropriados pelo poder da vontade popular, originam uma situação de tensão entre os trabalhadores. Além de laborarem sem horário, ainda pela noite, em piquetes de vigilância, velam pelas sarras atentos às alcateias de reacção que, na sombra, desenham projectos de crimes e vingança. Mas não será pela fadiga física e pelo desânimo que os trabalhadores alentejanos, assalariados, camponeses pobres, abandonaram o seu posto de combate. Combate travado pela economia nacional, no campo da produção, aproveitando domingos, vindo de longes terras, como os trabalhadores de Plas, Vale de Vargo e Balcão, em jornada de trabalho de solidariedade aos amigos de outras freguesias, agarraram nas enxadas e foram-se pelos campos e oitavas de trabalhadores de Reforma Agrária. Agora já não falta, a terra a quem a trabalha. Combate travado pelo processo revolucionário.

## Unidos, venceremos!

Começando por referir a lição muito comprida e muito profunda que recebera no Encontro, o representante do Conselho da Revolução, primeiro-tenente Judas, salientou que foi a identificação com os trabalhadores, sejam do campo ou da cidade, que fizeram que nascesse no seio dos militares o espírito da revolta contra o fascismo, que proporcionou aos militares que se organizassem internamente nos quartéis quando partiam nas comissões para as colónias, para a guerra, e criaram as condições no interior das Forças Armadas para que fizéssemos o 25 de Abril, destinado a resolver os problemas do povo português. Acentuando que este encontro representava um reencontro das Forças Armadas com o povo, que mais identifica as massas populares e o MFA, o primeiro-tenente Judas afirmou que,

por seu intermédio, como também através dos sindicatos presentes e partidos progressistas, seria levado aos órgãos centrais do poder político toda a ansiedade manifestada no encontro e todos os problemas expostos, para que mais rapidamente o aparelho do Estado possa estar ao serviço dos trabalhadores alentejanos, ou seja, do povo português em geral. E, continuando: Uma das contribuições que o MFA vos pode dar é continuar a lutar contra os inimigos comuns: inimigos das Forças Armadas, inimigos dos trabalhadores portugueses... mas, como registou, neste momento há outro tipo de contribuição que é de carácter moral, de apoio, de confiança aos que vacilam e desanimam perante a escalada da reacção. E a luta do nosso povo e dos povos de todo o Mundo... a capacidade de luta, a disposição em dar a vida para que a Revolução ande para a frente, a disposição de defender a Revolução revolucionária sobrepeço-se aos indícios de um certo cansaço. A acção divisionista da reacção, caracterizada pelo representante do Conselho da Revolução, opôs a certeza de que nós temos forças suficientes para os derrotar, não só no seio do MFA, como no seio das massas populares e graças à aliança de interesses das duas componentes do processo revolucionário: E um exército invencível. E um exército de homens armados e um exército de trabalhadores de enxada ou de serrote e de outros instrumentos de trabalho. E um exército invencível que a burguesia, os latifundiários, todos os conspiradores, todos os divisionistas, não conseguirão derrotar. Nem os inimigos internos nem o imperialismo.

Interrompido frequentemente por vibrantes aplausos e por gritos de apoio ao MFA, o primeiro-tenente Judas teve como encerramento do seu discurso o testemunho do fervor revolucionário do povo alentejano, a expressão da sua firme convicção de que Unidos venceremos!

A terminar, o I Encontro Unitário dos Trabalhadores das Herdades Colectivas Agrícolas do Distrito de Beja, o nosso camarada António Geravasio resumiu as conclusões mais importantes da sessão, expressas em moções que publicamos noutra local, e salientou a demonstração da firmeza dos trabalhadores em levarem a frente a Reforma Agrária e em esmagarem a reacção construído, hoje, com dura luta, os dias radiosos da sociedade socialista.

# TOMADAS IMPORTANTES DECISÕES NO 1.º ENCONTRO DOS DIRIGENTES SINDICAIS DO SECTOR TÊXTIL

## Incidentes causados por forças reaccionárias

Com o objectivo de discutir colectivamente os problemas que actualmente vive o sector têxtil e por iniciativa da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Lanifícios e Vestuário de Portugal, realizou-se, em Ofir, o I Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do Sector Têxtil (têxtil, lanifícios, vestuário e bordados da Madeira).

Os trabalhos que se iniciaram no dia 29 e terminaram no dia 30 e a que assistiram vários delegados do Ministério do Trabalho, contaram com a participação dos Sindicatos Têxteis de Lisboa, Santarém, Setúbal, Leiria, Coimbra, Porto e delegações de Santo Tirso, Vila do Conde, São João da Madeira, Felgueiras, Braga, Guimarães, Delães, Barcelos, Fafe e Viana do Castelo, e dos Sindicatos de Lanifícios e Vestuário de Coimbra, Porto e Braga, Gouveia, Covilhã, e ainda dos Bordados da Madeira.

Os trabalhos incidiram sobre três pontos fundamentais: 1 — Reconversão do sector; 2 — Controlo operário; 3 — Reorganização das estruturas sindicais.

Foi decidido aprovar o documento «O sector têxtil e a construção do socialismo» apresentado pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Lanifícios e Vestuário de Portugal, bem como várias propostas e moções no sentido de concretizar a sua aplicação prática.

Durante os trabalhos foram

aprovadas diversas propostas específicas a apresentar ao Governo no sentido de proteger o mercado nacional das concorrências estrangeiras em determinados produtos e na revisão dos acordos comerciais com a Inglaterra limitativos das nossas exportações. A expropriação dos bens pessoais ou familiares de todos os patrões que cometem actos de sabotagem económica nas empresas e exigências a fazer às empresas multinacionais, devido à impossibilidade prática de aplicação integral às mesmas do controlo da produção e, ainda, lançar um alerta para a actual e gravíssima situação em que se encontram milhares de bordadeiras da Madeira, foram outras propostas feitas ao Governo.

Também foram aprovadas duas moções. Uma «requis do Governo Português que, de imediato, quer a nível diplomático quer a nível dos acordos comerciais existentes entre o nosso país e a Inglaterra se proceda à revisão e consequente ampliação desses mesmos acordos». Outra, de cen-

sura a «O Comércio do Porto», pelos comentários produzidos na edição do último dia dos trabalhos.

### Incidentes provocados por patrões reaccionários

A unidade e solidariedade operárias foram notas salientes e constantes de todo o encontro, demonstrando que efectivamente, para quem duvide, na prática e na defesa dos seus interesses, os trabalhadores sabem unir-se, e defender as conquistas conseguidas após o 25 de Abril de 1974 e apontar as soluções necessárias para ultrapassar as dificuldades que actualmente o sector vive.

E foi contra isto que se levantaram grupos de reaccionários, na noite de 31, cercaram as instalações do hotel de Ofir onde decorriam os trabalhos.

A propósito destes incidentes foi, no final dos trabalhos, emitido o seguinte comunicado:

Porque o trabalho deste encontro nacional se integra na luta organizada dos trabalhadores no sentido da sua emancipação que neste momento passa, também pela urgente reconversão do sector, com base no aconforte da produção, não podemos as forças interessadas no colapso económico e no descontentamento popular deixar de se fazer sentir com fins evidentes, de sobre águas turvas, de novo erguer o regime repressivo explorador que melhor lhes sirva os seus interesses. Foi assim que na noite de 30 para 31, quando os dirigentes sindicais, ainda, se encontravam em reunião de trabalho, herdadas fascistas e arruaceiros sociais-democratas transportados em carros de luxo cercaram as instalações em Ofir, promovendo distúrbios e apedrejando a sala das reuniões.

Foi destruída uma carrinha dos Têxteis do Porto e agredidos os empregados do hotel, que, como trabalhadores que são e solidários com a causa de todos os trabalhadores, decidiram proteger os acessos ao edifício. Reconhecemos, entre a turba reaccionária, alguns conhecidos caciques locais e proprietários das maiores empresas têxteis da zona, como exemplo: eng.º Vasco Albuquerque de Carvalho e esposa, Palmira Albuquerque de Carvalho, proprietários da Fábrica Têxtil da Bouçã, Felgueiras; dois filhos do proprietário da Ripole, Lda., em Pousada de Saramagos, Famalicao; dr. Amil de Araújo, médico de Barcelos; o chefe dos bombeleros de Barcelos, João Barcelinhos (Oleiro), etc.

Os dirigentes sindicais reunidos em Ofir, representando cerca de 300 mil trabalhadores, alertam as populações locais e todos os trabalhadores para o descarado avanço do patronato reaccionário, que a não ser vigorosamente contrariado porá, de certo, por processos terroristas, de que os factos havidos são um aviso, no risco não só as conquistas alcançadas como a própria integridade física dos trabalhadores e suas famílias. Querem também os dirigentes sindicais apedrejar a população pelo facto de terem sido atingidos com antecedência para os intentos agressivos e reaccionários da burguesia fascista e social-democrata da zona, provando, mais uma vez, que, como sempre fomos afirmado, o povo não é reaccionário, mesmo que pela influência nociva de 50 anos de fascismo, e a pressão ainda existente dos caciques exploradores, alguns elementos desse mesmo povo trabalhador passam ser por vezes utilizados, contra si próprios.

# VIANA DO CASTELO PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES APONTAM SOLUÇÕES

No momento em que no nosso País se dão passos decisivos na execução da Reforma Agrária, é fundamental a participação organizada daqueles que lutam na terra para que, de uma vez para sempre, se melhorem as condições de vida desse mesmo povo.

Este foi o objectivo que norteou a recente Assembleia de Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Viana do Castelo. Pela primeira vez na sua vida aqueles homens e mulheres, novos e velhos, todos os que mourejam a terra do distrito de Viana do Castelo, tiveram oportunidade de colectivamente analisar a situação agrícola desta zona, apontar os problemas que a cada momento se levantam e definir perspectivas para a sua resolução.

O arrendamento rural e o crédito agrícola, o seguro de colheitas e as cooperativas, a comercialização de produtos e os problemas da água, regadio e sequeiro, de entre outras, foram questões que durante várias horas de debate centralizaram as atenções dos mais directamente interessados.

De facto, esta 1.ª Assembleia de Pequenos e Médios Agricultores de Viana do Castelo — que, embora tenha sido promovida pelo MDP/CDE, decorreu isenta de um carácter partidário —, foi uma demonstração viva da capacidade dos mais directamente interessados em apontar soluções para os seus problemas, em suma, em perspectivar globalmente uma resposta para as dificuldades que se levantam e para que seja possível, efectivamente, a Reforma Agrária nesta zona.

No final dos trabalhos, foram lidas e aprovadas as seguintes conclusões:

— Recomendar ao Governo o estabelecimento de balanças, nos locais de feiras de gado, para efeito de gado para abate ser pago pelo seu peso em vivo;

— Recomendar a abolição das licenças dos Serviços Hidráulicos para irrigação dos terrenos marginais de rios ou ribeiros, ou considerar para efeito de fixação de renda, esses terrenos como de sequeiro, quando tenham de ser irrigados com água extraída a motor;

— Recomendar aos agricultores a conveniência de constituírem associações de regantes;

— Recomendar aos agricultores que participem no IRA os casos de propriedades deixadas incultas ou deficientemente aproveitadas pelos seus proprietários, quando estes se recusarem a dadas de arrendamento;

— Efectuar diligências para que seja prontamente pago aos produtores de leite o subsídio (ou diferencial) do preço do leite, conforme a Portaria 306/75;

— Considerar do maior interesse a livre circulação e comercialização dos vinhos verdes em todo o País;

— Considerar motivo de justa apreensão dos agricultores do distrito a crescente expansão de consumo da cerveja, em contraste com a ausência de uma política conciliante à expansão do consumo de vinho verde;

— Sugerir ao Governo e à Direcção-Geral de Preços a conveniência da fixação de preços mínimos dos produtos fundamentais da lavoura: vinho, milho, azeite, batata e carne;

— Fundar Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores de Viana do Castelo em base concelhia, para o que se inscreveram duas dezenas de lavradores presentes, no sentido de criar uma comissão organizadora;

— Recomendar à Junta Nacional dos Produtos Pecuários o devido apoio à sua subdelegação de Viana do Castelo no sentido de a mesma poder ser actuante e, assim, poder dar resposta às necessidades da lavoura local no sector que lhe está atribuído;

— Considerou-se de muito interesse a criação do seguro agrícola, que garanta os agricultores contra acidentes a que estão sujeitas as suas culturas;

A terminar, foi aprovada por aclamação a seguinte moção a enviar por telegrama ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Conselho Superior da Revolução e Assembleia do MFA: «Primeira Assembleia Pequenos Médios Agricultores distrito Viana do Castelo considerando ataques últimos dias foram alvo destacados elementos heróicos Movimento Forças Armadas, manifesta mais vivo decidido apoio Senhor Presidente República, Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e declara manter-se ao lado MFA todas tarefas para realização efectiva objectivos Revolução — Plenário Assembleia Pequenos Médios Agricultores.»

# V. N. DE GAIA DENUNCIADAS NA COTESI AS MANOBRAS REACCIONÁRIAS DA ENTIDADE PATRONAL

A empresa Cotesi (Companhia de TÊXTEIS E SINTÉTICOS, S.A.R.L.), propriedade de Manuel Violas, pode ser apontada como um exemplo das manobras patronais para o boicote económico, prontamente denunciadas por um grupo de trabalhadores revolucionários.

A intervenção dos trabalhadores da Cotesi, em Gaia, é um exemplo da firmeza e determinação das massas trabalhadoras em levarem por diante o processo revolucionário em curso, já que a luta tem de ser decisiva contra as forças capitalistas e reaccionárias interessadas no retrocesso das conquistas alcançadas pelos trabalhadores.

Neste momento, os trabalhadores da Cotesi esperam o resultado de um inquérito junto da administração da Cotesi, iniciado pelas Forças Armadas, que através do Quartel-Genral do Porto se deslocaram a empresa. Os trabalhadores da Cotesi confiam no breve desmascaramento da entidade patronal e dos seus colaboradores, que tudo tentaram para a desunião e amedrontamento dos operários, na sua maioria oriundos de centros rurais, utilizando uma série de boatos reaccionários acerca do significado real das nacionalizações.

Dentro da onda de boatos, ressaltaram os ataques aos trabalhadores mais vigilantes às atitudes de Manuel Violas. Na sequência das mais ardilosas mentiras a comissão de trabalhadores foi o alvo mais visado, uma vez que os seus elementos sempre haviam demonstrado estar ao lado dos trabalhadores e na defesa dos seus interesses.

De facto, logo após o 25 de Abril, fora a comissão de trabalhadores da Cotesi que impedira a saída de maquinaria para Espanha, onde Manuel Violas possui outras fontes de rendimento.

Denunciando sistematicamente as tentativas de sabotagem económica, foi também a comissão a evitar que a entidade patronal fizesse levantamentos bancários na ordem dos dois mil contos, ao mesmo tempo que lançava o alerta para a utilização do Banco Crédito Franco-Português em cheques e contas no valor de centenas de contos, ao passo que as importâncias de pequena monta circulavam nos bancos nacionalizados.

Divisionismo As campanhas anticomunistas alimentadas pela administração alcançaram em parte os seus propósitos, conseguindo o afastamento da comissão de trabalhadores de dois dos seus elementos, actuando nos escritórios, mantinham informado todo o pessoal acerca da situação financeira da empresa. Mais tarde e aproveitando-se da ausência do patrão, alguns dos seus colaborado-

res actuam em todos os sectores da fábrica, fazendo crer aos trabalhadores que a presença do capitalista Manuel Violas era indispensável para o bom funcionamento da Cotesi. Neste sentido, não se fez esperar a acção do Partido Socialista que, entrando no jogo sabotador e divisionista do patronato, faz circular pelos trabalhadores um comunicado, seguido de abaixo-assinado, que transcrevemos:

Camaradas, o Núcleo de Trabalhadores Socialistas da Cotesi apoia o desejo dos trabalhadores no reconhecimento da administração e na presença do sr. Manuel Violas, que nunca foi posta em causa pelos trabalhadores; bem como considera que a medida de nacionalização da empresa, neste momento, não é a atitude que mais convém aos interesses dos trabalhadores.

A existência deste abaixo-assinado foi um ponto de apoio para nova investida da entidade patronal. Assim, Manuel Violas convocou, ele próprio, um plenário de trabalhadores, a fim de lhes comunicar que a «sabotagem económica» que descobrira, nomeadamente o desvio de encomendas da Cotesi para a empresa Eurofil, pelo qual responsabilizava os trabalhadores dos escritórios. As intenções de Manuel Violas foram de imediato denunciadas por um grupo de trabalhadores mais conscientes, o que contribuiu para que tal plenário não se realizasse.

No entanto, a entidade patronal, de mais conhecida pelas suas ligações a Tomás e Caetano, não desistiu dos seus propósitos reaccionários. Logo de seguida, deu conhecimento a todos os trabalhadores de uma ordem de serviço do seguinte teor:

Suspeitando-se que tenha havido fuga de informações do sector comercial da empresa, fica a partir desta data rigorosamente interdito o acesso às dependências daquele sector, nomeadamente às secções de venda (para o País e estrangeiro), correio, telefone, secretariado, fotocópias e telex.

Os trabalhadores não poderiam acatar tais decisões vindas da entidade patronal e que visavam exclusivamente o afastamento dos trabalhadores mais vigilantes da luta contra a sabotagem económica.

Militares do RAP 2 compareceram de imediato na Cotesi, respondendo ao desejo da comissão de trabalhadores. Os trabalhadores ao serviço do capitalista Manuel Violas estão firmes e determinados na sua luta contra as sabotagens económicas que, a semelhança do que se passa noutras empresas, são um exemplo das posições assumidas por quem está contra as classes trabalhadoras deste País e, consequentemente, contra todo o processo revolucionário.



Os trabalhadores agrícolas de Beja, no decorrer da confraternização que se seguiu ao Encontro

# GRANDE MANIFESTAÇÃO UNITÁRIA EM ÉVORA CONTRA A REACÇÃO

**Quem são os inimigos da nossa Revolução? Quem está contra ela? Não são os trabalhadores. Não são os camponeses e industriais. Não são os jovens e mulheres. Não é o povo português.**

Estas palavras do camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, na abertura da grande manifestação unitária e popular que se realizou no passado dia 2, na cidade de Évora, junto ao templo de Diana, encontravam-se presentes e acompanhavam a sua própria demonstração. O povo trabalhador estava presente através de céculas do nosso Partido e através das suas organizações de poder popular.

Quem a nível de empresa quer a nível local, Comissões de empresa e comissões de moradores, desfraldando distícos na calma de fim de tarde, mais uma vez demonstraram a sua determinação em não ceder num passo as conquistas da democracia, em antes as consolidar e avançar mais decisivamente, desarmando em definitivo as forças contra-revolucionárias das quais só há a esperar a destruição, o caos, a morte, a fome e a exploração: numa palavra, o regresso ao fascismo.

Entre os distícos empunhados por milhares de trabalhadores, mulheres e jovens, unidos na mesma combatividade, identificam-se os trabalhadores

da empresa Belos, da Tipografia Eboralto e «Diário do Sul», da Construção Civil de Vendas Novas, da Somave, da Baptista Russo, moradores do Montoito, povo de Portel e do Escoural, a Liga de Pequenos e Médios Agricultores, o Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas e ainda largamente representada a juventude comunista através das organizações locais da UJC e da UEC. A manifestação convocada com o objectivo de denunciar e condenar veementemente as investidas da reacção, exigindo a prisão e julgamento dos conspiradores e de reforçar a unidade e a vigilância popular das massas, tinha a adesão do

MDP/CDE e do Sindicato de Operários Agrícolas do distrito de Évora, e para ela haviam sido chamados a participar, através da Organização Regional do Alentejo e Algarve do nosso Partido, todos os trabalhadores e antifascistas, todos os patriotas e povo fardado. Constituído a mesa, encontravam-se o nosso camarada Gervásio, da Comissão Política do CC, os camaradas Francisco Miguel e Dinis Miranda, do Comité Central, Miguel Vicente e Legaja, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito, José Galvão e Grelo, da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, um representante das colectividades de Évora,

Miguel Segurado, os camaradas Adriano e Fátima, respectivamente da UJC e da UEC e, em representação do Comando da Região Militar, o capitão Andrade e Silva e o 2.º sargento Cequeira, estes particularmente saudados com entusiasmadas manifestações populares de apoio ao MFA. Encontrava-se ainda presente uma delegação da juventude soviética, do Komsomol.

## O povo português tem força para derrotar a contra-revolução

Após ter caracterizado as investidas da reacção que estende os seus tentáculos por todo o país, originando situações de perturbação social que urge definitivamente impedir, e não recuando em atentados como o que foi tentado contra o nosso camarada Dinis Miranda, o camarada António Gervásio, da Comissão Política do Comité Central continuou:

Os inimigos da Revolução são as minorias exploradoras e opressoras, são os grandes capitalistas, os agrários, é a social-democracia e o imperialismo estrangeiro, é toda a direita. São as classes exploradoras que têm vivido e enriquecido ao longo dos séculos à custa da miséria e da exploração brutal dos trabalhadores e dos camponeses pobres. São estas minorias opressoras, responsáveis pelo atraso do povo português e por muitos crimes, que vêm chegar ao fim o seu reinado e a perda irremediável dos seus privilégios de classe, que se opõem abertamente ao avanço da Revolução e estão trabalhando activamente para resistir pela força e passar ao assalto do Poder.

não ser nada boa, vemo-lo de alma e coração lançado na batalha da produção na luta constante pelo cultivo das terras incultas e abandonadas pelos grandes agrários. Vemo-lo empenhado, de noite e de dia, na defesa da Revolução. Se não fosse a luta organizada dos assalariados agrícolas, o nosso povo teria este ano menos trigo, menos milho e cevada, a sabotagem económica dos agrários seria maior e a Reforma Agrária estaria bastante mais atrasada.

Vibrantemente aplaudido pela multidão que gritava «Morte à reacção», «Fascista recua, o Povo está na rua» e outros «slogans», o camarada António Gervásio terminou a sua intervenção, com uma exortação à unidade dos trabalhadores e de todas as forças democráticas.

## É imperioso o desmantelamento da reacção

Seguir-se-ia no uso da palavra Manuel Vicente, representante do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas do distrito, que mais uma vez denunciou as manobras criminosas da reacção:

A reacção tenta abafar a luta dos trabalhadores. Está à vista a meta final mas não podemos pensar que temos a corrida ganha. Temos consciência de que a reacção é constituída por aqueles senhores que sempre exploraram os nossos avós, os nossos pais, e nós próprios mas que não explorarão os nossos filhos. Para isso temos que ser nós a expulsão para sempre da terra portuguesa.

A resposta dos manifestantes foi de veemente aceitação da necessidade imperiosa de

como condição indispensável para não fazer recuar o processo revolucionário, da qual depende a democratização da vida nacional e a liberdade e felicidade do povo português, o camarada Dinis Miranda leu uma moção que foi aprovada por aclamação, cujo teor reproduzimos integralmente:

## Moção

Considerando que a escalada de violência contra-revolucionária que nestes últimos tempos tem vindo a ser desencadeada de Norte a Sul tem como objectivo criar um clima de instabilidade no nosso país para atingir a meta final que é a do regresso do fascismo.

Que as forças da reacção, encabeçadas pelos caciques e serventurários do capitalismo monopolista e dos grandes agrários, que não querem de modo algum perder os seus privilégios, já passaram à etapa de actos de agressão física e ao terrorismo a militantes e simpatizantes de organizações progressistas e associações de classe;

Que, como provam os últimos acontecimentos no Alentejo, no dia 2 de Julho, em Elvas, em que cerca de 200 agrários decidem opor-se à Reforma Agrária e propõem-se espingardear trabalhadores de herdades ocupadas, assim como assaltar o Centro da Reforma Agrária no dia 3, rasgando cartazes e ameaçando os trabalhadores;

Que nesse mesmo dia atacam a tiro agricultores e trabalhadores rurais na Herdade Sousa da Sé;

Que em S. Pedro do Corval, concelho de Reguengos,

comício no Templo Diana, em Évora, reclamam a prisão imediata dos fascistas e agrários contra-revolucionários que consideram mais perigosos:

—João José Varela e os dois irmãos, que moram na Rua Vasco da Gama, 10.

—Francisco Serpa, que mora na estrada que vem de Évora, em frente as bombas da Mobil, no 1.º andar.

—Mário da Fonseca Leitão, na R. Dr. Manuel Frazão, 10.

—António Artur Leitão, R. de Évora, 36-A.

—Molta (genro de Mário Leitão e empregado do Banco Espírito Santo) e que habita no bairro residencial, na R. da Cruz Vermelha.

—Dr. Fradinho, bairro residencial, em frente ao Molta.

—Filipe Letras Coelho da Luz, Motrinos — Monte da Rendeira.

—António Murteira Prego Paixão, R. 1.º de Maio, 42.

—Filho de António Murteira Prego Paixão, R. 1.º de Maio, 44.

Todos eles residentes em Monsaraz.

—António Torres Vaz Freire, Estr. de Viana, ao Campo do Juventude.

—Manuel Dias Desalço de Torres Vaz Freire, Quinta da Figueireda.

—Francisco José Alves, R. de Aviz, 14.

—Manuel Pereira Lopes, R. da Ladeira, 25-1.

—Eng. Prates Canelas, Av. D. Leonor Fernandes, 106.

—João Paulo de Vilas Boas Potes, Prac. de S. Matias, 18.

—Eng. Miguel Fernandes Soares, R. Serra da Tourega, 12.

—Eng. Joaquim Murteira Grave, Quinta S. José da Peramanga.

—Francisco Agostinho

# DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Camaradas:

Permiti que comece por transmitir às organizações e militantes do PCP do Alentejo, a vós, participantes neste comício, e, por vosso intermédio, aos trabalhadores e a todo o povo alentejano, as mais calorosas saudações do Comité Central do Partido Comunista Português.

As forças reacţionárias do Alentejo, tendo os grandes agrários à sua frente, tentam passar à ofensiva e pôr em causa as liberdades democráticas e a Reforma Agrária. O Comité Central do Partido encarrega-me de vos assegurar que todo o Partido está ao vosso lado, que podeis contar com o apoio constante, a solidariedade activa, a fraternidade de combate de mais de 100 mil membros do nosso Partido e das centenas de milhares de trabalhadores e pessoas progressistas que estão com o Partido Comunista Português.

Quero também saudar o MFA, as Forças Armadas, os oficiais, sargentos e soldados que se encontram nesta região, que estão ao lado do povo e que por isso também têm o povo ao seu lado.

Saudando finalmente os partidos verdadeiramente democráticos do Alentejo, aliados aos trabalhadores na construção do novo Portugal Democrático.

organizações, com as suas próprias forças, está em muitos casos em condições de pôr em debandada arruaceiros e incendiários.

Mas isso não basta. É necessário fazer respeitar a ordem democrática. É necessário que os órgãos do Estado intervenham e ponham definitivamente cobro às actividades contra-revolucionárias.

A situação política está a degradar-se pelo prolongamento da crise governamental.

## Urgência de um governo operativo

Impõe-se a formação, tão urgente quanto possível, de um governo em condições de fazer frente com êxito à contra-revolução. Devemos afirmar claramente que a conspiração contra-revolucionária se desenvolve, que a reacção prepara um novo golpe.

A crescente paralisação e inoperância do aparelho do Estado, provocada pela crise governamental e pelas contradições existentes ao nível de todos os órgãos do poder político, é altamente favorável ao desenvolvimento da conspiração.

É necessário encontrar solução rápida para esta crise, isto é, um governo com autoridade e com força, ao serviço da Revolução. Um tal governo necessita de ter simultaneamente um real apoio do MFA e das suas estruturas revolucionárias e um amplo apoio popular, o que significa apoio (e mais do que apoio, participação) do movimento operário organizado, o apoio (e mais do que apoio, a participação) das forças revolucionárias portuguesas.

Pela sua parte, o Partido Comunista não está aguardado a soluções rígidas do problema. Pela sua parte, o Partido Comunista está pronto a examinar, em conjunto com todas as forças interessadas no processo revolucionário, a começar pelo MFA, as soluções que melhor corresponderem às exigências da difícil situação actual.

A tarefa primordial imediata, para realizar a qual não há tempo a perder, é fazer frente à ofensiva contra-revolucionária, é defender as liberdades contra aqueles que querem liquidá-las e que, em algumas localidades, começam de facto a liquidá-las.

Mas a defesa das liberdades significa, ao mesmo tempo, a confirmação das grandes opções da revolução portuguesa, em direcção ao socialismo.

## A ofensiva da reacção

Significa prosseguir uma política antimonopolista e antilatifundista.

Significa levar a cabo transformações profundas da economia portuguesa, criar mais riqueza na indústria e na agricultura, não para alimentar o luxo e os vícios dos grandes senhores, dos milionários, mas para melhorar as condições de vida material e espiritual do povo trabalhador.

Significa prosseguir a reforma agrária, pondo fim aos latifúndios e entregando a terra a quem a trabalha.

A reforma agrária é uma grande e histórica vitória do glorioso e heróico proletariado rural alentejano e ribatejano. É uma grande e histórica vitória do povo português e da revolução portuguesa.

A reforma agrária pôr fim em vastas regiões à secular exploração pelos grandes proprietários rurais, dos trabalhadores assalariados e dos pequenos e médios agricultores. Uma vida nova e melhor se abre perante os trabalhadores do campo.

Os agrários alentejanos não querem aceitar esta nova realidade e lutam desesperadamente para conservar os seus privilégios. Depois de terem tentado impedir a organização e a acção dos trabalhadores e dos pequenos agricultores, depois de terem tentado sabotar a agricultura, entram abertamente na conspiração contra-revolucionária, na organização da violência e do terrorismo.

A isso, camaradas, temos que dizer: hoje, aqui entre nós, falou a este microfone um camarada que está vivo, mas um camarada que podia ter sido assassinado há dias pelos reacţionários. Nós queremos dizer claramente que não será a morte de um comunista, de comunistas, que impedirá o progresso da revolução. Por cada um que cair dez se levantarão, para empunhar a bandeira da revolução portuguesa. Os trabalhadores alentejanos, como os trabalhadores de todo o País, podem estar absolutamente certos: tal como nos tempos da clandestinidade, os comunistas continuarão prontos a todos os esforços, a todos os sacrifícios, a dar a vida se necessário, para assegurar a vitória final da revolução portuguesa, para assegurar o triunfo da liberdade e do socialismo em Portugal.

Há que ter confiança. O proletariado alentejano, aliado aos pequenos e médios agricultores, mantendo-se unido, organizado, firme, confiante, vencerá todas as dificuldades e, em aliança com o MFA, levará por diante a Reforma Agrária até à sua completa realização.

O novo governo em formação poderá vir a ter, eventualmente, composição diversa da actual. Mas para poder fazer frente à reacção, consolidar as liberdades e tomar medidas económicas de emergência, terá que manter e ser fiel às grandes opções feitas no decurso da revolução portuguesa: a opção da reforma agrária, a opção do socialismo, a opção de transformações abrindo caminho a uma sociedade onde seja liquidada a exploração do homem pelo homem.

Desde o 25 de Abril, nunca mais do que hoje se sentiu a necessidade do esforço de cooperação e do estabelecimento de uma unidade de combate entre todos aqueles que querem assegurar a vitória final da revolução portuguesa.

É com plena noção de responsabilidades (e não com fins propagandísticos ou alarmistas) que dizemos: as liberdades estão em perigo e necessitam da unidade de todos aqueles que querem assegurar a vitória da revolução. É necessário unimo-nos em defesa das liberdades!

Há forças que actuam para abafar a revolução e afastá-la dos seus grandes objectivos de transformação económica e social em benefício do povo trabalhador. É necessário unimo-nos em defesa desta revolução, que vai a caminho do socialismo, e não permitirmos que ela seja desviada desse caminho, que é aquele que interessa ao povo trabalhador.

Divisões entre trabalhadores, oposições entre trabalhadores e pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; intensificação de conflitos entre democratas de diferentes tendências políticas; enfraquecimento da aliança Povo-MFA; — poderiam ser fatais para as liberdades e para a revolução.

Em toda a parte — nas fábricas, nos campos, nas empresas, nos portos, em todos os locais de trabalho, nos sindicatos, nas ligas camponesas, e noutras organizações de massas, nas escolas, nos bairros, em todas as formas de organização unitária de base — os comunistas estão prontos a unir-se a socialistas, a católicos, a portugueses e portuguesas de todas as tendências, para a defesa das liberdades, contra a ofensiva da reacção e para assegurar o curso vitorioso da revolução portuguesa.

Daque fazemos um veemente apelo à unidade de todos os trabalhadores, das massas populares, de todos os democratas, de todos os antifascistas, de todos os revolucionários, dos jovens, das mulheres, para fazer frente à contra-revolução, para esmagar os bandos fascistas, para assegurar o exercício das liberdades, para defender, salvar e assegurar a vitória final da gloriosa Revolução Portuguesa!

Viva a unidade do Povo em defesa das liberdades!  
Viva a Reforma Agrária, que dá a terra a quem a trabalha!  
Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária e do povo trabalhador!  
Viva o Portugal democrático a caminho do socialismo!

Viva a unidade do Povo em defesa das liberdades!  
Viva a Reforma Agrária, que dá a terra a quem a trabalha!  
Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária e do povo trabalhador!  
Viva o Portugal democrático a caminho do socialismo!

Viva a unidade do Povo em defesa das liberdades!  
Viva a Reforma Agrária, que dá a terra a quem a trabalha!  
Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária e do povo trabalhador!  
Viva o Portugal democrático a caminho do socialismo!

Viva a unidade do Povo em defesa das liberdades!  
Viva a Reforma Agrária, que dá a terra a quem a trabalha!  
Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária e do povo trabalhador!  
Viva o Portugal democrático a caminho do socialismo!

Viva a unidade do Povo em defesa das liberdades!  
Viva a Reforma Agrária, que dá a terra a quem a trabalha!  
Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária e do povo trabalhador!  
Viva o Portugal democrático a caminho do socialismo!

Viva a unidade do Povo em defesa das liberdades!  
Viva a Reforma Agrária, que dá a terra a quem a trabalha!  
Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária e do povo trabalhador!  
Viva o Portugal democrático a caminho do socialismo!

Viva a unidade do Povo em defesa das liberdades!  
Viva a Reforma Agrária, que dá a terra a quem a trabalha!  
Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária e do povo trabalhador!  
Viva o Portugal democrático a caminho do socialismo!

## As grandes opções da Revolução Portuguesa

## Despertar de novo o antifascismo

Existente um real perigo para as liberdades. Existe uma ofensiva sem distância das forças reacţionárias para preparar abertamente a contra-revolução. Nesta situação, afirmar e gritar, como alguns fazem, que o perigo vem da esquerda, que o perigo vem dos comunistas, que são os comunistas que querem instaurar uma nova ditadura, é dar alento às forças reacţionárias, é soprar a contra-revolução.

O anticommunismo é a arma número um da contra-revolução. Há certos democratas e certos socialistas que, por estreiteza partidária ou ambições pessoais, se tornaram os arautos do anticommunismo. Com o anticommunismo abrem as portas à contra-revolução. E se os comunistas (como os factos mostram) seriam o primeiro objectivo dessa contra-revolução, esta, no seu desenvolvimento, não pouparia também aqueles que agora com o seu anticommunismo lhe abrem as portas.

Neste momento crítico, aqueles que, em vez de se unirem, junto com todos os democratas, na luta contra a reacção, conduzem actividades divisionistas, dirigem os seus ataques ao PCP, colaboram, mais ou menos veladamente, mais ou menos abertamente, com a própria reacção, assumem extraordinária responsabilidade perante o nosso povo, que tem pleno direito de lhes pedir contas pela sua nefasta actividade.

O combate do nosso povo não é contra a esquerda revolucionária, mas contra a direita reacţionária.

Não se pode fazer frente com êxito à contra-revolução sem o Partido Comunista. A contra-revolução esconde os seus propósitos atrás da luta anticommunista, mais concretamente, da luta contra o PCP. Mas lutar contra o PCP é soprar nas velas da contra-revolução.

Para fazer frente, estancar, paralisar, obrigar a retroceder, esmagar se necessário, a ofensiva reacţionária, é necessário unir todos os antifascistas civis e militares, todos aqueles que querem defender as liberdades, todos aqueles que querem que o fascismo não volte, todos aqueles que querem assegurar o curso da Revolução Portuguesa em direcção ao socialismo. É preciso pôr prontamente fim a esse espectáculo vergonhoso e degradante, indigno do Portugal da hoje, de assaltos, incêndios e perseguições. Ao contrário do que diz a propaganda reacţionária, não é a população que comete tais crimes. Quem os comete são bandos fascistas, bandos contra-revolucionários, que é necessário mandar e castigar severamente.

A condescendência em não contribuir para resolver as coisas. A condescendência com a reacção animada e impulsionada a reacção. São necessárias medidas firmes e severas contra esses bandos fascistas. O povo, com a sua própria iniciativa, com as suas próprias



Millhares de trabalhadores afirmaram a sua determinação em favor avançar o processo revolucionário

responder com dureza aos golpes criminosos da reacção.

Registou-se, entretanto, a chegada do camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido que foi acolhido com um entusiasmo feroz.

Luis Santos, do MDP/CDE, basearia a sua intervenção na importância da unidade de todas as forças revolucionárias, de todas as camadas verdadeiramente patriotas que vão desde os trabalhadores aos pequenos camponeses, intelectuais e pequenos e médios comerciantes e industriais.

O apoio da juventude operária fez-se sentir de modo particular nesta grandiosa manifestação e foi acolhido com profunda alegria pelo povo trabalhador consciente da necessidade da aliança das classes trabalhadoras na defesa do processo revolucionário. Assim foram recebidas com manifestações de grande aplauso, as seguintes moções:

Jovens trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, em jornada de trabalho voluntário na Cooperativa Sol Nascente, em Vendas Novas, presentes nesta manifestação-comício, protestam energicamente contra as manobras da reacção, nomeadamente assaltos a centros de trabalho e sedes de partidos e associações democráticas e progressistas exigindo medidas imediatas contra os contra-revolucionários e contra quem faz o seu jogo. Manifestam também o seu apoio ao avanço da reforma agrária. Viva a unidade das massas trabalhadoras. Avante pela reforma agrária. Abaixo a reacção.

Jovens trabalhadores e operários da Sorefame, presentes em jornadas de trabalho voluntário da Cooperativa Sol Nascente, em Vendas Novas, estão ao lado dos trabalhadores agrícolas e do camponato, apoiam o avanço da reforma agrária, exigem medidas imediatas para o desmantelamento da reacção. Viva a aliança dos operários e camponeses. Pelo avanço da reforma agrária. Avante na revolução rumo ao socialismo.

Antecedendo a intervenção do nosso camarada Alvaro Cunhal, que reproduzimos noutro local e que foi saudada com particular ardor revolucionário pelo povo, que através das palavras do secretário-geral do nosso Partido sentiu ainda mais profundamente a urgência de cimentar a unidade das forças antifascistas civis e militares

os agrários e fascistas agricultores e o delegado sindical Eugénio Pateiro;

Que no dia seguinte um grupo de pessoas capitaneado pelo mesmo bando, armado de paus, cerca, insulta, corta pneus, ameaça virar e incendiar o carro da mulher de um funcionário do Partido Comunista e que, inclusive, chega a invadir o posto da GNR e corta a chamada telefónica de socorro perante a inação da Guarda;

Que em Vila Viçosa tentam assaltar o Centro de Trabalho do PCP;

Que no dia 18, em Monchique, reacţionários fazem fogo sobre uma barragem popular, ameaçam assaltar o Centro do PCP e, dias depois, agredem uma jovem que vendia o «Avante!»;

Que em Vila do Bispo, elementos reacţionários têm desenvolvido uma campanha contra-revolucionária para que funcionários progressistas da câmara sejam afastados;

Que em Ponte de Sôr, os reacţionários tentaram expulsar da câmara a mulher de um militante comunista;

Que em Estremoz, os agrários tentaram por várias vezes assaltar o Grémio da Lavoura e o Centro de Trabalho do PCP e espancaram elementos antifascistas;

Em Évora, na noite de 28 de Julho, um grupo de filhos de fascistas pontapearam a porta do Centro de Trabalho de Évora do PCP e gritaram «morte aos comunistas»;

Que, finalmente, no Bairro das Pites, Poço dos Clérigos, em Évora, no dia 30, elementos terroristas atiraram uma potente carga explosiva para dentro de uma casa contígua à de Dinis Miranda, membro do Comité Central do PCP e deputado do PCP à Assembleia Constituinte pelo distrito de Évora. A casa ficou praticamente destruída e só por acaso não morreram os antifascistas que nela moravam, Joaquim Nobre e sua esposa, Feliciano Nobre, que ficaram ambos bastante feridos e, ainda, a sua filha, Antonieta Nobre, que também ficou ferida.

Considerando que a Revolução do 25 de Abril e as conquistas democráticas alcançadas correm perigo se não forem tomadas medidas revolucionárias energéticas que barrem o caminho às forças reacţionárias, os milhares de manifestantes reunidos em

Dias, R. Diogo Cão, 6.

—D. João de Noronha, Monte das Flores, 6.

—Custódio Alves Mendonça, Tapada do Ramalho, 10.

—Luis Gonzaga Cabral, L. de S. Miguel.

—Dr. Carlos Gonçalves Potes, R. Diogo Cão, 40.

Todos residentes em Évora.

—António Gomes Patinha, Monte da Parede, próximo de S. Miguel de Machede.

—Luis Gomes Resende, R. Marechal Gomes da Costa, 3.

—Rui Manuel Zagalo Pacheco, Rossio Marquês de Pombal, 57.

—Narciso Gonçalves Panasas, Rossio Marquês de Pombal, 27-2.

—José Mário Pinto, Bairro de St. António.

Todos residentes em Estremoz.

—António Tello da Gama, de Campo Maior.

—Benedito Moura, de Monforte.

—Pequeto Rebelo, de Gavião.

Reclamamos também a prisão imediata dos seguintes informadores da PIDE-DGS de Évora:

—José Luís Costa (pseudónimo de «Tourega de Valverde»), ligado ao posto da PIDE de Évora desde 6-10-65.

—Maurício Sim-Sim (pseudónimo «Popo de Alcaçovas»).

—Emanuel de Barros Lopes, que trabalhava como estufador, na Tv. de Serpa, 17, e que mora nos Canaviais.

—Epitácio Rosa Ramalho, com o pseudónimo de «Vinhãs», ligado à PIDE desde 1965, 2.º-sargento do Exército e fotógrafo, e que reside na R. da Escola, 4.

—Augusto Sebastião Ceboleira, R. A, 2, Bairro da Carnida, Évora.

—Duarte José Tavares, com o pseudónimo de «Toncas», motorista, que mora na R. da Milheira, 15, 1.º-Esq.

—Emílio Ramos e Madeira Pizarra, este último por fazer entrega à PIDE da imprensa do PCP, que recebia pelo correio.

A defesa da Revolução e da vida de milhares de patriotas portugueses, exigem que estes e outros conspiradores sejam imediatamente presos.

VIVA A ALIANÇA DO POVO MFA!

VIVA O CONSELHO DO POVO-MFA!

VIVA A ASSEMBLEIA DO MFA!

# O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE COMO CONDIÇÃO DO TRIUNFO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

A prática revolucionária demonstra que nenhuma sociedade socialista pode ser construída sem que as massas trabalhadoras criem uma economia forte, consolidando a base material e técnica do socialismo. A via para a consolidação económica da sociedade a caminho do socialismo e da própria sociedade socialista consiste no aumento da produtividade, no entusiasmo criador das massas trabalhadoras empenhadas na batalha da produção. Mas esta batalha não é uma tarefa cuja importância se meça apenas no domínio económico. A batalha da produção passa pelo controlo dos trabalhadores na gestão empresarial, pela sua participação na planificação da actividade produtiva. Por isso, a situação política do nosso país, a batalha da produção é um factor fundamental de organização dos trabalhadores, e da sua intervenção no sentido de uma transformação efectiva do aparelho estatal, de socialização deste aparelho. A batalha da produção é, pois, simultaneamente, uma escola para o socialismo e um dos domínios essenciais da sua construção.

As experiências revolucionárias de outros povos na edificação do socialismo, em condições diversas das nossas, mas marchando decididamente para a mesma meta de bem estar e felicidade das massas trabalhadoras, enriquecem a consciencialização política dos trabalhadores portugueses estimulando-os para as tarefas de construção do socialismo, nas quais a batalha da produção assume um relevo particular. Eis aqui a razão deste artigo.

Nos seus importantes ensaios Sobre o Papel e as Tarefas dos Sindicatos sob as Condições da Nova Política Económica, Lenine salientou que, depois da conquista do poder estatal a tarefa mais importante e fundamental do proletariado é aumentar a produção, desenvolver extraordinariamente as forças produtivas da sociedade.

Lenine considerava que a luta dos sindicatos pelo desenvolvimento pleno das forças produtivas devia ser orientada segundo quatro condições básicas que, até hoje, permanecem actuais:

1. Incorporar os trabalhadores na planificação e direcção da produção;
2. Incrementar o avanço técnico e científico, desenvolvendo a técnica e estimulando as iniciativas de massas;
3. Melhorar a organização do trabalho e a direcção da produção;
4. Elevar constantemente o nível técnico-cultural dos trabalhadores, desenvolvendo a sua consciência socialista e a sua atitude socialista face ao trabalho.

Não basta possuir os meios de produção, ou seja, ferramentas, máquinas e fábricas. Impõe-se que a classe operária, depois do triunfo da

falar numa óptima planificação científica se esta for estabelecida com exactidão e tomando em conta as numerosas experiências dos trabalhadores. Estas experiências podem ser aproveitadas se os sindicatos contribuírem no sentido de organizar a discussão sobre a planificação.

Na RDA, nos centros de trabalho funcionam, periodicamente, assembleias de produção que trabalham segundo a orientação das secções sindicais. Compõem estas assembleias operários experientes, inovadores, chefes de oficina, técnicos e dirigentes das organizações revolucionárias.

Estas assembleias periódicas de produção constituem uma escola de educação socialista. A sua tarefa principal consiste em auxiliar a elaboração e o cumprimento do plano, e a fomentar o avanço técnico e científico, a mobilizar os trabalhadores para a melhoria da qualidade dos produtos, a baixar os custos e a poupar os materiais. Simultaneamente aceitam-se todas as sugestões dos operários e põem-se em execução sem entraves burocráticos. Discutem-se também as insuficiências na produção e na organização do trabalho.

Objectivo do aumento da produtividade: melhoria do bem-estar do povo

O trabalho constitui a condição de subsistência para qualquer sociedade humana. Nenhuma ordem social pode existir sem a produção de bens materiais. Mas esta produção não assume o mesmo carácter em todas as épocas e em todos os regimes sociais.

No capitalismo confrontamos a produção social e a apropriação capitalista privada dos produtos.

No socialismo, pelo contrário, temos a produção social e a apropriação social dos bens materiais. Isto significa que os produtos elaborados pertencem a toda a sociedade.

Tal como se distingue o carácter da produção entre ambos os regimes sociais, assim, também, se opõem os objectivos da produção e da pro-

ductividade do trabalho. No socialismo, o objectivo principal do incremento da produtividade é melhorar incessantemente o bem-estar do povo, enquanto na sociedade de classes, os capitalistas aspiram ao lucro máximo.

A lei económica do aumento da produtividade vigora em todos os regimes sociais, mas, em contraste com as sociedades anteriores ao socialismo, neste, pela primeira vez, assiste-se a um incremento constante da produtividade.

Não há lugar para os reveses nem para a anarquia que afectam a produção capitalista. Lenine demonstrou cientificamente a grande importância do incremento da produtividade do trabalho. Formulou a sua famosa tese: A produtividade do trabalho é, em última análise, o mais importante, o factor decisivo para o triunfo da nova ordem social. O capitalismo conseguiu uma produtividade de trabalho desconhecida sob o feudalismo. E o capitalismo será definitivamente derrotado, porque com o socialismo alcança-se uma produtividade de trabalho muito mais elevada.

Daqui se conclui claramente que o capitalismo será derrotado no domínio económico pelo rápido crescimento da produtividade no sistema socialista. É um factor decisivo para o triunfo do socialismo sobre o capitalismo.

Se em cada país socialista se aproveitam todas as possibilidades de incrementar ao máximo a produtividade, firmam-se as posições em todo o campo socialista, dão-se passos no caminho para o triunfo sobre o capitalismo. Deste modo, nem os Estados Unidos nem qualquer outro país capitalista estão em condições de manter o ritmo de produtividade dos países socialistas, porque não podem apoiar-se na grandiosa força de milhões de operários livres da opressão e da exploração.

Incremento da produtividade, obra das massas e tarefa dos sindicatos

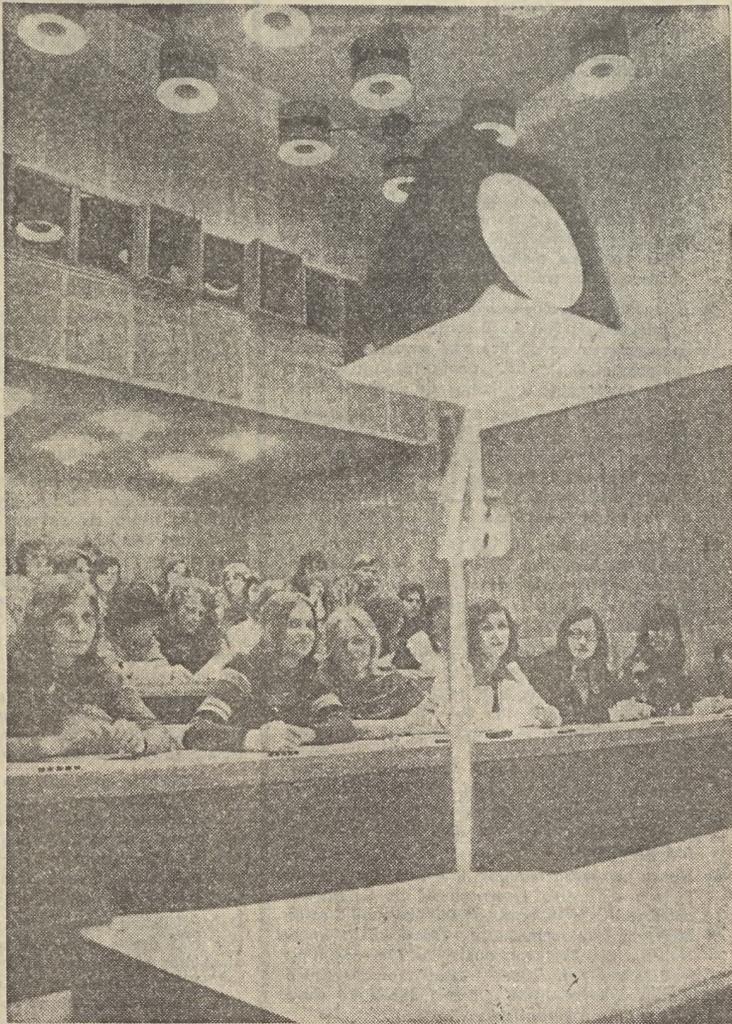
Se o incremento da produtividade é obra das massas, deve também constituir uma

das tarefas fundamentais dos sindicatos como a maior organização de massas. Compete aos sindicatos explicar aos operários a necessidade objectiva de aumento da produtividade, porque quanto maior é a compreensão científica dos trabalhadores relativamente aos processos e desenvolvimento da nova sociedade, mais rapidamente se desenvolve a sua consciência socialista, melhor podemos corresponder à lei de incremento da produtividade.

Donde resulta a necessidade objectiva para a elevação constante da produtividade?

A necessidade objectiva para o incremento da produtividade resulta da lei económica fundamental do socialismo: o aumento contínuo do nível material e cultural do povo sobre a base de um rápido desenvolvimento da produtividade socialista, do aumento da eficácia, do progresso científico e técnico, e do aumento da produtividade do trabalho.

Se a produtividade não tivesse aumentado ininterruptamente, as magníficas medidas de ordem social não poderiam ter-se realizado. Uma vida melhor não cai do céu. Uma vida melhor é o resultado do nosso próprio trabalho. Esta é a certeza indiscutível e o único caminho a emprender. Daqui se infere uma consequência decisiva: cada passo no sentido de melhorar o bem-estar depende, também, do aumento da produtividade.



A cooperativa agrícola de Dedelow, em Nenbrandenburg, na RDA, alcançou excelentes resultados na criação de rebanhos, e na produção de leite. A marca anual de 5000 litros de leite por vaca foi ultrapassada em 1974. Num moderno centro de aperfeiçoamento formam-se jovens especialistas que possam garantir o funcionamento da maquinaria para produção do leite e cuidar devidamente as duas mil cabeças do rebanho.

## AS MULHERES NA RDA E O TRABALHO NO CAMPO

...As mulheres prestaram uma valiosa contribuição ao desenvolvimento da República Democrática Alemã nos últimos anos. De todas as mulheres aptas, 84,5 por cento exercem uma actividade profissional ou estudam. Na nossa economia nacional um em cada dois empregados e um em cada três trabalhadores que trabalham na produção são mulheres. Elas perfazem 44 por cento do número total dos trabalhadores na agricultura socialista...

Estas palavras foram retiradas do informe de balanço apresentado ao X Congresso Nacional da Federação de Mulheres Democráticas da Alemanha (DFD), recentemente realizado em Berlim, tornando claro o seguinte:

O que é válido para a indústria da República Democrática Alemã é-o também para a agricultura socialista. Relativamente à igualdade de direitos da mulher, não há nenhuma «aldeia esquecida» na República Democrática Alemã. Trata-se de uma característica relevante no desenvolvimento socialista da RDA.

Em nenhuma outra parte da construção do socialismo tais transformações se mostram mais visíveis do que no campo, em especial na vida das camponesas. Antigamente, a mulher tinha de executar penosos trabalhos manuais no campo. A sua jornada de trabalho diário, com poeira, frio ou calor, no estábulo ou revolvendo a terra, ia de sol a sol, de manhãzinha ao anoitecer. As mulheres não tinham acesso à educação, à técnica, ao progresso e à cultura.

Do isto se tornou possível graças à transformação socialista do campo, graças à aplicação criadora do plano cooperativista leninista, graças também às experiências da política agrária soviética na formação de cooperativas de produção agrícola (LPG), possibilitando, também, na RDA, a libertação e o estabelecimento definitivo da igualdade de direitos das camponesas. A transição que se opera actualmente, com a introdução em escala crescente de métodos industriais de produção na agricultura, a formação de grandes cooperativas agrícolas altamente rendosas, transformam substancialmente a posição socioeconómica das camponesas.

As actividades das camponesas assemelham-se cada vez mais à que são desenvolvidas pelas trabalhadoras nas empresas industriais. Trabalham como criadoras de animais em instalações que comportam mais de 2000 vacas ou em instalações nas quais cabem 25000 porcos ou 50000 outros animais. Nesses processos de produção, as camponesas não podem deixar de usar máquinas modernas, aparelhos eléctricos, chegando mesmo a utilizar instalações de comando electrónico. Estes factos implicam o apa-

recimento de novas profissões no campo para as mulheres. Hoje, têm muito a ver com instalações automáticas de ordenhação e de forragens, com novas técnicas de plantagem e de colheita, com métodos modernos de planificação e de direcção. Tudo isto implica igualmente o aparecimento de novos problemas que as camponesas da República Democrática Alemã ultrapassam com a sua eficiência. A este propósito, eis alguns exemplos:

— 66,3 por cento das mulheres que exercem a sua actividade na agricultura podem exibir, actualmente, um certificado de formação. Dois terços delas concluíram cursos de qualificação nos últimos dez anos, isto é, depois do triunfo das relações de produção socialistas no campo;

— 28.000 mulheres procedentes da agricultura da RDA qualificam-se actualmente, em correspondência com os objectivos do plano económico nacional para este ano, para o trabalho na técnica moderna. 21.600 mulheres passaram a dispor, no ano passado, de carteiras de habilitação para o comando de tractores e máquinas colheadoras;

— Mais de 4000 mulheres obtiveram o certificado de habilitação para o comando das modernas máquinas ceifadoras-debulhadoras E512 e 22.900 concluíram o curso de qualificação no campo de ordenhação.

Estes factos provocam repetidas perguntas, nomeadamente se as mulheres podem digirir a moderna técnica agrícola sem que a sua saúde seja afectada. Trata-se de uma pergunta legítima e que merece, na RDA, muita atenção. Em princípio, todas as máquinas utilizadas pelas mulheres são construídas de tal forma que tomam em conta e correspondem às qualidades físicas específicas das mulheres.

O caminho rumo a uma elevada formação a uma especialização plenamente igualitária da agricultura socialista exige que se criem amplas facilidades sociopolíticas para as camponesas. Entre estas destacamos: constante crescimento do número de lojas e de armazéns nas aldeias, expansão da rede de creches e jardins de infância, clínicas e aliatórios médicos nas localidades do interior. A implantação da jornada de trabalho de 8 horas diárias, na agricultura socialista, foi de grande importância também para as camponesas, proporcionando-lhes mais tempo livre para a sua formação e para o desfrute das

bens culturais. Em consonância com o programa sociopolítico do VIII Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, as camponesas mães de 3 ou mais filhos passaram a contar com a regalia de trabalhar somente 40 horas semanais; também elas passaram a dispor do direito de afastamento do trabalho por motivo de gravidez, recebendo a remuneração integral, durante 18 meses, como todas as mulheres da República Democrática Alemã.

E já está há muito tempo assegurada às habitantes das aldeias da RDA completa assistência médica, inclusive por ocasião dos partos que se processam nas policlínicas, sob a supervisão de médicos.

Todas estas medidas contribuíram e contribuem para a completa efectivação da igualdade de direitos das camponesas. Tanto no trabalho profissional como no seio da família, as camponesas gozam de plena igualdade em relação aos homens. Isto acontece igualmente no que

toça aos salários. Pela mesma actividade executada, os salários são estritamente iguais. Isto expressa-se de modo especial na activa utilização dos direitos democráticos por parte das camponesas. As camponesas da RDA desfrutam realmente de todos os direitos e muitas delas, actualmente, encontram-se no Conselho de Estado ou exercem cargos parlamentares, como membros da Câmara do Povo. Milhares delas, nos parlamentos distritais e provinciais, assim como nas representações populares, exercem funções efectivas. Mais de 35.000 mulheres pertencem às direcções das cooperativas de produção agrícola e mais de 150 destas cooperativas são directamente dirigidas por camponesas na RDA.

## UNIVERSIDADES E DEMOCRACIA

O quadro das universidades transformou-se profundamente na República Democrática Alemã. Isto é já evidente na estrutura externa desses organismos. Desde a terceira reforma universitária em 1968, os antigos institutos concentraram o seu potencial científico em grandes e eficazes unidades de ensino e investigação, as secções. As faculdades, na sua forma original, foram dissolvidas.

Com a criação das secções, as formas de direcção das universidades tornaram-se muito mais simples, mais modernas e mais fáceis de acompanhar. Criaram-se dois níveis de direcção, o do reitor e o dos vice-reitores, por um

lado, e por outro o dos directores das secções, eleitos por períodos de 3 anos.

Esta nova organização do trabalho científico possibilita uma democracia sã, não dá lugar a egoístas ambições de prestígio. As secções fomentam o trabalho colectivo, que conduz rápida e efectivamente a bons resultados. Criam condições para relações frutuosas entre cientistas e estudantes da investigação, sem que por isso se eliminem as responsabilidades.

Cada secção dispõe de um conselho de secção. Formam esse conselho dois a quatro estudantes, cientistas, empregados e trabalhadores. Além disso, os estudantes também estão representados em comissões de secções, que se ocupam, por exemplo, de problemas relacionados com a formação, a investigação e outros. Também em cada concílio, ou seja, nas assembleias de delegados das universidades, os estudantes têm voz activa sobre os problemas fundamentais das ditas instituições.

Junto dos reitores, existem nas universidades organismos consultivos e directivos, nos quais se conta com a colaboração democrática de todos os membros das universidades. Nos conselhos científicos integrados pelo senado e por representantes das secções, estão representados, junto aos professores e ao corpo docente, colaboradores e estudantes cientistas, que gozam dos mesmos direitos. Os referidos conselhos assistem os reitores em tudo o que se refere ao aperfeiçoamento das disciplinas, à determinação das tarefas de investigação e à introdução de novos conhecimentos científicos no processo de formação e educação.

O Conselho Social das universidades é formado por catedráticos, docentes e estudantes, juntamente com representantes da prática, ou seja, das empresas, dos organismos directivos estatais, das instituições educacionais e da Academia das Ciências. Aqui se discutem as exigências relacionadas com a prática universitária e os problemas que devem ser solucionados pelo sistema de educação superior permanente em colaboração com a socie-

dade socialista em todo o sentido da palavra.

Nas três reformas universitárias da RDA, mantiveram-se sempre os interesses dos estudantes em primeiro plano, tanto nos anos 1945/46 como a grande transformação de todo o sistema educacional e a realização da reforma escolar democrática, como em 1950/51. Nada se fez sem consultar os estudantes, e o seu conselho e riqueza de ideias representaram um importante papel nas novas medidas. Os estudantes contavam e contam com a igualdade de direitos e são membros das universidades com as mesmas obrigações dos demais jovens cidadãos, cujos interesses estão de harmonia com os da sociedade.

Tudo o que se realiza nas universidades da RDA tem por objectivo formar os estudantes como personalidades cultas e instruídas. O estado socialista ajuda os jovens, sobretudo no que respeita à formação científica especializada. A transmissão de conhecimentos parte do estado superior do desenvolvimento em cada uma das disciplinas e combina uma ampla educação básica com uma especialização paralela e prática no campo respectivo.

É nesse sentido também que os estudantes têm possibilidade de estudar sem quaisquer despesas e que um grande número de bolsas é concedido. Naturalmente os estudantes sabem dar valor a estes benefícios. Esforçam-se por atingir a meta, alcançar bons resultados, mesmo durante o período de estudos, sentem que são necessários e que as suas ideias são tomadas em consideração.

Em nenhum momento da história alemã, os membros das universidades — fossem eles professores ou estudantes — desfrutaram de possibilidades tão favoráveis para a materialização da missão humanista da ciência como na República Democrática Alemã. A ciência contribui de forma limitada para o processo histórico e por isso se mobilizam todas as forças a fim de concretizar, na prática diária, este princípio essencial.

**INTERLIVRO**  
R PEDRO NUNES DA LISBOA  
DICCIONÁRIO POLITECNICO PORTUGUES-RUSSO por Mateev-Asyantz  
cerca de 36 000 termos  
LIVROS PARA ESTUDO DA LINGUA RUSSA  
VISITE A URSS A FALAR RUSSO  
Única livraria especializada em livros soviéticos

**VISITE O STAND DO Avante! na FEIRA POPULAR de Lisboa**

A partir de hoje: EXPOSIÇÃO DO LIVRO SOVIÉTICO

**Novos Livros Estampa**

**O PROBLEMA DA ENERGIA — HISTÓRIA DE UMA FRAUDE**  
Gus Hall  
Coleção Praxis  
Preço de capa: 80\$00

**O ESTADO E A REVOLUÇÃO**  
V. I. Lenine  
Biblioteca do Socialismo Científico  
Preço de capa: 40\$00

**REVOLUCIONISMO PEQUENO-BURGUES**  
V. I. Lenine  
Biblioteca do Socialismo Científico  
Preço de capa: 60\$00

**A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA E O RENEGATO KAUTSKY**  
V. I. Lenine  
Biblioteca do Socialismo Científico  
Preço de capa: 40\$00

**O IMPERIALISMO FASE FINAL DO CAPITALISMO**  
V. I. Lenine  
Biblioteca do Socialismo Científico  
Preço de capa: 50\$00

**EDITORIAL ESTAMPA**  
Rua da Escola do Exército, 9, r/c-Dto.  
Tel. 55 56 63 Lisboa-1

---

**RBI**

**Radio Berlin International**  
A voz da RDA em língua portuguesa

Rádio Berlin International, A voz da República Democrática Alemã, informa os ouvintes em Portugal que começou a transmitir notícias, música e informações.

A Rádio Berlin International vai informar sobre a política e a vida do primeiro Estado socialista em terra alemã.

Horários e frequências:  
21 e 30 — 22 e 15 — 7260 kHz — 41,32 m.  
23 e 15 — 24 e 00 — 9770 kHz — 30,71 m.  
1511 kHz 198,5 m.

---

**ASSINA O "AVANTE!"**

# informação

## O mercado negro de divisas é crime de alta traição

O mercado negro de divisas é já uma realidade em Portugal. Após o 11 de Março a reacção viu-se impossibilitada de utilizar o sistema bancário para transferir fraudulentamente dinheiro para o estrangeiro. Perdeu a colaboração de contra-revolucionários do porte do Espírito Santo, dos Champallimaud, dos Pinto de Magalhães e outros semelhantes. Teve de recorrer a outros métodos já denunciados pelo «Avante!»

Agora tenta fazer em Portugal o que fez no Chile da Unidade Popular: iniciou em larga escala «operações» de mercado negro de divisas. A época é propícia a essas manobras criminosas. Por um lado o Verão atrai ao País diariamente milhares de turistas; por outro chegam muitos trabalhadores a fim de passar as férias em Portugal. Uns e outros trazem divisas que precisam trocar por escudos. Existe um câmbio oficial que foi sempre respeitado porque corresponde à cotação real do escudo nos mercados internacionais do Ocidente capitalista. Elementos ao serviço da reacção começaram, entretanto, nos últimos dias a oferecer a turistas e trabalhadores emigrados importâncias muito superiores às que correspondem aos níveis oficiais. Há quem ofereça 35 escudos por um dólar; 15 escudos por um marco alemão.

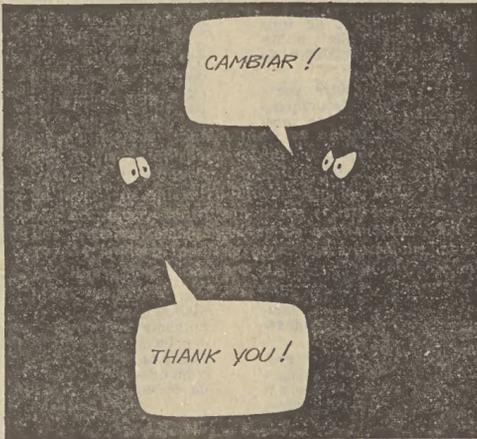
Pessoas que entraram em Portugal com divisas e não fizeram qualquer declaração na fronteira ou nos aeroportos de desembarque aceitam essas propostas, pois realizam um «bom negócio». Quem perde é o País. Essas divisas não vão parar aos cofres do Banco de Portugal; são enviadas, depois, ilegalmente, para o estrangeiro, para as contas particulares de destacadas individualidades da reacção.

Os verdadeiros responsáveis pelo crime, aqueles que estão por trás dessas «operações» de mercado negro, são os elementos que desde o início se opõem ao processo revolucionário: os senhores dos monopólios, os grandes agrários. Muitos deles não se encontram sequer em Portugal. Do Rio, de Madrid, de Paris ou Londres enviam as suas instruções a elementos da sua confiança que, por sua vez, utilizam os serviços de toda uma fauna marginal que vivia de negócios escuros ligados à Bolsa e a transacções ilegais e que por isso mesmo está hoje disposta a cooperar em todas as manobras contra-revolucionárias.

O início das «operações» de mercado negro não significa apenas a prática de um crime de sabotagem económica. É, neste momento, pelas suas graves implicações, um crime de alta traição que exige uma resposta firme e imediata. A reacção visa dois objectivos fundamentais: 1. Privar o País de divisas preciosas para o equilíbrio da balança de pagamentos; 2. Desvalorizar o escudo através de processos artificiais, provocando, pelo efeito do mercado negro, o descrédito da nossa moeda, tanto no interior do País como no estrangeiro.

O exemplo do Chile não pode ser esquecido. Mas é preciso ter presente que as condições aqui e lá são muito diferentes. O escudo chileno era uma moeda rejeitada em todos os mercados cambiais do exterior.

Não acontece o mesmo em relação ao escudo português. As reservas do Banco Central chileno quando Salvador Allende foi eleito eram quase dez vezes inferiores às reservas reais do Banco de Portugal na actualidade. Esta perigosa ofensiva da reacção pode ser combatida com eficácia. Mas para tanto será necessário que as autoridades responsáveis pela defesa da moeda nacional tomem medidas adequadas. Por um lado torna-se indispensável um «controlo» seguro nas fronteiras e aeroportos. Por outro, todos os traficantes de moeda devem ser punidos exemplarmente. Se isso não acontecer, dentro em breve assistiremos em Lisboa a cenas semelhantes às de Santiago, de 1970 a 1973, quando o mercado negro se fazia publicamente nas lojas, nos cafés, nos bares, nos hotéis, até em plena rua.



O Peru soube enfrentar com êxito tentativas semelhantes da reacção local para desvalorizar a moeda nacional. Em primeiro lugar o governo das Forças Armadas tornou obrigatória a distribuição em todos os aviões que aterravam no país de formulários para a declaração de divisas dos turistas. Era um primeiro aviso. Depois, logo à chegada, todos os estrangeiros tinham de passar por uma agência do Banco Central, no próprio aeroporto, onde era feito o «controlo», que incluía inclusivamente o registo dos números dos «traveller's cheques». À saída do país procedia-se a novo «controlo», com obrigatoriedade da apresentação das notas relativas à troca de moeda realizada em certos bancos ou hotéis autorizados. Se alguém era apanhado em flagrante expunha-se a penas que podiam atingir vários anos de prisão o comprador e o vendedor. Resultado: a escalada do mercado negro fraco. Hoje o «controlo» é menos severo. A reacção e os turistas que com ela colaboravam compreenderam à sua custa que a Revolução sabia punir quem a desafiava. Implacavelmente.

Os métodos a empregar em Portugal poderão ser diferentes. Mas terão de ser eficazes.

A batalha contra o mercado negro é inseparável da

batalha da produção. É preciso ganhá-la. Com a cooperação do povo. E ganhá-la-emos!

## Ameaças e farroncas do prof. Emídio Guerreiro

Ao assumir o cargo de secretário-geral do PPD, o prof. Emídio Guerreiro deu entrevistas em série, em Portugal e no estrangeiro, para vincar bem uma suposta independência do seu partido e da sua pessoa em relação ao PS. Fez questão de declarar que o seu partido era um partido voltado para o socialismo e não um partido social-democrata; criticou atitudes do PS e do seu secretário-geral; e absteve-se sobretudo de ataques ao MFA e ao Primeiro-Ministro.

Agora mudou de tática, de estilo, de linguagem. Continua a falar muito, mas diz coisas muito diferentes. Falando à imprensa francesa, acaba de declarar que o PPD tenciona lançar uma campanha de comícios, à escala nacional, para «denunciar as actividades do MFA, que já não toma em consideração a vontade popular expressa nas eleições e que viola o pacto concluído com os partidos». Retomou também a longa-lança do PS sobre a manipulação dos órgãos de Informação e comentou em tom arrogante palavras do general Otelo Saraiva de Carvalho sobre a Revolução Cubana. Arvorado em profeta previu ainda o malogro do V Governo Provisório.

E agora e não antes que o prof. Emídio Guerreiro, finalmente, diz o que o PPD e a sua pessoa pensam a respeito da Revolução Portuguesa. Abre o jogo. Já não critica o PS pela sua linha social-democrata. Não elogia o MFA; desafia o MFA e comenta, com grosseria, declarações de algumas das suas mais destacadas individualidades.

O que significa esse anúncio antecipado de uma «blitz» de comícios contra o MFA? Trata-se de uma simples sondagem do terreno, ou do primeiro acto de uma ofensiva frontal do PPD contra a ordem revolucionária? Estará o PPD realmente disposto a organizar, agora, a sua «marcha sobre Lisboa» depois de um ensaio geral na província?

O sr. secretário-geral do PPD não hesita em recorrer a uma linguagem perigosamente semelhante àquela que a reacção usava nos dias anteriores ao 28 de Setembro. Vai mesmo mais longe ao propor-se «denunciar as actividades do MFA». Como o MFA é uma das componentes do processo revolucionário, como é garante das conquistas revolucionárias do povo português, o clamor pápedita nas praças públicas contra o MFA teria o significado iniludível de um apelo a todas as forças da reacção para que se mobilizassem contra o processo.

Quem tem a confiança do povo é o MFA e não o PPD; quem viola diariamente (basta ler o diário das sessões da Assembleia Constituinte) é o PPD e os seus aliados e não o MFA.

Se o PPD, como promete, se lançar numa escalada de agitação reaccionária, seguindo o caminho trilhado pelos defunctos partidos Liberal e do Progresso colocar-se-á publicamente contra a Revolução.

Se o prof. Emídio Guerreiro acredita que o apoio das forças da reacção europeia funcionará como escudo protector das suas manobras comete um grave erro político. A aliança Povo-MFA não se dobra a pressões externas. A «marcha» ou «marchas» do PPD e os seus comícios anti-MFA, a serem levados adiante, encontrarão da parte das duas componentes do processo a mesma resposta firme que provocações semelhantes receberam no dia 19 de Julho.

No que diz respeito à sua participação individual nos acontecimentos, como timoneiro de uma nova e mais ampla escalada reaccionária, o prof. Emídio Guerreiro deveria também ser mais cauteloso. Não se desafia impunemente o MFA e as massas populares. O prof. Emídio Guerreiro tem uma concepção muito particular do que sejam as funções de secretário-geral de um partido, mesmo burguês. Age e fala como se fora dono do seu partido. Gostaria talvez até de dirigi-lo de Paris, onde os seus negócios o atraem constantemente. É talvez essa deformação francesa, inseparável de episódios sombrios nos anos da luta do povo português contra o fascismo, que explica a ousadia reaccionária de um desafio ao MFA e à Revolução que envolve todo o seu partido.

## Lamentações do Presidente Ford muito pouco convincentes

O presidente dos Estados Unidos voltou a fazer declarações sobre Portugal. Desta vez numa entrevista concedida à «U.S. News & World Report», uma das revistas mais reaccionárias do seu país, conhecida pelo apoio prestado às campanhas contra a Revolução Cubana e a todos os golpes direitistas na América Latina.

«Não gostamos que Portugal esteja agora em agitação — disse Ford. Depois de retomar vários argumentos e calúnias do arsenal anticomunista deu a sua aprovação à «cruzada» contra a Revolução Portuguesa empreendida por vários partidos social-democratas europeus. Sabemos — afirmou — que países da Europa Ocidental estão a ajudar os seus amigos social-democratas de Portugal. Penso que é muito trágico que em consequência das investigações sobre a CIA e de todos os entraves que nos foram impostos no campo das operações encobertas não possamos participar juntamente com os outros países da Europa Ocidental». E acrescentou: «Não digo que a nossa participação solucionaria automaticamente o problema, mas o desanuviamento não devia impedir-nos, e não nos impede, de entrar e enfrentar os desafios onde sabemos que a União Soviética está envolvida.»

Se há casos em que o cinismo de um estadista com responsabilidades mundiais e o de um sistema político se definam em poucas palavras, este é um deles. A entrevista de Ford foi concedida quase na véspera da sua partida para Helsínquia onde assinou o documento final da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa. Nos termos dessa declaração histórica, os países signatários reconhecem aos demais o direito de escolher o seu próprio rumo e, como passo para o desanuviamento e uma paz duradoura, comprometem-se a não interferir nos assuntos internos de qualquer nação. Os EUA assinaram o documento de Helsínquia. Mas, pelo visto, ele nada vale para o presidente Ford e o imperialismo americano. O sucessor de Nixon imita o seu amigo e mestre ao deplorar que a CIA não possa hoje realizar «operações encobertas» em Portugal. Reconhece a interferência da social-democracia europeia em apoio do PS e lamenta que a CIA não

possa dar-lhe a sua importante ajuda. Alude ao desanuviamento, mas logo esclarece que não há obstáculos que impeçam os EUA de entrar (onde?) e enfrentar os desafios onde julga que a União Soviética está envolvida.

É uma insolência tipicamente imperialista. O presidente Ford sabe perfeitamente que a União Soviética não está envolvida em Portugal. O comportamento da URSS é, realmente, muito diverso do dos países da Europa Ocidental. Esses, sim, ingerem-se abusivamente nos assuntos portugueses, através de pre-



sões e até da chantagem económica. A União Soviética limita-se a prestar ajuda ao povo português ameaçado pelos tentáculos do cerco imperialista.

O conceito de independência que os Estados Unidos têm no tocante aos outros povos não mudou, apesar das recentes derrotas sofridas na Ásia e do malogro do bloqueio a que submetem Cuba. Segundo o secretário da Defesa James Schlesinger, «a capacidade da VI Esquadra americana do Mediterrâneo para sobreviver em tempo de guerra» está ligada ao desenrolar dos acontecimentos em Portugal. É uma ameaça? Como pode um governo que se diz favorável ao desanuviamento entregar-se a tais provocações, falar de guerra quando todos falam de paz? Os senhores Ford e Schlesinger não se adaptam, decididamente, ao facto de Portugal não ser uma colónia dos Estados Unidos.

Quanto à inação da CIA em Portugal, os lamentos do presidente Ford não são convincentes. A sinistra agência de espionagem, como ele próprio confessa, é perita em «operações encobertas». Nunca se anunciou publicamente. E nunca se preocupou com os inquéritos do Congresso sobre as suas actividades.

## Rosa Coutinho denuncia o inimigo real em Angola

No seu regresso de Angola, o almirante Rosa Coutinho, membro da delegação portuguesa que se deslocou a Luanda no último fim-de-semana, atribuiu ao «capitalismo internacional» a responsabilidade pelos trágicos acontecimentos em curso naquele país. O inimigo real do povo de Angola, cujas mãos sujas manobram as forças que desencadeiam a violência na pátria de Agostinho Neto, é, efectivamente, como o nosso Partido sempre tem salientado, o imperialismo.

Pela sua importância reproduzimos na íntegra as declarações do almirante Rosa Coutinho:

Angola vive presentemente horas amargas, algumas horas mais, dentro de um processo de descolonização que se revelou difícil, não tanto pela vontade e honestidade com que Portugal se empenhou na descolonização de Angola, que essa foi igual à mesma com que se empenhou na descolonização de Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Guiné, mas sim pelas forças que se opuseram a que essa descolonização em Angola se fizesse de acordo com os mesmos princípios e cooperação fraterna entre os povos de Portugal e os povos descolonizados. Muitos interesses se envolveram. Angola é um país rico; actualmente vive horas em que já não parece um país rico; mas essa riqueza potencial desenvolveu cobias de grandes interesses internacionais e que tem prejudicado tremendamente e tem conduzido à destruição de vidas e bens de gente angolana e de gente portuguesa, que não mereciam esta sorte. É preciso que o povo português se consciencialize de que em Angola, como aqui, o inimigo é sempre o mesmo. É o mesmo inimigo do Chile, é o mesmo inimigo de Cuba, é o mesmo inimigo da Revolução Portuguesa. O inimigo por vezes não tem rosto, não tem pátria, é o capitalismo internacional. Este país ainda pode vir a sofrer o ataque cerrado que à Revolução Portuguesa e ao MFA o capitalismo internacional está a desencadear. Angola está a sofrê-lo já, e está a sofrê-lo com amargura.

Entretanto, deixámos algumas situações mais esclarecidas. Luanda não está em perigo que a guerra civil alastre para dentro da cidade. E eu espero que com a coragem e espírito de sacrifício dos portugueses, das Forças Armadas Portuguesas e que os próprios angolanos têm demonstrado ao longo desta luta, que mais esta crise passará, embora com as dores naturais a que já foram sujeitos. Em alguns pontos de Angola está em curso uma pequena guerra civil — digo pequena porque realmente não tem as proporções de uma guerra civil normal — e essa guerra civil eu chamar-lhe-ia a segunda guerra de libertação de Angola. O povo angolano, os patriotas angolanos estão conscientes de que têm de lutar pela sua liberdade contra esse inimigo externo que é o capital e até, como aqui em Portugal, contra quantas colunas que se infiltram. É necessário que essa determinação se mantenha, como é necessário que aqui em Portugal essa determinação se mantenha também. Ai da revolução que não identifica o seu inimigo. Em Angola julgo que ele está plenamente identificado. E agora depende da determinação do povo angolano a conquista da sua liberdade e da determinação das Forças Armadas Portuguesas o evitar que a guerra se generalize a pontos onde é absolutamente necessário manter a segurança para defesa das vidas e dos bens das populações pacíficas, que querem obter a sua liberdade, pois não estão dispostas a ser esmagadas novamente por um outro fascismo.

AS EDIÇÕES «AVANTE!»  
PRESENTES NA  
FEIRA POPULAR  
VISITE O NOSSO PAVILHÃO

# informação

Uma semana depois de ter sido submetido a uma intervenção cirúrgica de urgência, o camarada Luís Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, foi enviado para o campo de concentração de Ritoque. Trata-se evidentemente de mais uma violência da Junta Fascista, pois o camarada Corvalán não estava ainda refeito da operação. Mas o facto de não ter sido novamente enviado para o campo de tortura de «Três Álamos» traduz uma derrota da ditadura chilena e uma consequente vitória das forças que no Chile e em todo o Mundo estão empenhadas na campanha pela defesa da vida do grande patriota.

O ex-presidente fantoche do Vietnam do Sul, Van Thieu, vai residir provisoriamente na Inglaterra.

Morreram dois soldados marroquinos e um espanhol durante choques armados na fronteira do chamado «Sahará Espanhol».

O Senado dos Estados Unidos levantou por 47 contra 46 votos o embargo de armas à Turquia. A medida é uma consequência da ocupação das bases americanas naquele país, mas só entrará em vigor se for ratificada pela Câmara dos Representantes.

O órgão central da Organização de Libertação da Palestina, Falastin Al Saura, criticou duramente a presença de uma «rede de observadores americanos nos vales do Sinai», afirmando tratar-se de uma iniciativa que favorece «uma invasão imperialista».

O ex-presidente do Brasil Juscelino Kubitschek pretende ingressar no partido oficial, a Arena.

Durante um encontro, em Vama, do primeiro-secretário do Partido Comunista Búlgaro, camarada Todor Yivkov com o camarada Rodney Arismendi, primeiro-secretário do Partido Comunista do Uruguai, ambos manifestaram a sua solidariedade com a luta do PCP contra a actual ofensiva da reacção, no interior de Portugal, e no plano internacional, que tem por objectivo dificultar o avanço da Revolução a caminho da democracia e do progresso social.

Após conversações mantidas em Helsínquia entre o camarada Erich Honecker e o primeiro-ministro Pierre Trudeau, a República Democrática Alemã e o Canadá normalizaram as suas relações diplomáticas.

As forças repressivas da Rodésia massacraram 20 pessoas numa aldeia do Nordeste daquele país. Entre as vítimas havia quatro mulheres e nove crianças.

Durante um discurso pronunciado na capital, o presidente do Brasil, general Ernesto Geisel pôs fim às ilusórias esperanças numa «abertura política». Declarou que o seu governo não abrirá mão dos poderes excepcionais conferidos pelo Acto Institucional n.º 5. O general não conseguiu esconder a verdade: o seu governo é um governo fascista!

Segundo o «New York Times», o FBI elaborou nos anos 50 uma lista com os nomes de 15 000 pessoas que «deveriam ser detidas numa emergência nacional». Todos os membros conhecidos do Partido Comunista dos Estados Unidos figuravam na referida lista.

Dirigentes do Partido Socialista do Chile foram presos nas últimas semanas pela Direcção Nacional de Inteligência, a sinistra polícia política de Pinochet. Entre eles incluem-se: Ricardo Lagos Salinas, membro da Comissão Política; Ezequiel Ponce Vicencio, dirigente da CUT e membro do secretariado; Carlos Lorca Tobar, secretário-geral da Juventude Socialista, e Francisco Gomez, conselheiro nacional da CUT.

Cinco milhões de trabalhadores agrícolas mexicanos ganham salários inferiores a 600 escudos mensais.

Em Bissau foi prestada uma grandiosa homenagem dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde aos mártires do colonialismo na passagem do 16.º aniversário do massacre de Pidjiguiti.

Pinochet voltou há dias a reafirmar que o golpe de Estado de 11 de Setembro de 1973 salvou o Chile da ruína económica. Pedro Vuscovik, ex-ministro da Economia da Unidade Popular, acaba de recordar que o dólar valia 25 escudos chilenos quando assassinaram Allende; agora vale 6000, isto é 200 vezes mais.

Para comemorar o 155.º aniversário do nascimento de Engels, a cidade de Moscovo vai erigir um monumento dedicado à memória do grande revolucionário e pioneiro do marxismo.

Metade dos trabalhadores que na Bulgária exercem a sua actividade na agricultura é constituída por mulheres. Um terço delas tem formação universitária.

A produção bruta das cooperativas agrícolas na República Popular da Mongólia aumentou 32,2 por cento nos últimos três anos.

Durante o plano quinquenal que terminará este ano foram construídas na Polónia 1 25 000 unidades residenciais.

James Schlesinger, secretário da Defesa dos Estados Unidos teima em deturpar o significado das palavras. Acaba de definir como «uma tragédia para a Turquia» a ocupação das bases americanas naquele país. Na realidade não houve tragédia alguma. Apenas uma derrota e importante do imperialismo americano, e uma consequente vitória do povo turco.

O Conselho de Ministros da República Democrática de São Tomé e Príncipe proibiu a aterragem no seu território (e o sobrevoo) de aviões de nacionalidade sul-africana ou vindos da África do Sul.

Segundo a agência France Presse, que cita como fonte os serviços de informação dos Estados Unidos, a União Soviética concedeu à Turquia um auxílio económico superior a 15 milhões de contos.

A comissão senatorial de inquérito às actividades da CIA convocou, em Washington, o ex-presidente Nixon para que preste depoimento sobre o envolvimento do seu Governo no golpe de Estado fascista de 1973 no Chile.

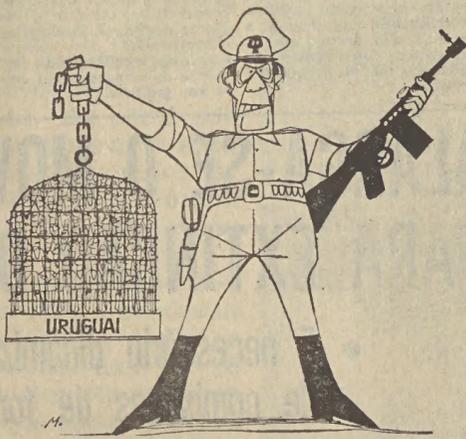
A população mundial ultrapassou no início do ano a barreira dos 4 biliões de habitantes.

## Mais prisões no Uruguai

O Governo do Uruguai decidiu atribuir para a construção de novas prisões a quantia de 18 000 contos. Para Bordaberry, as prisões existentes, actualmente, não chegam. Foi submetido a estudo, pelo Conselho de Estado, um projecto em que é concedida a verba de 12 500 contos para concluir a construção de novos estabelecimentos prisionais nos departamentos de Canelones, Maldonado, Paysandu, Rio Negro e Salto.

Dada a lógica insuficiência de prisões para abarcar todo um povo que luta contra o terrorismo desenfreado da clique de Bordaberry, contra a sujeição do país ao imperialismo, têm vindo a ser utilizados os mais diversos locais públicos como mesorras para todos os que no Uruguai erguem a sua voz e a sua acção contra a situação de exploração e sufocação dos justos anseios do seu povo. Assim, o Estádio Municipal El Cilindro, o barco «Tacoma» (ancorado na baía de Montevideo), os locais das antigas instalações frigoríficas Swift, foram transformados em prisões. Em 1971, o Uruguai contava com quatro prisões: Punta Carretas, Miguelete, a prisão para mulheres e a prisão central. Actualmente, o Governo do Uruguai prepara outras cinco e transformou, igualmente, em prisão todas as escolas militares, as bases aéreas e o Instituto Militar de Estudos Superiores.

Este nítido alargamento do número de estabelecimentos prisionais, que reflecte uma vincada escalada repres-



siva, traduz, também, uma crescente radicalização e consciencialização do povo do Uruguai, a sua determinação de pôr cobro a uma situação particularmente opressiva e oposta aos seus mais vitais interesses.

Actualmente, o Uruguai é o país do mundo com maior número relativo de presos políticos. Mais de 30 mil pessoas foram presas no decurso do último ano. Nas vésperas do 1.º de Maio de 1975, a Polícia efectuou para cima de duas mil prisões, em particular, entre a juventude e dirigentes sindicais. Tal como as prisões, a tortura tem um carácter sistemático e de massas. Ambos são utilizados com o visível intuito de amedrontamento colectivo e, simultaneamente, decapitação e paralisção das organizações progressistas, em particular o Partido Comunista do Uruguai. A prisão, a tortura, a desinformação são os elos de uma mesma cadeia — tradicionalmente utilizada por todos os regimes defensores de minorias exploradoras, quando libertos dos esquemas mais ou menos «democráticos» — com que se pretende abafar a vontade, a determinação das massas trabalhadoras.

O primeiro-secretário do Comité Central do Partido Comunista do Uruguai, camarada Rodney Arismendi, numa conferência de Imprensa recentemente concedida na capital da Bulgária, em que foi abordado o plano de acção preconizado para derrubar o ditadura fascista, frisou a barbaridade e o carácter massivo da repressão, paralelamente à agudização da inflação, ao carácter imperialista da política brasileira, nomeadamente em relação ao Uruguai, ao perigo que o fascismo brasileiro constitui como base de resistência a quaisquer perspectivas progressistas na região.

O ritmo de inflação no Uruguai só é inferior ao do Chile, que, como todos sabemos, detém nesse campo, como noutros, lamentáveis recordes. Em 1974, a inflação sofreu um aumento de 107 por cento. A subordinação e a dependência em relação às multinacionais e em particular ao Brasil, são crescentes. Os créditos fornecidos pelo Brasil, destinam-se à compra de materiais brasileiros. A construção de barragens hidroeléctricas é entregue ao capital brasileiro.

A sanha repressiva do Governo de Bordaberry está em íntima ligação com a sua política de entrega do país ao imperialismo e com a resistência das massas trabalhadoras do Uruguai a esta situação de degradação e traição aos interesses nacionais. São tudo elementos de um mesmo processo, de que o povo do Uruguai sairá sem dúvida vitorioso.

## As mãos sujas do colonialismo nas Comores

O arquipélago das Comores foi até há poucas semanas uma das últimas colónias francesas. Como o Governo de Paris vinha criando obstáculos à descolonização total, o presidente Ahmed Abdallah proclamou a independência no dia 6 de Julho, sem esperar pela ratificação pela França do referendo realizado sete meses antes.

A reacção local protestou. Os seus negócios foram prejudicados pela declaração de independência. Um grupo de colonialistas intitulado Frente Nacional Unida organizou um golpe de Estado e derrubou o Governo legal de Abdallah. A FNU considera que a independência foi «prematuro». Preconiza «laços mais estreitos com a França». Pretende, numa palavra, a manutenção do regime colonial.

A França, como era de esperar, nega qualquer envolvimento no golpe. O seu representante nas Comores declarou trata-se de «um assunto puramente comoriano, esclarecendo que compete ao novo Governo reatar o diálogo com as autoridades francesas». Mas é sintomático que o articulador do «putsch» militar tenha sido precisamente o príncipe Said Jaffar, antigo chefe do Governo, demitido em Outubro do ano passado por se opor à independência imediata. Jaffar defendia a continuação de laços administrativos especiais com a França, isto é a permanência de uma situação colonial mascarada.

Os governos da França não entenderam ainda as li-

ções do Vietnam e da Argélia. Nada fazem para acelerar a descolonização; fazem o possível para manter sob jugo colonial os territórios do seu antigo e vasto império que ainda administram. A burguesia francesa continua a sustentar que a Guadalupe, a Martinica, a Guiana, Taiti e Djibouti são terras francesas. A reacção francesa continua a ser profundamente colonialista. O episódio das Comores é mais um exemplo.

## O imperialismo na Colômbia: línguas, negócios e caçadas...

As regiões amazónicas da Colômbia têm constituído, de há muito, centro de atracção para interesses norte-americanos, como campo de fácil penetração e dominação, e mesmo zona privilegiada para «divertimento» de cidadãos perversos do grande baluarte do imperialismo. Recentemente, recaiu sobre o Instituto Linguístico de Verão (ILV), americano, a denúncia da sua actividade, que se tem vindo a orientar no sentido do «contrôle» de todas as actividades dos índios das regiões onde este organismo se tem implantado. A ILV trabalha na Colômbia há doze anos. Legalmente, este organismo norte-americano instalou-se nas planícies orientais da Colômbia para se dedicar a tarefas de ensino, e à tradução da bíblia para povos que não falam outra língua que não seja o seu dialecto próprio. Assim, esta organização assinou uma convenção que lhe permitia consagrar-se ao estudo das línguas das comunidades indígenas. O acordo estabelecido não permitia o ensino religioso ou a imposição de outro tipo de cultura aos índios da região. Entretanto, a realidade da actividade da ILV nas regiões selvagens da Colômbia tem muito pouco a ver com os pretextos invocados para a sua implantação nestas zonas. Acentando no princípio de que a fragmentação das comunidades índias seria indispensável para a sua integração no país, a ILV participou na perseguição militar aos índios «Guamibos». O ensino que ministrava tinha no fundamental um carácter religioso. A ILV dedicava-se também a actividades bem menos espirituais e científicas que as preconizadas no contrato, nomeadamente, ao tráfico de droga e de diamantes na região de Tunebia. Bem inserida na política geral dos EUA em relação aos países da América Latina, a ILV — que estende os seus tentáculos pela Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras e Canadá — praticava igualmente a esterilização de mulheres.

A instalação de empresas americanas nos mais diversos pontos do mundo capitalista e subdesenvolvido — empresas que surgem com os mais variados rótulos: científicos, turísticos, mesmo humanitários — constitui de uma forma geral elemento de uma perigosa intervenção dos EUA nos problemas internos destes países ou, em todo o caso, forma mais ou menos encapotada de exploração e mesmo deformação do seu povo. A imaginação destes senhores não tem limites e requinta-se mesmo em pormenores particularmente odiosos. Assim, anos atrás, um grande escândalo teve origem nas zonas amazónicas da Colômbia. Uma empresa americana organizadora de safaris, possivelmente instalada com o inocente objectivo de promover o turismo, organizava sangrentas caçadas, em que aos turistas americanos era permitido a «empolgante aventura» de abater... índios.

O que se passou então, e o que se passa agora, são exemplos concludentes do aviltamento da consciência humana empreendida pelo baluarte do mundo capitalista. É um exemplo a ter em conta, a alertar-nos para os perigos de abertura de portas aos interesses do imperialismo, por muito bem mascarados que surjam. Não se trata só da macabra organização de caçadas a seres humanos. Trata-se também de algo mais amplo e de prática mais sistemática — a despodorada intervenção na vida dos países, o subtil (ou não) estender de tentáculos por todo o lado onde os interesses do imperialismo se sintam ameaçados, as criminosas tentativas de sufocação da consciência e da cultura dos povos.

## A crise militar em Espanha

A crise política em Espanha agravou-se nos últimos dias em consequência do envolvimento das Forças Armadas. Segundo uma nota do comandante militar de Madrid, foram presos sete oficiais. Um juiz militar foi incumbido de averiguar os factos e determinar as responsabilidades que um major e seis capitães possam ter em face do Código Militar. A identidade dos presos foi revelada: major Luis Otero, e capitães Restituo Valero, Antonio Garcia, Fortes, Reilein, Ibarra e Fernando Garcia. Posteriormente, foram detidos mais dois oficiais e em meios militares admite-se que o número de prisões seja superior a duas dezenas. Por outro lado, doze oficiais da guarnição de Barcelona foram chamados a Madrid e tiveram de prestar declarações sobre eventuais contactos com a União Democrática Militar, organização com numerosas células em quartéis da capital e das províncias. Segundo as agências noticiosas, na residência de um dos oficiais presos foi encontrado um ficheiro com os nomes de 300 oficiais ligados à UDM.

Essa onda de prisões reflecte o descontentamento existente em amplos sectores do Exército espanhol. Pela primeira vez na sua história, o franquismo vê-se forçado a confessar a presença no seio das Forças Armadas de um movimento de contestação no qual participam majores e capitães. Confessa, afinal, o que já era público. Em Madrid tem circulado uma revista bimensal intitulada «Misión» na qual oficiais da Força Aérea têm manifestado o seu inconformismo e defendido reformas políticas. Em Fevereiro dois oficiais foram presos na Catalunha, mas houve silêncio oficial a respeito dos motivos dessas detenções.

O grupo de militares inicialmente detido é acusado de promover reuniões ilegais e de desenvolver actividades sediciosas. A verdadeira acusação que pesa sobre eles é diferente. Afirma-se em Madrid que todos são simpatizantes do MFA e que alguns mantiveram contactos, durante férias em Portugal, com camaradas de armas portuguesas. Noutro país esse argumento seria ridículo para justificar a prisão. Mas a Espanha vive sob um regime fascista. A simples discussão dos acontecimentos de Portugal no seio de qualquer guarnição é considerada um «acto subversivo». O Código Militar Espanhol reflecte tão rigidamente a ideologia oficial que proíbe reuniões de mais de quatro oficiais, sem autorização prévia dos comandantes das respectivas unidades.

A crise militar a cujos primeiros episódios assistimos não é uma surpresa. Insere-se na crise geral do fascismo espanhol. O franquismo responde com a violência a todas as manifestações de repúdio popular de que é alvo. Desencadeia a repressão contra a classe

operária, contra os estudantes, contra sectores da própria Igreja. Durante a semana passada mais três padres e um frade foram presos em Madrid por não poderem pagar as multas administrativas que lhes haviam sido impostas. Uma delas atingia a bagatela de 300 000 pesetas. O «crime» cometido pelo padre foi um sermão.

A revolta das massas junta-se agora o descontentamento nos quartéis. A reacção também será batida em Espanha. O povo espanhol também destruirá o fascismo, também conquistará a liberdade.

## Inglaterra: 50 anos de demagogia e mentiras

A Grã-Bretanha é um dos países onde a distribuição dos rendimentos e da riqueza é mais injusta. Essa é a principal conclusão que se tira de um relatório oficial elaborado pela Real Comissão Britânica, de Londres. De acordo com as estatísticas relativas aos impostos pagos em 1973, metade da riqueza total do país está nas mãos de 5 por cento da população. Um quarto pertence a menos de um por cento.

Durante mais de um século o imperialismo britânico impôs a sua «lei» ao Mundo. A Inglaterra tornou-se o país mais poderoso e próspero da terra, graças à opressão exercida sobre outros povos. Hoje, o imperialismo britânico é um imperialismo de segunda classe, vassalo do imperialismo americano. A Inglaterra ocupa um modesto 10.º lugar na lista dos países mais ricos da Europa. Mas a concentração da riqueza não foi abolida.

Há cerca de cinquenta anos, quando o primeiro Governo trabalhista tomou posse, os dirigentes da social-democracia britânica anunciaram que as desigualdades sociais seriam abolidas na Inglaterra e que criariam as condições necessárias para a construção de uma sociedade socialista modelar. Essas promessas eram puramente demagógicas. As nacionalizações realizadas por vários governos trabalhistas, de Mac Donald a



Wilson, passando por Attlee, nunca visaram a destruição das estruturas monopolistas. Racionalizaram apenas a lógica do capitalismo, tendo em vista o fortalecimento dos monopólios. Os trabalhistas entenderam-se sempre com os conservadores para defenderem o capitalismo. Hoje, na Inglaterra, há mais de um milhão de desempregados; 28 milhões de ingleses não dispõem de quaisquer bens. Mas os monopólios são mais fortes do que antes. Em nenhum país europeu há monopólios tão gigantescos como a Shell e a Unilever. Na lista dos grandes monopólios mundiais o primeiro lugar na Europa cabe à Inglaterra cujo povo empobreceu.

O «socialismo» inglês, após meio século de promessas traídas, continua a ser um simples rótulo para embelezar o capitalismo. Mas os «socialistas» ingleses têm o descaro de criticar a Revolução Portuguesa e oferecem o seu apoio às forças políticas que a combatem. O primeiro-ministro britânico, Harold Wilson, é um adepto entusiástico do «socialismo em liberdade», a fórmula do PS. Deseja para Portugal um capitalismo mascarado de socialismo. Com monopólios, com a riqueza concentrada nas mãos de uma insignificante minoria.



PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!»



Aspecto parcial da sala onde se realizou a conferência

### Conferência de Corticeiros do Centro e do Sul

# AMPLO DEBATE E PARTICIPAÇÃO

## • PEDIDA A NACIONALIZAÇÃO DAS GRANDES EMPRESAS

Os problemas que dizem respeito à produção, industrialização e comercialização da cortiça foram objecto de uma Conferência dos Trabalhadores Corticeiros do Centro e Sul promovida pelo nosso Partido e que se realizou no domingo passado nas instalações da INATEL, em Setúbal.

Nesta reunião, em que estiveram presentes algumas centenas de trabalhadores, bem como pequenos e médios industriais, independentemente da sua filiação partidária, foram debatidos exaustivamente nas diferentes secções em que a conferência funcionou os problemas relativos à indústria corticeira desde a sua origem até ao escoamento para o mercado, tanto externo como interno. Várias foram as opiniões expressas e discutiram-se acaloradamente algumas das soluções apontadas pelos presentes. A conferência decorreu, pois, num ambiente de ampla participação, em que todos procuravam dar a sua contribuição para resolver a situação de uma indústria que, directa ou indirectamente, afecta perto de 25 000 trabalhadores, e cuja crise se faz sentir muito antes do 25 de Abril, em virtude da concorrência de outros produtos e do desprezo a que o governo fascista votou a indústria da cortiça.

Na abertura da conferência o camarada Alvaro Cunhal focou num breve improvisado os problemas que afectam os trabalhadores corticeiros. Em seguida, o camarada Américo Leal, dando início aos trabalhos e dirigindo-se aos trabalhadores e pequenos e médios industriais que participaram na reunião, começou por recordar que a realização da conferência se devia ao Partido Comunista Português, mas que tal facto não implicava qualquer compromisso político em relação aos participantes, pois «o Partido Comunista Português não se prende a cores políticas quando os interesses de quem vive do trabalho honesto estão em causa», acrescentando:

Assim foi durante o longo período fascista em milhares de pequenas e grandes lutas que tiveram lugar no terreno sindical e dentro das fábricas, em inúmeras greves e manifestações de rua, em que os trabalhadores corticeiros, tendo a seu lado muitos dos pequenos fabricantes, forjaram uma sólida consciência política e firme combatividade, que muito contribuíram para o derrubamento do fascismo.

Mais adiante acrescentou: Neste momento, o sector corticeiro está em crise. Muitas pequenas empresas estão em laboração reduzida. Grandes industriais sabotam a laboração e o sector da exportação que dominam. Várias qualidades de cortiça não têm procura e o seu preço está indefinido. Os pequenos industriais não se sentem em condições de iniciarem as compras de cortiça no Mato. A ameaça de paralisação para sobre os trabalhadores corticeiros, afecta os pequenos fabricantes e atinge o sector da produção.

Recordando que a crise se tende a agravar, o nosso camarada afirmou:

Agora, como é já do vosso conhecimento, a conferência iniciou os seus trabalhos divididos por três secções: fabricação, comercialização e produção.

O sector da fabricação ca-

cteriza-se pela existência de algumas grandes unidades fabris que exercem, ao mesmo tempo, o «controle» quase completo da exportação. São estas grandes empresas, que sempre actuaram de acordo com as encomendas que previamente asseguram e fazem o preço da mercadoria que compram porque conhecem o preço da venda; aqueles que sempre obtiveram elevados lucros, quase sempre desviados para outros ramos e ultimamente escoados ilegalmente para fora do País; que se desinteressaram por assegurar novas enco-



O camarada Alvaro Cunhal, esteve presente na conferência

mendas; que procuram levar as empresas à insolvência e ao encerramento; que se desinteressam pelo aumento da produtividade; que manobram os preços e arruinam os pequenos industriais; que pactuam com o boicote internacional à nossa exportação de cortiça; que em muitos casos nem cumprem o Contrato Colectivo de Trabalho em vigor.

Depois de destacar alguns exemplos, o camarada Américo Leal focou os problemas que se apresentam aos pequenos industriais, afirmando: Quanto aos pequenos industriais, grande parte deles saídos do sector operário e trabalhando em muitos casos lado a lado com os operários da sua empresa, a situação apresenta-se diferente.

Eles são vítimas das grandes industriais, a quem têm de vender a mercadoria, comprada por um preço que muitas vezes desconhecem qual virá a ser o da venda. Na história da indústria corticeira, raramente os pequenos fabricantes conseguiram fugir ao colete de forças que representa a grande empresa a quem têm de vender a mercadoria.

E, mais adiante: E compreendendo a sua situação de dependência económica e de vítima da exploração por parte dos grandes industriais que, neste momento a braços com uma crise que não desejam nem têm responsabilidade, aparecem vários pequenos industriais dispostos a tomar medidas que permitam sair do colete de forças a que sempre têm estado submetidos, formando cooperativas de fabricação de sentido social, que nos parece de acarinharm.

### Conclusões

Depois de um debate que se prolongou durante várias horas e no qual trabalhadores e pequenos empresários discutiram os assuntos mais importantes que dizem respeito ao sector corticeiro foram aprovadas as seguintes conclusões:

### SECTOR DA COMERCIALIZAÇÃO

Nacionalização da aquisição da matéria-prima, subsídios às pequenas empresas em dificuldades financeiras, que deverão ser concedidos em espécie (cortiça), aceitação da existência de um sector privado, constituído por cooperativas de trabalhadores e pequenos empresários, nacionalização da grande e média empresa e criação de uma central de compras e vendas, com «controle» de qualidade e de preços, constituída por elementos dos

3. Criação de um organismo com função de centralizar as compras, sem intuídos lucrativos, disciplinar e moralizador da comercialização. Estaria ainda dentro das suas funções a distribuição da matéria-prima pelas indústrias, consoante as necessidades laborais de cada uma delas, bem como a fixação dos preços.

4. Numa situação transitória encara-se a divisão em zonas de qualidade da cortiça e a fixação de preços máximos diferenciados. Em princípio, seriam 6 zonas centralizadas em Setúbal, Santarém, Évora, Beja, Portalegre e Faro.

Nesta primeira fase a comercialização seria livre, mas subordinada aos preços máximos fixados, dando preferência ao estabelecimento de relações comerciais com as cooperativas ou comissões de trabalhadores rurais. Com estas medidas pretende-se eliminar a intervenção do intermediário parasitário e integração gradual dos pequenos e médios comerciantes na actividade do sector, inserindo-se, porém, na dinâmica que se pretende imprimir.

5. Tendo em vista a necessidade de regularizar a oferta anual de matéria-prima, é imperioso proceder ao ordenamento da produção, acção que pelos sacrifícios que pode originar terá de ser gradual e só poderá ser iniciada depois de uma fase de maior estabilização na reestruturação fundiária em curso.

Tais medidas visam fundamentalmente:

a) Regularidade de abastecimento da matéria-prima à indústria.

b) Regularidade na manutenção de postos de trabalho.

c) Estabilização dos preços de comercialização dos produtos.

### Moções

Durante o encontro foram ainda aprovadas várias moções e propostas, uma das quais repudiava «os atentados registados por reacçãoários a soldo dos grandes da cortiça na zona da Lourosa, quando trabalhadores corticeiros afixavam cartazes anunciando esta conferência», exigindo-se a prisão e o castigo daqueles elementos. Foi também apontada a necessidade da constituição de comissões de trabalhadores em todas as empresas eleitas pelos trabalhadores, controlando totalmente a compra de matéria-prima, produção, contabilidade e vendas e procurando a maior rentabilidade das suas empresas.

1. Medidas legais mais energias na protecção dos montados de sobre e punição severa para os que praticarem crimes contra este património e pilhas de cortiça, muito em especial o caso de fogo posto.

2. Medidas de nacionalização, que deverão ter em conta os problemas das cooperativas de trabalhadores dos pequenos e médios produtores, através de uma política correcta de preços no mato.

# REUNIÃO UNITÁRIA DE CAMPONESES EM SOBRAL DE MONTE AGRADO

Uma ampla discussão, muito viva e muito interessada, com intervenções de quase todos os camponeses presentes, foi a característica dominante da reunião unitária de camponeses realizada no passado domingo em Sobral de Monte Agraço.

No decorrer dos trabalhos, que se prolongaram desde a manhã até ao fim da tarde, o número de participantes foi variável, chegando a atingir mais de cem quando da discussão da produção e comercialização do vinho que é, sem dúvida, o problema mais agudo da região.

Os participantes pronunciaram-se energicamente pela severa punição dos mixordeiros, considerando os fabricantes do vinho «a martelo» como dos maiores inimigos dos pequenos e médios vinicultores da região, quer no plano económico, quer, até, no plano político, pois eles estão identificados com a reacção e as suas manobras contra-revolucionárias. A propósito, foram denunciados pelo público alguns «marteleiros» que são reacçãoários bem conhecidos na região.

Também foram debatidos vivamente problemas como o crédito agrícola e as tentativas de desvio desse crédito por indivíduos que pretendem sabotar essa justa medida governamental de forma a que dela não aproveitem os verdadeiros interessados: os pequenos e médios produtores agrícolas.

A criação de Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores foi considerada como fundamental para a defesa dos seus interesses e forma de participação activa na execução das medidas da Reforma Agrária e no processo revolucionário.

Os participantes aprovaram, por aclamação calorosa, o envio de um telegrama de saudação e de apoio ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, tendo acabado a reunião cantando o Hino Nacional.

### Conclusões

Transcrevem-se em seguida as conclusões aprovadas no Encontro:

1. Produção e comercialização do vinho

a) Dado o facto de a produção vinícola do ano de 1974 ainda estar, na sua maior parte nas casas dos pequenos e médios produtores, e que se aproxima a época das vindimas, os participantes nesta conferência consideraram urgente:

— Que a Junta Nacional dos Vinhos assegure o escoamento do vinho dos pequenos e médios vinicultores.

— Que se faça a requisição da capacidade de armazenagem dos armazenistas privados e dos grandes produtores que, sendo sócios das adegas cooperativas, utilizam o vasilhame destas, deixando o seu desaproveitado. Em qualquer dos casos a cedência da capacidade de armazenagem deverá ser gratuita.

— Requisição de todas as caldeiras de modo a permitir a queima.

b) Relativamente aos «marteleiros» foi aprovado pelos participantes, na conferência que deverá ser exercida sobre eles uma rigorosa fiscalização, devendo ser imediatamente detidos os que têm processos em curso.

c) Como medida de protecção aos pequenos e médios produtores, os participantes na conferência consideraram indispensável que a JNV assegure todo o comércio do vinho, garantindo-se assim melhores preços ao produtor e também ao consumidor.

Esta será também uma forma de colocar os «marteleiros» à margem do comércio do vinho, permitindo a sua mais fácil localização e consequentes medidas punitivas.

d) Deverá ser feito um eficaz saneamento das adegas cooperativas dos elementos que comprovadamente não estejam ao serviço dos pequenos e médios agricultores, devendo para tanto ser nomeadas pelo Governo comissões administrativas que tenham a participação e sejam controladas pelos seus sócios, pequenos e médios agricultores.

e) Dado o excesso de produção vinícola e as carências em produtos agrícolas que obrigam a grandes saídas de divisas com importações de bens alimentares que o País pode produzir, a Conferência de Pequenos e Médios Agricultores do Sobral de Monte Agraço aponta como necessá-

ria a reconversão das grandes explorações da cultura da vinha nas zonas de baixa, com capacidade produtiva para outras culturas.

Para a nossa região exige-se que sejam arrancadas as vinhas plantadas ilegalmente, nomeadamente algumas das margens do rio Sisandro, que a cobertura da autorização do plantio de vinha de mesa, foram plantadas para produção de vinho de má qualidade.

Os indivíduos responsáveis por estas ilegalidades deverão ser inquiridos e julgados judicialmente.

### 2. Apoio técnico e financeiro

a) Os agricultores reunidos em Sobral de Monte Agraço consideraram que se torna necessário apoiar a vindima aos pequenos e médios agricultores.

Este crédito deverá ser concedido em dinheiro, com o aval da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, a qual cabe ainda a importante função de fiscalização dos destinos do dinheiro que o Estado põe ao serviço dos pequenos e médios agricultores.

b) Os serviços do Estado e os seus técnicos devem estar ao serviço dos pequenos e médios agricultores, dando apoio técnico aos amanhos da terra, à técnica de adubação, e à própria escolha dos factores de produção, tendo em conta as reais necessidades dos camponeses, para o que se torna necessário e urgente a presença dos técnicos no campo.

c) Recomenda-se ao Ministério da Agricultura que, o mais rapidamente possível, deverá ser criado um serviço de máquinas agrícolas, de nível nacional, de modo a garantir um efectivo apoio em equipamento aos pequenos e médios agricultores.

e) Torna-se urgente acelerar o processo de liquidação dos ex-grêmios da lavoura e a sua transformação em pré-cooperativas de compra e venda, de modo a garantir melhores condições de comercialização aos pequenos e médios agricultores, quer dos produtos necessários à produção, quer da própria produção.

### 3. Arrendamento rural

A Conferência dos Pequenos e Médios Agricultores de Sobral de Monte Agraço considera urgente a publicação da tabela definitiva dos valores máximos da renda.

Relativamente à Lei do Arrendamento, na sua generalidade, torna-se necessário que sobre ela seja feita uma vasta campanha de esclarecimento público de modo a permitir o total conhecimento dos pequenos e médios rendeiros, quer dos seus direitos, quer dos seus deveres, a fim de se evitar que o desconhecimento de lei aproveite aqueles que sempre os exploraram.

### 4. Sindicato e Liga dos Pequenos e Médios Agricultores

Os camponeses presentes na conferência consideraram fundamental para a defesa dos seus interesses a organização dos trabalhadores rurais em sindicato e dos pequenos e médios agricultores em liga, como forma de participação quer na elaboração, quer na execução das medidas de política agrária.

# ALARGA-SE O MOVIMENTO PARA EXTINÇÃO DOS FOROS

## • É necessário dinamizar a constituição de comissões de foreiros

Os foros são uma espécie de imposto perpétuo que recaem sobre um prédio rústico ou urbano. Aqueles que possuem terras ou casas sujeitas a foros são obrigados a pagar anualmente a particulares ou ao Estado quantias em dinheiro ou em espécie (galinhas, ovos, cereal, pão, etc.).

Muitas vezes os foros são mais pesados do que a décima e se o foreiro se atrasa um dia no pagamento do foro sujeita-se a pagar três vezes mais!

A origem desta forma de exploração data da época medieval e prolongou-se até aos nossos dias. O governo salazarista, em 1967, através do Código Civil, agravou-a, obrigando os agricultores foreiros a pagar 20 vezes mais do que pagavam até aí.

Desde há muitos anos que o PCP combate esta forma de exploração, sendo a extinção dos foros um dos pontos do seu Programa. Ainda recentemente no VII Congresso Extraordinário do PCP, se considerou que este imposto não tem razão de existir num país em que se quer defender os interesses daqueles que trabalham a terra.

A extinção dos foros é uma aspiração de todos os agricultores foreiros. Por esse motivo todos se devem juntar criando comissões e fazendo chegar a sua voz ao Ministério da Agricultura para que sejam imediatamente abolidos os foros.

Acabar com os foros é uma vontade de todos os agricultores sujeitos a essa exploração, e nenhum deve pagar remissões por isso. Bem feitas as contas, os senhores dos foros e que teriam muito a devolver aos agricultores foreiros pela desentreada exploração que sempre fizeram do seu trabalho.

### Por toda a parte a luta

Em S. Cosme, Gondomar, após fixação de um edital do Instituto Nacional das Instituições de Protecção à Infância que determinava o pagamento dos foros, durante o

prazo de 30 dias a partir de 1 de Fevereiro, os camponeses daquela localidade reuniram e enviaram ao ministro das Finanças uma exposição no sentido da «extinção imediata dos foros, libertando os agricultores desse encargo medieval».

Também os agricultores da freguesia da Vinha da Rainha, concelho de Soure, entre outros pontos, num documento enviado ao secretário de Estado da Agricultura, denunciaram a existência daquele imposto, sendo afirmado naquele documento:

«Esta região existem ainda muitas terras foreiras que agravam a situação económica dos agricultores. Acontece que alguns desses foros são pagos ao Estado. Por isso, pedimos que este problema seja imediatamente estudado com vista à extinção imediata destes foros.»

Mas não é só em S. Cosme e em Vinha da Rainha que a luta se desenvolve. Em Góndomara, freguesia do concelho de Santo Tirso, os pequenos e médios agricultores daquela aldeia, reunidos, e em face do edital atrás referido, decidiram enviar ao ministro das Finanças um abaixo-assinado, no qual era expresso o que foi decidido, por mais de 600 agricultores, na 1.ª Conferência do Norte, realizada em 29-12-74, no Porto:

«Pedimos a V. Ex.ª que considere como uma reivindicação justa e urgente para o progresso da agricultura da nossa região a imediata extinção dos foros.»

Além das terras já citadas, também os habitantes de Negrellos, S. Pedro do Sul, em exposição enviada ao secretário de Estado da Agricultura, decidiram não pagar mais um foro que datava de 1821, e à custa do qual «tem vindo um latifundiário e respectivos herdeiros a sugar o suor de quem trabalha».

E a luta estende-se a outros pontos do País. Agricultores da freguesia de Sebal Grande, concelho de Condeixa, distrito de Coimbra, remeteram ao secretário de Estado da Agricultura um abaixo-assinado, no qual, entre outros pontos, era focado o problema dos foros e do seu carácter aniquilador da situação económica dos pequenos e médios agricultores daquela freguesia.

Em 25 de Julho, a Comissão dos Foreiros do lugar de Avenal, freguesia de Sebal, concelho de Condeixa-a-Nova, integrada no MOVIMENTO PARA A EXTINÇÃO DOS FOROS, promoveu uma reunião onde estiveram mais de cem agricultores de Venda da Luísa, Sebal Grande, Sebal Pequeno, Anobra, Avenal e Sobreiro. Dessa reunião resultaram várias conclusões:

«1. Constituição de comissões de foreiros em todos os locais onde existam foros, que promovam desde já abaixo-assinados a enviar depois

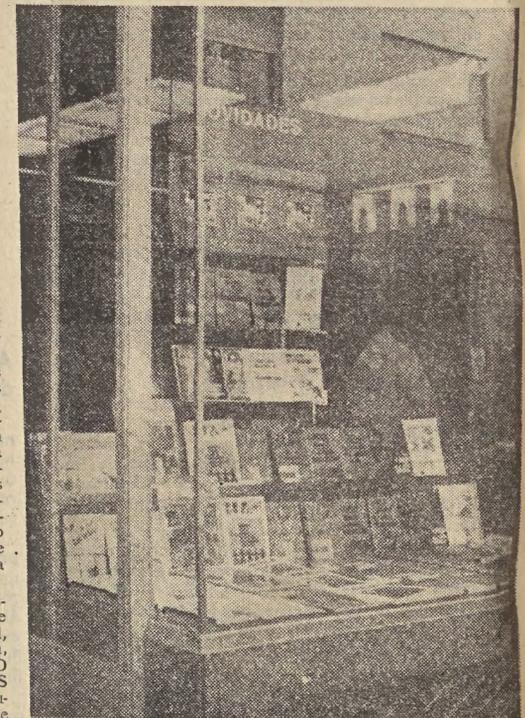
de prontos para a sede deste movimento;

«2. Resposta a todas as cartas de apoio recebidas sugerindo a criação de comissões de foreiros nos respectivos locais que promovam abaixo-assinados a enviar depois de prontos para a sede deste movimento;

«3. Dado que o pagamento dos foros é realizado por alturas do S. Miguel, foi decidido pedir publicamente a todos os agricultores foreiros para apressarem o mais possível este processo, a fim de que este ano já não seja preciso pagar foros.»

«Como resultado desta reunião, foram já criadas comissões de foreiros nos locais presentes, tendo-se discutido ainda a possibilidade de ser constituída uma comissão para ir a Lisboa entregar ao sr. ministro da Agricultura e Pescas todos os abaixo-assinados que entretanto nos foram entregues.»

# LIVRARIA «AVANTE!» NO PORTO



Foi inaugurada no passado sábado a primeira livraria «Avante!» na cidade do Porto, na R. David, 26. A comprovar a boa aceitação da população nortenha por mais esta iniciativa da nossa editorial, centenas de pessoas acorreram à nova livraria, manifestando o seu interesse pelos textos e documentos de formação política, de esclarecimento e de informação ali patentes. Divulgando as edições «Avante!» e publicações de países socialistas, a jovem livraria não só veio enriquecer culturalmente a cidade nortenha como irá contribuir, com toda a certeza, para a divulgação dos ideais do socialismo, em cuja construção o povo português está altamente empenhado.



Os trabalhos da conferência caracterizaram-se por uma ampla participação dos trabalhadores